



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Natália Alves dos Santos

Pessoas em situação de rua e a cidade:
cartografando planos, (in)visibilidades e resistências

Florianópolis

2021

Natália Alves dos Santos

Pessoas em situação de rua e a cidade:
cartografando planos, (in)visibilidades e resistências

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de
Santa Catarina para obtenção do título de
doutora em Psicologia Social e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Vieira Zanella

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Natália Alves dos
Pessoas em situação de rua e a cidade : cartografando
planos, (in)visibilidades e resistências / Natália Alves
dos Santos ; orientadora, Andréa Vieira Zanella, 2021.
212 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Pessoas em Situação de Rua. 3. Cidade.
4. Cartografia. 5. Documentos. I. Zanella, Andréa Vieira .
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Psicologia. III. Título.

Natália Alves dos Santos

Pessoas em situação de rua e a cidade:
cartografando planos, (in)visibilidades e resistências

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª. Kátia Maheirie, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª. Roberta Carvalho Romagnoli, Dra.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Prof^ª. Maria Luísa Magalhães Nogueira, Dra.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Psicologia Social e Cultura.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^ª. Dra. Andréa Vieira Zanella

Orientadora

Florianópolis, 2021.

Para os/as *filhos/as do infinito*...

Agradecimentos

A trajetória - do início ao fim do doutorado - contou com pessoas extraordinárias. Cada uma, à sua maneira, contribuiu para que essa caminhada se tornasse mais alegre e menos árida. Findo a experiência de escrever uma tese, reescrevendo a mim mesma, permitindo-me vislumbrar possibilidades outras de ser e estar no mundo. Concluo o que, hoje, considero a caminhada mais desafiadora e transformadora que vivi. Serei a primeira pessoa da família, de todas as gerações de pai e mãe, a tornar-me doutora, certa de que isso só foi possível porque muitas outras pessoas abriram caminho para que eu chegasse até aqui; e com a esperança de que tudo que aprendi durante esse processo possa ser, de alguma forma, multiplicado. Esse acontecimento, portanto, vale muito mais do que, neste momento, consigo traduzir em palavras.

Ao meu pai Carlos Elcy e à minha mãe Nelcy, agradeço os inumeráveis esforços e o infinito amor que me concederam firmeza nos pés, coragem no peito e todas as outras coisas incríveis que pai e mãe são capazes de dar. Sem o suporte, a força e a presença de vocês (mesmo a muitos quilômetros de distância), provavelmente eu não teria chegado até aqui. A vocês, meu amor, respeito e admiração!

À minha irmã Priscila agradeço a parceria, as palavras de incentivo, as incontáveis prescrições de chás e doses de homeopatia, as conversas ao telefone e as importantes trocas de experiência que tivemos ao longo do processo.

Aos meus familiares que acompanharam essa caminhada e que comigo sonharam outros mundos possíveis, quando ingressei na universidade pública.

Ao meu companheiro Guilherme agradeço a força, a paciência e o incentivo. Os dias difíceis ficaram mais leves ao seu lado. E os dias bons ficaram ainda melhores. Foi muito bonito te ver

vibrando comigo a cada texto concluído, a cada nó-de-tese que foi sendo desatado. Que importante tê-lo ao meu lado em mais essa caminhada. Obrigada, obrigada!

À Maria Gorette Coelho, pela oportunidade de conhecer outras “ruas” em Governador Valadares. Sua sensibilidade e respeito à vida humana seguem inspirando meu trabalho e minha existência.

À minha orientadora-inspiração Andréa Vieira Zanella agradeço a generosa parceria. Sua disponibilidade, gentileza, cuidado e respeito ao longo de todo o processo deram-me força para continuar. Vou guardar com carinho as lembranças de suas aulas e orientações, do seu brilho nos olhos e entusiasmo quando ensina e aprende, aprende e ensina; da forma cuidadosa com que acolhe nossas dúvidas e inseguranças. Tua humildade te agiganta. Outra universidade foi possível experimentar ao seu lado. Obrigada por tudo!

Agradeço às professoras Kátia Maheirie e Ana Lúcia Mandelli de Marsilac pela acolhida, disponibilidade e suporte durante a trajetória; e pelas incríveis aulas ministradas.

À professora Tania Mara Galli Fonseca *in memoriam*, pelo olhar sensível e pelas valiosas contribuições para a construção desta tese. A potência e força de seu trabalho continuam cada dia mais vivas. Obrigada por tudo!

À professora Roberta Carvalho Romagnoli, que com sua potente e alegre parceria durante o mestrado inspirou-me a seguir pesquisando. Obrigada por aceitar participar de mais esta importante etapa de minha caminhada. Obrigada pelos ensinamentos que continuam a reverberar em mim e em meu trabalho.

À professora Maria Luisa Magalhães Nogueira, por tão gentilmente aceitar o convite para participação na banca de defesa e contribuir com esta importante etapa da minha trajetória profissional.

Às primeiras amigas de Floripa: Carolina, Maria Gabriela, Keli e Renata, que me possibilitaram experienciar, mesmo sob impacto das diferenças culturais, uma cidade mais

acolhedora. Obrigada pela força, pelo afeto, e pelo companheirismo. Minha estada na cidade não seria a mesma sem vocês!

Aos amigos e amigas de Minas Gerais que, apesar de tão longe fisicamente, estiveram sempre por perto e de forma tão carinhosa torcendo para que tudo desse certo. Em especial, a Wadson Amorim.

Às queridas Mariana Zobot, Adriana Ribeiro, Bruna Corrêa, Amanda Teixeira, Aline Sicari, Melissa Jaeger, Ana Luíza Garcia, Andressa Arndt, Andreia Titon, Marcela Andrade e Neiva de Assis registro minha admiração e agradecimento. Foi incrível encontrá-las durante este percurso.

Agradeço às/aos companheiras/os do grupo de pesquisa e orientação Ana Paula Pereira, Jardel Machado, Deysi Rodriguez, Grazielle Zonta, Gabriel Almeida, Renan de Brito, Denise Ayres, Daniel Mucciolo, Orlando Gunlanda, Larissa Severino, Máira Spanghero, Milena Ogushi, Marina Mano e Lilian Urnau pelas trocas, risadas, partilhas e valiosas contribuições para a construção desta tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos, imprescindível para minha permanência na pós-graduação.

Por fim e não mesmo importante, agradeço às pessoas em situação de rua que me ajudaram a construir esta tese e a reconstruir meus “universos”.

Uso a palavra para compor meus silêncios.
Não gosto das palavras fatigadas de informar.
Dou mais respeito às que vivem de
barriga no chão tipo água pedra sapo.
Entendo bem o sotaque das águas
Dou respeito às coisas desimportantes
e aos seres desimportantes.
Prezo insetos mais que aviões. Prezo a velocidade
das tartarugas mais que a dos mísseis.
Tenho em mim um atraso de nascença.
Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz por isso.
Meu quintal é maior do que o mundo.
Sou um apanhador de desperdícios:
Amo os restos como as boas moscas.
Queria que a minha voz tivesse
um formato de canto.
Porque eu não sou da informática:
eu sou da invencionática.
Só uso a palavra para compor meus silêncios.

Manoel de Barros (De Memórias Inventadas: A Infância)

Ao escrevermos, como evitar que escrevamos sobre aquilo
que não sabemos ou que sabemos mal? É necessariamente neste ponto
que imaginamos ter algo a dizer. Só escrevemos
na extremidade de nosso próprio saber, nesta ponta extrema
que separa nosso saber e nossa ignorância
e que transforma um no outro.

Gilles Deleuze (Diferença e Repetição)

Santos, N.A. **Pessoas em situação de rua e a cidade:** cartografando planos, (in)visibilidades e resistências. Florianópolis, 2021. Tese de Doutorado em Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Dr^a Andréa Vieira Zanella. Data da defesa: 04/12/2020.

RESUMO

Nesta tese, pesquisamos os encontros entre a cidade e as pessoas em situação de rua. Apesar de termos eleito a cidade de Florianópolis, Santa Catarina, como lócus da investigação, outras cidades em diferentes estados, países e contextos transversalizaram as discussões tecidas. Concebemos pesquisa, pesquisadora e cidade como corpos, que se constituem e interagem de forma dinâmica, heterogênea, constante e múltipla. Traçamos como objetivo geral problematizar as relações que a cidade institui com as pessoas em situação de rua. Destes, desdobram-se três objetivos específicos, a saber: perscrutar, via experiência estética, as tensões do encontro dos corpos das pessoas em situação de rua com o corpo da cidade; analisar o modo como a cidade responde à presença, permanência e trânsito de pessoas em situação de rua; investigar rastros de medidas higienistas voltadas às pessoas em situação de rua em documentos que narram a história da cidade. Como interlocutores teóricos elegemos Gilles Deleuze, Félix Guattari, Mikhail Bakhtin, Lev Vygotsky, Walter Benjamin e outros/as pesquisadores/as que contribuíram para as problematizações empreendidas. Adotamos como estratégias metodológicas caminhar pela cidade, sob a perspectiva do flâneur, de Walter Benjamin, percorrer documentos oficiais e não-oficiais, que narram a sua história, e registrar alguns dos encontros das pessoas em situação de rua com a cidade via fotografia. O olhar para os documentos e encontros inspiraram-se no método cartográfico de Gilles Deleuze e Félix Guattari. As informações produzidas transformaram-se em 04 artigos que buscaram responder aos objetivos específicos da pesquisa. O processo de produção da tese evidenciou as tensões que emergem das relações que nos propusemos investigar, permitindo-nos concluir que às pessoas em situação de rua é destinado, na cidade, o lugar de margem, de resto, um entrelugar.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Cidade; Planejamento Urbano; Cartografia; Documentos.

ABSTRACT

In this thesis, we researched the encounters between homeless people and the city. Despite the fact that we elected Florianópolis, Santa Catarina, as the investigation locus, other cities in different states, countries and contexts transversalized the discussions. We conceive research, researcher and city as bodies, that interact with each other in a dynamic, heterogeneous, constant and multiple forms. We traced as the general objective to problematize the relations that the city establishes with homeless people. From this one, three other specific objectives were unfolded: to investigate, through aesthetic experience, the tensions of homeless people bodies encounters with the city body; to analyze how the city responds to homeless people presence, permanence and transit; to investigate hygienic measures trails directed to homeless people in documents that narrate city's history. As theoretical interlocutors, we elected Gilles Deleuze, Félix Guattari, Mikhail Bakhtin, Lev Vygotsky, Walter Benjamin and other researchers who contributed to the raised problematizations. We adopted as methodological strategies to walk around the city, under Walter Benjamin's flâneur perspective, to visualize official and non-official documents, which narrate city's history, and to register some of the encounters between homeless people and the city via photography. The view to the documents and encounters was inspired by Gilles Deleuze and Félix Guattari's cartographic method. The produced information became 04 articles that tried to respond to the research specific objectives. The process of creating the thesis evidenced the tensions that emerge from the relationships we looked for investigate, allowing us to conclude that, to homeless people, is destined, in the city, the place of margin, of rest, in spaces-in-between.

Keywords: Homeless People; City; Urban Planning; Cartography; Documents.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, on a fait des recherches à propos des rencontres entre la ville et les personnes sans domicile fixe. Bien que nous ayons choisi la ville de Florianópolis, Santa Catarina, comme centre de recherche, d'autres villes dans des différents États, pays et contextes ont transversalisé les discussions rapportées. On a conçu la recherche, la chercheuse et la ville comme des corps, qui se constituent et interagissent de manière dynamique, hétérogène, constante et multiple. L'objectif général de cette thèse est de poser des problèmes aux relations que la ville établit avec les personnes sans domicile fixe. Parmi ceux-ci, se déclinent trois objectifs spécifiques, à savoir: examiner, via l'expérience esthétique, les tensions de la rencontre des corps des personnes sans domicile fixe avec le corps de la ville; analyser la façon dont la ville répond à la présence, la permanence et le transit des personnes sans domicile fixe; enquêter sur les traces des mesures hygiéniques visant les personnes sans domicile fixe dans des documents qui racontent l'histoire de la ville. En tant qu'interlocuteurs théoriques, nous avons élu Gilles Deleuze, Félix Guattari, Mikhail Bakhtin, Lev Vygotsky, Walter Benjamin et d'autres chercheurs/chercheuses qui ont contribué aux problématisations réalisées. Nous adoptons comme stratégies méthodologiques se promener dans la ville, dans la perspective du Flâneur, de Walter Benjamin, parcourir des documents officiels et non officiels, qui racontent son histoire, et d'enregistrer certains rencontres des personnes sans domicile fixe envers la ville via la photographie. Le regard sur les documents et les rencontres s'est inspiré de la méthode cartographique de Gilles Deleuze et Félix Guattari. Les informations produites se sont transformées en 04 articles qui ont cherché à répondre aux objectifs spécifiques de la recherche. Le processus de production de la thèse a mis en évidence les tensions qui émergent des relations que nous nous sommes proposés d'étudier, nous permettant de conclure qu'aux personnes sans domicile fixe sont destinées, dans la ville, un lieu insipide, de marge, un entre-lieu.

Mots-clés: Personnes Sans Domicile Fixe; Ville; Planification Urbaine; Cartographie; Documents.

LISTA DE FIGURAS

1 Introdução e algumas desconfianças sobre o encontro de corpos que fez possível a pesquisa

Figura 1: Lançamento do livreto VAGO na Praça da Estação.....44

2 O processo de pesquisar e alguns de seus “entres”

Figura 2: Mapa de Florianópolis – região central62

Figura 3: Ampliação da região central.....63

Figura 4: Poesia na folha de figueira - Memórias do diário de campo.....65

Figura 5: Livro de registro de óbitos e certidão de óbitos71

Artigo 2: “Macunaíma-Colorau” e pessoas em situação de rua: sobre pesquisa, arte e vida

Figura 1: Composição de fotos – Videoinstalação Macunaíma-Colorau no MAM.....108

Artigo 3: Pessoas em situação de rua, fotografia e cidade: memórias de uma Casa da Memória

Figura 1: Fotografia de parte da fachada da Casa da Memória130

Figura 2: Composição de fotos elaborada pela pesquisadora - Maratona Fotográfica de Florianópolis – 1995 e 1996141

Figura 3: Rosana Paulino – Assentamento, 2013 - Coleção particular143

Figura 4: Composição de fotografias elaborada pela pesquisadora - Maratona Fotográfica de Florianópolis -1999, 2002 e 2004144

Figura 5: Depoimento Jéssica – Obra Fábula do Olhar149

Artigo 4: Pessoas em situação de rua e o “centro do universo”: tensões entre a cidade planejada e a cidade praticada

Figura 1: Você não é o “Centro do Universo”!155

Figura 2: Microzoneamento Sede Continental174

Figura 3: Composição de Fotos Miramar – Ele Não178

Figura 4: Delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)183

Figura 5: Pessoas em situação de rua no centro da passarela184

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CERSAM – Centro de Referência em Saúde Mental

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRP/SC – Conselho Regional de Psicologia/Santa Catarina

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FUNCULTURAL - Fundação Catarinense de Cultura, Fundo Estadual de Incentivo à Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMS – Instituto Moreira Salles

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MAM – Museu de Arte Moderna

MASC – Museu de Arte Contemporânea

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPR – Política Nacional para a População de Rua

PSE – Proteção Social Especial

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SAGI - Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação

SES – Secretaria de Estado de Saúde

SESC – Serviço Social do Comércio

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TRE/SC - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 Introdução e algumas desconfianças sobre o encontro de corpos que fez possível a pesquisa	28
1.1 A cidade e a rua, a ruacidade: vários corpos num só corpo	36
1.2 Meu corpo e os corpos das pessoas em situação de rua: contextualizando nossos encontros e algumas possíveis reverberações.....	39
1.3 Pessoas em situação de rua, a cidade e a “contagem”	46
1.4 A caminhada ao trilhar: sobre a abertura do corpo à porosidade dos encontros no processo de pesquisar.....	48
1.5 Estruturação do corpo da pesquisa.....	51
2 O processo de pesquisar e alguns de seus “entres”	53
2.1 Sobre a cartografia e o cartografar	57
2.2 Sobre a pesquisa realizada	61
2.3 O Arquivo Histórico	69
2.4 A Casa da Memória	72
2.5 O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.....	73
ARTIGO 1	74
Arte, corpo, cidade: sobre elefantes e pessoas em situação de rua	74
ARTIGO 2	100
“Macunaíma-Colorau” e pessoas em situação de rua: sobre pesquisa, arte e vida.....	100
ARTIGO 3	124
Pessoas em situação de rua, fotografia e cidade: memórias de uma Casa da Memória	124
ARTIGO 4	154
Pessoas em situação de rua e o “centro do universo”: tensões entre a cidade planejada e a cidade praticada.....	154
Assentando finais: algumas considerações	191
Referências Gerais	196

1 Introdução e algumas desconfiâncias sobre o encontro de corpos que fez possível a pesquisa

“Um corpo não cessa de ser submetido aos encontros, com a luz, o oxigênio, os sons e as palavras cortantes – um corpo é primeiramente encontro com outros corpos”.
(Pelbart, 2003, p.46).

Muitos corpos são necessários à produção de uma tese, e não foi diferente para a tessitura da pesquisa que ora apresento. Iniciei a empreitada de apresentar o processo de elaboração desta tese de doutorado, portanto, por nossa “geografia mais próxima” (Rich, 2002) - o corpo.

Dois encontros (sobre os quais discorrerei melhor ao longo deste texto) com pessoas em situação de rua, durante parte de minha trajetória profissional como psicóloga, produziram em mim alguns deslocamentos que entendi necessários para que eu chegasse até aqui. Senti-me interpelada a não só pensar sobre a potência desses encontros, mas a interrogar sobre minhas práticas profissionais e formas de enxergar o mundo em seus diferentes trânsitos e movimentos.

Confesso que gostaria de usar, ao mencionar as pessoas que comigo compuseram esta pesquisa, uma expressão que desse conta de abarcar tudo aquilo que seus corpos abrigam, que contasse sobre seus gêneros, idades, histórias, características étnico-raciais, entre tantas outras linhas que podem constituir suas vidas. Ciente da impossibilidade de neste momento fazê-lo, escolhi utilizar a nomenclatura “pessoas em situação de rua”, amplamente adotada no meio acadêmico desde a década de 1990, em detrimento de outras como “moradores de rua” e “população de rua”. Vale lembrar que essa nomenclatura não está isenta de carregar em seu cerne alguns problemas e tensões. Por ora, a adotei, mas

compreendo que é insuficiente e não dá conta da heterogeneidade que constitui as pessoas com quem pesquisei.

Para Igor Rodrigues, Dmitri Fernandes, Letícia Delgado e Bruno do Valle (2020, p. 39), “a noção de situação de rua amplia o grupamento inclusive para indivíduos que têm uma relação oscilante entre a casa e a rua como universo de pernoite. Quebra-se, portanto, a noção de que apenas quem dorme e mora nas ruas possui a relação de pauperismo e marginalidade estabelecida no contexto urbano”. Apesar disso, tal nomenclatura ainda pensa essas pessoas “a partir de um único aspecto da sua vida: a rua, deixando os demais à margem . . . tonificando o indivíduo e suas fronteiras a partir do próprio fator considerado negativo” (ibid, p.41). Igor Rodrigues e Dmitri Fernandes (2020) indicam que alguns/mas pesquisadores/as têm adotado o termo “cidadãos/ãs em situação de rua” como forma de “chamar a atenção para a falsa dicotomia entre cidadania e condições sociais e ao mesmo tempo demonstrar as contradições no campo simbólico e material entre situação de rua e direitos” (p.15).

Como explicitado na epígrafe que inaugura esta escrita, não há corpo sem encontro: com outros corpos, com outras materialidades, com palavras cortantes. Um corpo, como a maioria de nós apreende desde a mais tenra infância, é um conjunto de células, tecidos, órgãos, fluidos, que compõem a matéria que nos permite, através dos sentidos (tato, olfato, paladar, visão, audição) estar em relação com o mundo que nos rodeia.

Mas esse corpo-matéria é muito mais que isso: pode ter meios outros de ser, estar e se relacionar com/no mundo, tal como já problematizaram Spinoza (2009) através de seu conhecido questionamento “o que pode o corpo?”; Antonin Artaud (1983) com seu conceito de corpo- sem-órgãos (CsO), apropriado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011) com a ressalva de ser usado não só como conceito, porém mais como prática e/ou

conjunto de práticas; Suely Rolnik (1987) com a ideia de um corpo vibrátil; Michel Foucault (2009) com a leitura do corpo como superfície em que se inscrevem os acontecimentos, campo político, de ação de poderes, mas também investido de poder; e outros/as tantos/as autores/as que talvez não caibam nessas páginas. Essas múltiplas acepções acerca da noção de corpo têm me permitido (re)pensar minha trajetória de pesquisadora e sustentado a elaboração da pesquisa cujos resultados são aqui apresentados. Sobre e com essas diferentes possibilidades de ser corpo tentarei dialogar ao longo deste trabalho.

Com essa perspectiva, a produção desta investigação, além de problematizações sobre corpos que se encontraram e se encontram, inevitavelmente, ininterruptamente e/ou violentamente, também foi e é, para mim, palavra que corta. E acrescento às palavras cortantes imagens, sejam elas fotográficas e/ou documentais, em variados contextos e épocas. Essa soma de palavras e imagens que atravessaram meu corpo de forma intensa, fizeram-me uma convocação.

Convocar, do latim *convocare*, dentre outros sentidos, diz de uma solicitação imperativa para posicionar-se em relação a algo. No contexto desta investigação, senti-me convocada a posicionar-me a respeito do modo como as pessoas em situação de rua são e não são vistas, faladas, tratadas, imaginadas. Posicionar-me e tentar responder sobre em que medida somos copartícipes desses olhares direcionados à elas e da imagem que é atribuída a essas pessoas no contexto da cidade contemporânea.

Nesse processo, foi inevitável questionar-me: quais são as “histórias únicas” (Adichie, 2009) que a respeito dessas pessoas ajudamos a contar? A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em sua palestra na Conferência Anual TED Global 2009 (discurso que se transformou em livro) problematizou os perigos de uma história única. Segundo ela, “[...] a única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não

é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história”.

Quem nunca atribuiu às pessoas em situação de rua um rótulo? Seja ele de miserável, doente, criminoso/a, sujo/a, violento/a, incapaz, ameaçador/a, drogado/a, louco/a, perdido/a? Experimentem procurar no Google, uma das plataformas digitais de busca mais utilizadas no mundo, o descritor “pessoa em situação de rua” ou o muito difundido “morador de rua”. Depois cliquem em “imagens”. O resultado já nos dá indícios de como são, predominantemente, vistas as pessoas em situação de rua.

As imagens que o Google visibiliza sobre essas pessoas é, predominantemente, a mesma. Inúmeras fotos em preto e branco, pessoas em calçadas, marquises, ou embaixo de algum viaduto da cidade, muitas delas envoltas por um dos cobertores (cinza, diga-se de passagem) mais baratos que encontramos em lojas populares dos centros comerciais de uma cidade, conhecido em alguns lugares por cobertor bicicleta. Outras deitadas em pedaços de papelão, ou abrigadas em barracas improvisadas feitas de lona preta; algumas acompanhadas de seus cães e/ou carrinhos de supermercados, em que levam seus poucos ou únicos pertences. Incontáveis imagens de pés descalços e sujos. Fotografias de pés! Sujos de terra, de suor. Sujos de mundo. Corpos enfileirados debaixo de viadutos. Superfícies de vida, em vias, à vista.

Do latim *imago*, muitas são as definições existentes para a palavra imagem, dentre elas as do dicionário da Língua Portuguesa: a “representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou objeto, estampa que representa assunto ou motivo religioso, reprodução invertida, da pessoa ou de objeto, numa superfície refletora, representação mental, metáfora” (Ferreira, 2000, p.373). Mas para as problematizações que foram empreendidas nesta tese, optei por trabalhar com a perspectiva de imagem desenvolvida por Janaína Furtado, Déborah Levitan, Andréia Titon, Percy Castillo e Andréa V. Zanella

(2011), que conecta a discussão de imagem aos processos de subjetivação:

Falar de imagem de si mesmo, portanto, requer a reflexão sobre a imagem que o outro faz do sujeito e que lhe apresenta, sendo esse outro considerado não necessariamente um outro identificável, reconhecível, mas o outro da cultura. Mídia, ciência, outros anônimos ou não, todos, de certa forma, participam da constituição das imagens sobre a realidade e sobre os próprios sujeitos. Essas imagens, por sua vez, são apropriadas em um movimento tal como o das palavras que, para Bakhtin (1990), são sempre palavras alheias tornadas próprias. Palavras, imagens, imagens/palavras que, como todo e qualquer signo, refletem a realidade e a refratam em um processo de criação no qual é incessantemente ressignificada. (Furtado, Levitan, Titon, Castillo, & Zanella, 2011, p.69).

Que possibilidades as imagens de pessoas em situação de rua veiculadas na internet propiciam a essas vidas? Que garantias há para essas pessoas de acessarem a cidade? De ser, também, parte da cidade? Por que não transversalizamos essas imagens?

Para Félix Guattari (2004), a noção de transversalidade nos permite superar dois impasses: “o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos” (p.96). Acredito que esse olhar transversal sobre as pessoas em situação de rua nos permite o deslocamento delas desse lugar único em que, por exemplo, o Google as enquadra. Não há transversalidade ali. As pessoas estão sempre no mesmo lugar, com as mesmas roupas, em posições semelhantes. A transversalidade de que nos fala Guattari (ibid), por sua vez, afirma a “dimensão contrária e complementar às estruturas geradoras de hierarquização piramidal e dos modos de transmissão esterilizadores de mensagens” (p.100). Transversalizar também me desloca, me convida a ocupar lugares outros, a enxergar pessoas outras nessa imagem única sobre as pessoas

em situação de rua com quem tenho trabalhado, estudado e pesquisado. Podemos produzir transversalidade para sairmos de uma leitura unívoca sobre essas pessoas que, ao mesmo tempo, não produza uma visão idealizada sobre elas? De que modos?

O chamado “fenômeno” de pessoas em situação de rua não é recente no mundo. Há relatos de pessoas habitando as ruas de centros urbanos de vários lugares do planeta desde a Idade Média, pelas mais variadas razões: devido a condições de extrema pobreza decorrente do contexto social e econômico vigente, reflexos de pós-guerra, movimentos migratórios, dentre outros. Alguns estudos, que analisam a produção social da miséria no contexto do sistema capitalista, como o de Viviane Pereira (2009), apontam a permanência de pessoas na rua como resultado dessa lógica e, inclusive, como condição para manutenção desse sistema.

Outras publicações, como a organizada por Igor Rodrigues e Dmitri Fernandes (2020), questionam o mito difundido no debate público que relaciona a situação de rua com delinquência, falta de atividades laborais e ociosidade, relacionando as pessoas que vivem nas ruas à vagabundos/as, insubordinados/as e mão de obra disponível. Para esses autores¹, não há como pensar o processo de situação de rua sem levar em conta questões referentes à própria constituição do Brasil como nação independente:

[...] o primeiro agrupamento considerado marginal no contexto urbano está ligado à vadiagem, ao vadio, vagabundo e à mendicância, pedinte, esmoleiro, mendigo, por vezes também chamado de indigente, não simplesmente pela ocupação das cidades, mas pelo fato de que ambas figuras espelhavam na época do Brasil Colônia e Império desajustes à lógica do binômio senhor-escravo, portanto, marginais na estrutura social. (Rodrigues & Fernandes, 2020, p. 25).

¹ Para a compreensão do surgimento das pessoas em situação de rua nas grandes cidades do país, e como se deu o processo de criminalização desse público ao longo dos anos, sugiro a leitura de “Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades”, organizado por Igor Rodrigues e Dmitri Fernandes (2020).

Tratava-se, portanto, de outro tipo de marginalidade social, que agrupava quem não era proprietário nem trabalhador e, portanto, dificilmente localizável na estrutura escravocrata (ibid). Essa conformação originou “uma formação de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil da monocultura” (ibid, p.25). As figuras do “vadio” e do “mendigo” passam a ser criminalizadas como consta no artigo 295 do Código Criminal do Império, datado de 1830. Ao longo dos anos, mesmo com a evolução da legislação, com a vadiagem e a mendicância sendo revogadas por meio da lei² 11.983, de 17 de julho de 2009, e outros projetos de inclusão social das pessoas em situação de rua à vista, ainda são comuns movimentos que pretendem exterminar essas pessoas do contexto urbano.

Muitas cidades adotam como estratégia de intervenção voltada às pessoas em situação de rua uma arquitetura da exclusão (Rosa, 2005; Giorgetti, 2006; Frangella, 2009) a fim de alterar algumas paisagens para que ali elas não permaneçam, não durmam, não se estabeleçam. Temos inúmeros exemplos disso, desde fincos, pedras e pedaços de ferro fixados debaixo de viadutos, até prefeituras jogando jatos de água gelada, no inverno, em pessoas que dormem nas calçadas; recolhendo de forma arbitrária seus poucos pertences; as rampas antimendigo (Kunsch, 2008); as marquises de prédios com sistema de “pinga-pinga” que molha quem debaixo delas passa.

Algumas pesquisas científicas evidenciam isso, tal como discutem Aline Sicari e Andréa V. Zanella (2018). As autoras problematizaram, a partir da revisão sistemática de 115 produções científicas brasileiras (datadas de 2006 a 2016), que ainda há uma construção social da imagem das pessoas em situação de rua, com forte contribuição da mídia, que as estigmatiza e encara como “vagabundas, inúteis e criminosas” (p.673). Será que essas pessoas podem ser reduzidas a isso? Que efeitos produz essa redução?

² Lei que revoga o art. 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais.

Diversas produções científicas, como as de Rita de Cássia Gomes (2006), Danichi Mizoguchi, Luis Artur Costa e Manoel Luce (2007), Debora Galvani (2008), Rejane Pizzato (2012), Iacã Macerata, José Guilherme Soares e Julia Ramos (2014), Gilderlândia Kunz, Ana Lucia Heckert e Silvia Carvalho (2014) e Tiago Lemões (2017), têm contribuído para apresentar outras facetas da história, visibilizando pessoas em situação de rua a partir de suas diferenças. Essa tese coaduna com esses estudos e assume o compromisso de contribuir para a construção de histórias outras sobre as pessoas em situação de rua.

Em certa medida, a convocação de que trato aqui a mim souo como movimento insurgente que visa desestabilizar (mesmo que temporariamente) as formas dominantes de subjetivação (Rolnik, 2018). Um esforço de torção do olhar a respeito de existências historicamente relegadas à condição marginal.

Certa vez, li uma passagem de dois dos interlocutores desta pesquisa, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992, p.222) que assim dizia: “trata-se de liberar a vida lá onde ela é prisioneira, ou de tentar fazê-lo num combate incerto”. Tomei a liberdade de pensar essas vidas de que falam tais autores como a imagem que a cidade produz sobre as pessoas em situação de rua e de transpor tais palavras para a minha condição de pessoa, psicóloga e pesquisadora: tenho alguma convicção de que esta pesquisa é um combate incerto, mas urgente e necessário. E que pode, de alguma maneira, contribuir para que desloquemos nosso olhar e possamos ajudar a compor imagens outras sobre essas pessoas, que não aquelas moralizantes, estigmatizantes, opressoras e violentas. Um deslocamento possível e necessário.

Inspirando-me na defesa da vida a que Deleuze e Guattari nos convidam e discutem em suas obras, assumi, na condição de pesquisadora, o compromisso que ao longo desta tese será esmiuçado: o de problematizar as relações que a cidade institui com

as pessoas em situação de rua. A cidade em questão, foco de meu olhar, é Florianópolis/SC, lugar que habito há 07 anos. Entretanto, outras cidades estão também presentes nesta tese, direta ou indiretamente, pois a pesquisa fala de um modo de relação entre corpos balizado pelas tensões características de contextos urbanos.

1.1 A cidade e a rua, a ruacidade: vários corpos num só corpo

De que/quais lente/s lançarei mão para compreender a cidade? Penso que uma breve retomada das origens do que hoje compreendemos como cidade faz-se necessária. Raquel Rolnik (1995) remonta à origem das primeiras cidades de que se tem notícia ou dos “embriões de cidade”: os zigurates. Templos localizados nas planícies da Mesopotâmia, três mil anos antes da era cristã, tais embriões ilustram a analogia feita pela autora, ao afirmar a cidade como um ímã. “O templo era o ímã que reunia o grupo. Sua edificação consolidava a forma de aliança celebrada no cerimonial periódico ali realizado. Deste modo, a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização” (Rolnik, 1995, p.14).

A construção de locais para a realização de cerimônias evidenciava um modo diferenciado de o ser humano se relacionar com a natureza e ocupar o espaço. A partir do momento em que ele planta o que come, é necessária a definição do espaço vital de forma permanente. “A garantia de domínio sobre este espaço está na apropriação material e ritual do território. E assim, os templos se somam a canteiros e obras de irrigação para constituir as primeiras marcas do desejo humano de modelar a natureza” (ibid, p.13).

Esse modo de organização das cidades, a partir da construção dos templos, já dizia de uma forma outra de ocupação do espaço. O templo era uma obra grandiosa, que exigia a produção de muitos tijolos. Para tal empreitada era essencial moldar o que vinha da natureza e, portanto, “[...] os construtores de templos, ao mesmo tempo que fabricavam

um habitat sobre a natureza, se organizavam enquanto organização política” (ibid, p.14-15).

Gregos e romanos se referiam à cidade como *polis* e *civitas*, respectivamente. Ambas nomeações tinham mais a ver com práticas políticas exercidas por seus cidadãos do que com a localização geográfica. No entanto, tanto na *polis* como nas *civitas*, não bastava ser morador da cidade para ser considerado cidadão. Somente os indivíduos que tinham por direito a participação na vida política eram tidos como tais: “[...] escravos, estrangeiros e mulheres, apesar de habitantes da cidade, não participavam das decisões a respeito de seu destino” (ibid, p.22).

David Harvey (2012) remonta à origem das cidades relacionando-a com a concentração social e geográfica do produto excedente. Afirma que o processo de urbanização sempre teve como marca o fenômeno de classe, “à que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos” (ibid, p.74).

As cidades ocidentais, tal como as conhecemos hoje, pautam seu cotidiano em um modelo que se aproxima do que as pesquisadoras Fabiana Britto e Paola Jacques (2009) intitulam de processo de “espetacularização urbana”, que remete “às nefastas consequências do processo de privatização dos espaços públicos pela especulação imobiliária e a consequente gentrificação (enobrecimento de áreas com expulsão da população mais pobre) das cidades contemporâneas” (Britto & Jacques, 2009, p.338).

Paola Jacques (2012) relaciona a espetacularização urbana à pacificação do espaço público, uma vez que tal processo tenta esconder algumas das “tensões que são inerentes a esses espaços e, por conseguinte “[...] esterilizar a própria esfera pública, o que, evidentemente, esterilizaria qualquer experiência e, em particular, a experiência da alteridade nas cidades” (p. 14).

Michel de Certeau (2014), ao evidenciar as formas com que as cidades têm sido monitoradas e dependido cada vez mais de suas redes de vigilância, afirma que é ainda mais urgente descobrirmos que uma sociedade inteira não se reduz a essas redes, e nos convida a refletir sobre “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (ibid, p.40).

Penso ser necessário e inadiável tratarmos a cidade que trouxe até aqui via teóricos/as de diferentes áreas do conhecimento, como uma cidade que também é feita de pessoas, para além de suas vidraças, outdoors, shoppings, grandes projetos de revitalização, dentre outros. São “cidades imateriais, que sempre estiveram presentes na experiência cidadina, autorizando expressões culturais – arquitetônicas, urbanísticas, artísticas – que deslocam a pregnância de um conceito material, construído, visível e fechado de cidade que já demonstrou seus limites e as exclusões que acarreta” (Britto & Jacques, 2009, p.345).

Nesta tese, faço a leitura da cidade como corpo, tal como problematizam Cássio Hissa e Maria Luisa Nogueira (2013), constantemente produzida no encontro com outros corpos e que os afeta diretamente. Para esses autores:

Há o corpo da cidade, os corpos na cidade e a relação – ela mesma, um corpo – cidade-corpo. O corpo da cidade é movente. Ele não é feito apenas do sítio onde a cidade é erguida, mas da vida dos que fazem o mundo que experimentamos na cidade. Na cidade, misturamo-nos sempre – mesmo quando não há desejo de mistura –, desenhando, com nossa heterogeneidade, uma configuração plural e cambiante. Híbrida e contraditória. Antagonismos diversos se inscrevem no corpo da cidade, justamente onde o conflito se pronuncia de maneira mais ou menos ruidosa”. (ibid, p.58).

1.2 Meu corpo e os corpos das pessoas em situação de rua: contextualizando nossos encontros e algumas possíveis reverberações

Minha aposta enquanto pesquisadora sempre foi a de investigar de modos outros, sensíveis à potência dos encontros, ao corpo da cidade, disponibilizando meu próprio corpo às incertezas do campo, “de peito aberto”, como já disseram Leonardo Garavelo e Tania Galli Fonseca (2016). Eu poderia falar de atravessamento ou passagem, ao relatar meus encontros com pessoas em situação de rua, mas acredito que a ideia de transversal (Guattari, 2004), apresentada anteriormente, me possibilita, além de outros modos de investigar, modos outros de pensar sobre esses encontros³. Concordo, pois, com Regina Benevides de Barros e Eduardo Passos (2012), quando dizem que o transversalizar é uma “operação [...] que permite outro modo de investigar” (p.239).

O primeiro encontro com pessoas em situação de rua que me afetou significativamente aconteceu no início do ano de 2011, quando comecei a atuar como psicóloga do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP⁴ da cidade de Governador Valadares, Minas Gerais. Eu havia recém retornado à minha cidade natal, após viver 07 anos na capital do estado, Belo Horizonte, onde me graduei em psicologia e concluí o mestrado. O Centro POP era novo na cidade e estava em fase de implantação, e nova para mim, também, era a experiência de trabalhar com pessoas em situação de rua.

³ Na maior parte dos escritos que compõem esta tese optei por escrever em primeira pessoa do singular, mas devo destacar que aqui jamais escrevo sozinha. Parafraseando Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), fui ajudada, aspirada, multiplicada para que estes textos acontecessem.

⁴ O Centro POP, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da resolução nº109, de 11 de novembro de 2009, e no âmbito da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é uma unidade de referência pública e estatal, que oferece atendimento especializado às pessoas em situação de rua. Em Governador Valadares (MG), e outras cidades do país, como Tubarão (SC), Itajaí (SC), Maceió (AL), Várzea Grande (MT), São Carlos (SP), é comum utilizarem a abreviação CREAS POP.

O serviço foi criado com o compromisso de colocar definitivamente na agenda pública brasileira os direitos dessas pessoas, principalmente a partir da aprovação, no ano de 2009, da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), instituída através do decreto 7.053 de dezembro de 2009. O Centro POP “deve ofertar, obrigatoriamente [...] atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo [...] das pessoas em situação de rua” (Brasil, 2011).

Como psicóloga, minhas principais atribuições eram: realizar o acolhimento dos usuários/as⁵, fazer entrevistas de cadastramento no serviço, encaminhar para a rede socioassistencial e de saúde e acompanhar as atividades da equipe de abordagem social. Segundo informações obtidas no Caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro POP (Brasil, 2011), deve funcionar na instituição, obrigatoriamente, o Serviço Especializado em Abordagem Social à população em situação de rua a partir de avaliação e planejamento prévio da gestão local, atendendo ao que está previsto na Tipificação Nacional⁶. Tal abordagem deve ser direcionada aos “diversos segmentos que utilizam espaços públicos-praças, entroncamentos de estradas, terminais de ônibus, dentre outros - como espaço de moradia e sobrevivência”, tendo como objetivo identificar nos territórios “a incidência de situações de risco pessoal e social por violação de direitos como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras” (Brasil, 2011, p.6). O Centro POP acolhe voluntariamente as pessoas em situação de rua, durante o dia, e não possui sistema de abrigo noturno.

Além dessas atividades, outra atribuição minha no Centro POP era realizar as

⁵ No Centro POP mencionado, as pessoas em situação de rua atendidas eram comumente chamadas pelos/as profissionais de “usuários/as”. Também era bastante utilizado o termo “morador/a”.

⁶ Ver: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf.

chamadas oficinas socioeducativas⁷. Inicialmente não sabia que tipo de oficina propor, já que conhecia pouco o público atendido, e nosso vínculo ainda estava em processo. Resolvi, então, utilizar a minha formação paralela em teatro, dança e circo para elaborar uma proposta de oficina. Também quis retomar a experiência que tive durante minha pesquisa de mestrado (Santos, 2010), quando realizei oficinas de teatro junto aos/as usuários/as do Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM Noroeste)⁸ de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Inspirada pelo trabalho realizado no mestrado, e também pelo de pesquisadores como Jardel Sander da Silva (2001), Marcos Eduardo Rocha Lima (1999), Peter Pál Pelbart (2013), dentre outros/as, desenvolvi com os/as usuários/as do Centro POP diversas atividades, dentre elas: exercícios de aquecimento e desaquecimento vocais, expressão corporal, jogos de interpretação teatral e escrita de peças teatrais, todas atividades elaboradas em conjunto ao longo do processo.

Eu me orientava por uma proposta de oficina-movimento, que não fizesse os participantes meramente reproduzirem técnicas e/ou exercícios. Lá trabalhávamos com propostas discutidas coletivamente. No início, eu apresentava algumas possibilidades de atividade para que juntos decidíssemos com quais delas trabalhar. Aos poucos, cada participante levava sua própria ideia de exercício e/ou materiais diversos, como fantasias, adereços para montagem de cenários, músicas, livros e escritos autorais, para juntos elaborarmos uma proposta de trabalho. Tal como ocorreu nas oficinas que analisei em minha pesquisa de mestrado (Santos, 2010), e inspirada por algumas pistas do método

⁷ A denominação “oficinas socioeducativas” está presente no documento de orientações técnicas sobre o Centro POP e o serviço de abordagem, disponibilizado no site da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania.

⁸ Em Belo Horizonte, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico - são nomeados CERSAM porque sua criação é anterior a do documento que os intitula CAPS. A portaria do Ministério da Saúde (nº 336) datada de 19 de fevereiro de 2002 dispõe sobre a proteção e os direitos dos/as cidadãos e cidadãs em sofrimento mental e redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental.

cartográfico (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2012), acompanhei durante minha atuação como psicóloga no Centro POP de Governador Valadares um processo-improvisado construído coletivamente, (re)pensado e (re)criado a cada encontro.

Duas oficinas foram ali construídas, a saber: de expressão corporal e jornal, as quais não se deixaram delinear unicamente pelo que está estabelecido nas cartilhas elaboradas pelo Governo Federal, anteriormente mencionadas. A condição primeira para que tais oficinas ocorressem era a presença ativa dos/as usuários/as, que não apenas participavam do processo, mas que também eram autores/as do que ali criávamos.

Nas oficinas de jornal produzíamos escritos, colagens, desenhos. Nada semelhante ao formato tradicional de um jornal, mas muito mais próximo da proposta das fanzines⁹. Já nas oficinas de expressão corporal, trabalhávamos exercícios de alongamento, relaxamento, respiração e alguns movimentos inspirados na dança contemporânea, que nos ajudavam a entender nossos possíveis enquanto corpos e enquanto coletivo.

O espaço das oficinas foi se tornando, a cada encontro, um lugar de possibilidades. Cada atividade realizada era pensada e construída coletivamente. Contamos com algumas parcerias importantes, que nos deram apoio para experimentarmos outras linguagens, como a colagem e a fotografia¹⁰. Da oficina de jornal nasceu o “VAGO: *produção transeunte e sem moradia fixa!*”, um impossível-possível, traduzido nos versos de um dos usuários do Centro POP ao escrever que “não existem sonhos, se não houver oportunidades” (Guida, 2013).

VAGO, livreto inspirado nas fanzines, foi planejado e elaborado coletivamente

⁹ Segundo Muniz (2010) “o termo fanzine, que surgiu da aglutinação de fanatic (fã) e magazine (revista), teria sua emergência na década de 1930, nos Estados Unidos, e remeteria às publicações de leitores de revistas de ficção que, não podendo participar do mercado profissional, criavam, editavam e distribuíam por conta própria suas próprias histórias (p.1)”.

¹⁰ Silvana Soares, jornalista, nos ensinou a técnica para produção das fanzines e Wadson Gomes Amorim, professor dos cursos de Design de Produto e Design Gráfico da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), ajudou a materializar nossos escritos e imagens ao contribuir para a seleção das produções e criação de um nome para nosso livreto, além de realizar a diagramação do mesmo.

pelas pessoas em situação de rua usuárias do Centro POP de Governador Valadares, por mim e algumas parcerias-amigas que fizemos durante o percurso. O livreto reuniu alguns poemas, colagens e desenhos, eleitos por nós para comporem o material após exaustivo processo de seleção, já que durante os três anos em que ocorreram as oficinas muita coisa foi produzida. Duas foram as edições publicadas: uma em 2012 e outra em 2013, ambas trazendo em sua contracapa, porta de entrada do material, o nome de todos/as que, naquelas páginas, puderam passar da condição de (in)visíveis-(im)possíveis para outra condição de (in)visibilidade. Através do VAGO essas pessoas foram alçadas à condição de autores/as.

A palavra (in)visível foi assim grafada ao longo do texto porque, tal como apontam Igor Rodrigues e Dmitri Fernandes (2020), não há como pensar as pessoas em situação de rua como meramente invisíveis no contexto da cidade, o que pode criar:

[...] uma falsa ideia de indiferença, ocultando a enorme visibilidade desta população em termos do controle penal, repressão e punição [...] a perspectiva teórica da invisibilidade acaba sendo desconstruída e não tendo validade quando os indivíduos em situação de rua comungam e relatam intenso cotidiano de intolerância e humilhação, com diversas formas de violência física e simbólica. É um pressuposto fático que o invisível não pode incomodar, mobilizar ações policiais, ser expulso de praças, locais públicos [...] a questão é [...] qualificar de qual visibilidade se trata”. (ibid, p.13).

Esta pesquisa, justamente, aposta que pessoas em situação de rua tem uma visibilidade indesejada, o que discuto nos demais capítulos da tese. Voltando à experiência em Governador Valadares: a primeira edição do VAGO foi financiada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Cerca de 1.200 cópias foram impressas e distribuídas por

várias cidades do estado e fora deste. Cada autor/a recebeu uma quantidade de exemplares que estipulamos previamente, e as fez circular pela cidade e/ou fora dela.

VAGO foi lançado em um evento realizado numa praça de Governador Valadares: a Praça João Paulo Pinheiro, mais conhecida como Praça da Estação, localizada em frente à estação ferroviária, local por onde transitam o trem de passageiros que liga a cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais à capital do Espírito Santo, Vitória e os trens de carga que transportam minério de ferro. Um local movimentado, parte relevante da paisagem da cidade e importante para os/as usuários/as do Centro POP, já que muitos deles fazem desse lugar sua principal parada.

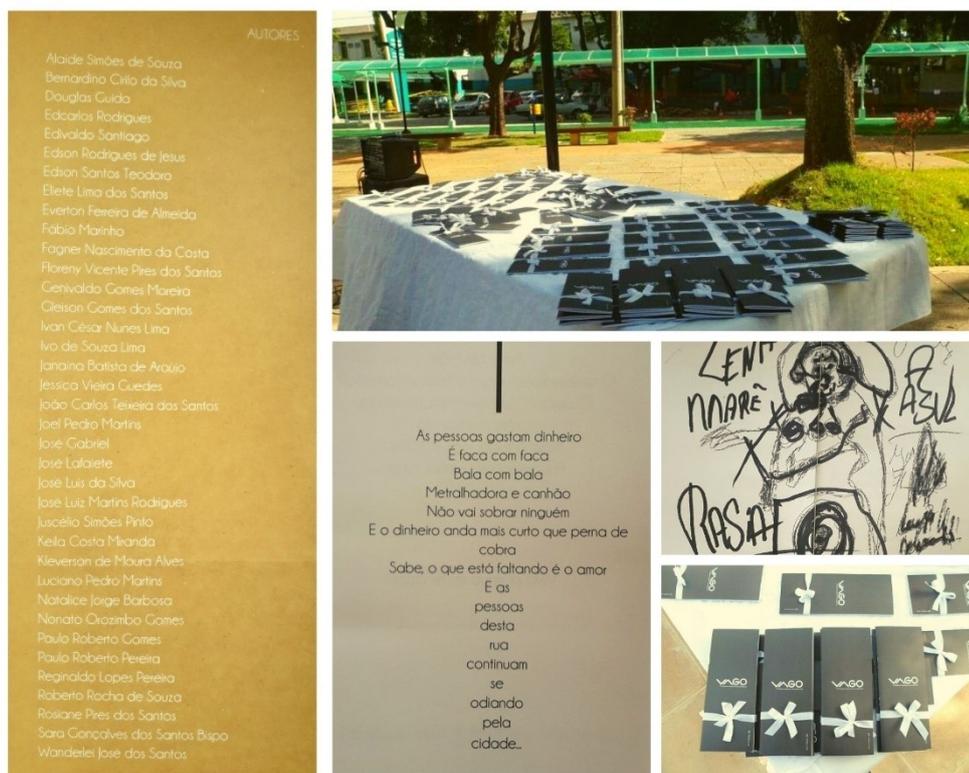


Figura 1: Lançamento do livreto VAGO na Praça da Estação
Fonte: Arquivo da pesquisadora

Algumas autoridades da cidade, como secretários/as municipais e representante da prefeita, estiveram presentes, além de jornalistas, profissionais de equipamentos da saúde e assistência social do município, e familiares dos/as autores/as. O evento também

foi noticiado em alguns veículos midiáticos. Uns/umas concederam entrevistas, outros/as ao microfone compartilharam com os/as presentes sua experiência ao longo do processo criativo. A presença das pessoas em situação de rua, naquele instante, naquela cidade, existia a partir de outro lugar. Ali estava sendo visibilizada a possibilidade deles/as se reconhecerem e virem a ser reconhecidos/as como produtores culturais, como artistas, como escritores/as.

Foi uma intervenção em modos de ver, sentir e pensar uma forma de vida diversa do hegemônico, de produzir imagens outras para essas pessoas, momento em que “o chamado excluído enuncia táticas, produz estranhamentos que desacomodam aqueles que pretensamente almejam cuidá-lo ou dizimá-lo” (Baptista, 2019, p. 599).

Outro encontro que tive com pessoas em situação de rua aconteceu no ano de 2013 quando atuei num projeto inspirado no Consultório na Rua¹¹ do Ministério da Saúde, idealizado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e executado em parceria com a Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Éramos uma equipe de 06 profissionais (01 assistente social, 01 psicóloga, 01 técnico de enfermagem e 03 educadores sociais) que circulavam por Governador Valadares em uma unidade móvel de atendimento (kombi), nos períodos matutino e noturno, atendendo pessoas em situação de rua, com o objetivo de facilitar o acesso delas às redes de saúde e socioassistencial do município. Outra de nossas funções era acompanhar e mapear suas andanças pela urbe.

À época eu pude perceber que a lógica de movimentação dessas pessoas era outra e se opunha ao modelo sedentário de viver predominante nas cidades contemporâneas. Trato aqui do sedentarismo das cidades como uma lógica que as fixa e limita a um

¹¹ O Consultório na Rua, vinculado à Atenção Básica em Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos pontos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e atua “de forma itinerante, ofertando ações e cuidados de saúde para a população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde” (Brasil, 2011).

determinado padrão de existência/funcionamento, cujos códigos de comunicação são rígidos e pré-determinados, pautados na noção de propriedade, e que as impossibilita de abrirem-se à invenção. Essa movimentação das pessoas em situação de rua pela cidade era, inclusive, motivo de confronto com a população e com os órgãos oficiais de administração e fiscalização. Uma situação não restrita à cidade em que residia, por certo. Uma condição que desafia governantes e políticas voltadas à garantia de seus direitos, que requer indicadores para se compreender a situação e com ela trabalhar, como veremos a seguir.

1.3 Pessoas em situação de rua, a cidade e a “contagem”

Tiago Lemões (2016), ao problematizar o nascimento do termo população em situação de rua, afirma que é na década de 1990 que, no Brasil, “tornou-se imperativo [...] conhecer essa ‘população’, saber de onde vêm, quem são e como vivem” (p.54). Segundo o autor, nas décadas subsequentes, as capitais brasileiras passaram a encomendar pesquisas sistemáticas qualitativas a fim de elaborar estratégias diferenciadas de intervenção.

Para Igor Rodrigues et.al (2020), é a partir daquela década que se multiplicam e adensam os movimentos populares de caráter coletivo e organizacional, tais como Rede Rua, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o Grito dos Excluídos, a Marcha do Povo de Rua, a criação das cooperativas de coletores de resíduos sólidos recicláveis em todo país e a instituição de um dia de Luta da população de Rua (19 de agosto). Sobre a emergência desses movimentos, Tiago Lemões (2016) esclarece:

Ao menos nas últimas duas décadas, assistimos à crescente implicação de agentes, instituições e organizações estatais, religiosas e não governamentais na defesa e reivindicação de direitos de pessoas com distintas trajetórias biográficas, mas que

supostamente comungam de uma descontinuidade relacional com o universo do trabalho formal e com o mundo privado, doméstico e familiar. Definidos a partir de critérios que explicitam, sobretudo, “perdas sucessivas” e a partilha da condição de “pobreza extrema”, estes sujeitos são oficialmente categorizados como população em situação de rua. Tal definição vem sendo conduzida e significada no processo de consolidação de um campo de intervenções e mobilizações cada vez mais atrelado à retórica dos direitos, progressivamente estandardizada em campanhas, programas e políticas públicas por diferentes esferas governamentais e mobilizações sociais, como o Movimento Nacional da População de Rua, o MNPR. (Lemões, 2016, p.54).

Esse outro olhar voltado às pessoas em situação de rua contribuiu, por sua vez, para a emergência de legislações especiais voltadas à assistência dessa população. Nesse contexto, são elaboradas a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) no ano de 1993, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, e o decreto 7.053 em 2009 - que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e sua contagem oficial. Entretanto, esses avanços vieram marcados por contradições: “os avanços proclamados por leis e decretos, investidos na luta contra a ‘exclusão social’, também foram escoltados pela criminalização da permanência das camadas pobres e negras da população brasileira nos espaços públicos” (Lemões, 2016, p.55).

Entre agosto de 2007 e março de 2008, o à época Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria das Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação (SAGI), realizou uma pesquisa em 71 cidades do país, a saber, 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. Constatou-se a existência de 31.922 pessoas em situação de rua com mais de 18 anos. Algumas capitais como Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo foram

excluídas da pesquisa por já terem desenvolvido levantamentos semelhantes.

No documento que apresenta os resultados do I Censo e Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, intitulado “Rua: aprendendo a contar”, encontramos a defesa de que “ao aprender a contar, a gente coloca o problema diante dos nossos olhos. E nos responsabilizamos em oferecer respostas” (Brasil, 2009, p.5). O trabalho, considerado “de envergadura inédita” (ibid, 2009), permitiu que se visibilizassem as pessoas que não aparecem nos censos demográficos brasileiros, uma vez que as coletas são de base domiciliar. Segundo Marco Antonio Natalino (2016), “nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas, incluem entre seus objetivos sequer a averiguação do número total da população não domiciliada” (p.7). A estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) é de que no país, até o ano de 2015, havia 101.854 pessoas em situação de rua. Apesar desses esforços, ainda não existe um diagnóstico qualitativo nacional sobre pessoas em situação de rua.

Em 2019, a juíza federal Maria Alice Paim Lyard, da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, determinou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a União incluam as pessoas em situação de rua no Censo de 2020. São capítulos próximos a acompanharmos. Isto posto, questiono-me: quem não cabe no Censo caberia no que hoje concebemos como cidade? De que modo?

1.4 A caminhada ao trilhar: sobre a abertura do corpo à porosidade dos encontros no processo de pesquisar

As relações com os campos que transversalizaram minha atuação profissional e, conseqüentemente, minha vida, sejam esses campos de trabalho, campos de conhecimento – em que se destacam a psicologia, a filosofia e a arte -, permitiram-me definir o campo-tema de minha pesquisa no doutorado. Para Peter Spink (2003), a noção

de campo-tema ultrapassa a ideia do campo de pesquisa como mero espaço físico, para onde o/a pesquisador/a se dirige a fim de realizar sua investigação e buscar informações, de forma neutra e objetiva. O autor afirma que o campo, na perspectiva da psicologia social, se inicia no momento em que nos vinculamos à temática sobre/com a qual pesquisamos, e que “o resto é a trajetória que segue esta opção inicial; os argumentos que a tornam disciplinarmente válida e os acontecimentos que podem alterar a trajetória e re-posicionar o campo-tema” (Spink, 2003, p.30).

O campo-tema, portanto:

[...] são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades. (Spink, 2003, p.36).

A problematização da condição de pessoas em situação de rua, das imagens que sobre elas são historicamente produzidas e reiteradas, e das relações entre essas pessoas e a cidade, portanto, estiveram presentes antes de minha entrada no doutorado e persistiram durante todo o percurso da pesquisa. Durante a trajetória no doutorado, os inúmeros encontros com a arte¹², em suas mais variadas expressões, possibilitaram-me, via experiência estética, (re)olhar meu cotidiano de pesquisadora e minha relação com o campo-tema. A constatação da indissociabilidade entre arte e vida, tal como discutem Lev Vygotsky (1999), Mikhail Bakhtin (2011), Andréa V. Zanella (2017), dentre outros/as autores/as, foi fundamental para a produção desta tese e, mais especificamente, para a discussão empreendida nos dois primeiros artigos que compõem essa pesquisa.

¹² Os afetamentos de um desses encontros possibilitou a produção do texto “Expressível do Vazio, de Juliana Hoffman: as tramas das traças e a (re)escrita das pessoas em situação rua na cidade”, elaborado em parceria da companheira de pós-graduação Amanda Moreira Teixeira e publicado no livro “Arte e Cidade, memória e Experiência” organizado por Andréa Vieira Zanella (2020).

Luis Artur Costa, Andréa V. Zanella e Tania Galli Fonseca (2016) chamam atenção para o fato de que o diálogo e articulação entre a psicologia social e arte, fértil sobremaneira, se faz não por mera afinidade, mas pela crença de que nesse plano “as coordenadas da ciência se dissolvem a favor das composições estéticas e éticas” (p.605), e acrescentam que esse agenciamento têm produzido “novas paisagens em nossa ciência” (ibid).

Em consonância com o que defendem tais autores/as, minha aposta e esforços durante a pesquisa de doutorado foi a de, a partir dos encontros com a arte, problematizar as relações estabelecidas entre cidade e pessoas em situação de rua, tensionando esses encontros. Com os materiais recolhidos da vida pela arte no processo de sua produção (Vygotsky, 1998), lancei-me ao diálogo via encontro com materiais diversos, recolhidos de minhas experiências com pessoas em situação de rua, com imagens fotográficas de arquivos públicos da cidade (Casa da Memória e Arquivo Histórico Municipal), com algumas notícias veiculadas na mídia e com obras de arte (dança e videoinstalação). Esses materiais possibilitaram minha aproximação e o tensionamento do modo como a cidade se relaciona com pessoas em situação de rua.

Os encontros com esses materiais levou-me a desenvolver uma pesquisa de inspiração cartográfica. Tânia Galli Fonseca (2012) afirma que propostas inspiradas na cartografia dedicam-se a movimentos que nos fazem perder a posição central, conduzindo-nos a processos em que nos reconhecemos como corpos-de-passage, produzindo “cortes no nosso próprio corpo que, como organismo individuado, abre-se para o sensível, associa-se ao inteligível e faz consistir um outro registro, um outro mapa do que estamos nos tornando” (p.7).

Eis, pois, o que o/a leitor/a encontrará nos capítulos e artigos que compõem esta tese: a narrativa de tensões produzidas nos encontros de corpos de pessoas em situação

de rua com o corpo da cidade, com meu próprio corpo, e o que desses encontros foi possível, na pesquisa, produzir. A tese que defendo, portanto, é de que as pessoas em situação de rua causam ruídos no universo que não lhes é destinado na tessitura da urbe. Não há para elas lugar oficial no plano de aceitabilidade urbana, mas elas estão nas vias e espaços públicos, resistindo nos entrelugares.

1.5 Estruturação do corpo da pesquisa

A pesquisa orientou-se pelo objetivo geral que problematiza as relações que a cidade institui com as pessoas em situação de rua. Desse, desdobraram-se os seguintes objetivos específicos: perscrutar, via experiência estética, as tensões do encontro dos corpos das pessoas em situação de rua com o corpo da cidade; analisar o modo como a cidade responde à presença, permanência e trânsito de pessoas em situação de rua; investigar rastros de medidas higienistas voltadas às pessoas em situação de rua em documentos que narram a história da cidade.

O percurso metodológico da pesquisa é apresentado no capítulo 2. Os resultados estão dispostos em formato de artigos. Foram elaborados 04 artigos, cujo padrão de apresentação na tese levou em conta a ordem em que foram escritos. O desenvolvimento de um texto deixou alguns rastros a serem seguidos, que conduziu à escrita de outro e assim sucessivamente, de forma rizomática (Deleuze & Guattari, 2011). Apresento, a seguir, uma breve síntese de cada um dos artigos.

O artigo 1, intitulado **Arte, corpo, cidade: sobre elefantes e pessoas em situação de rua**, parte da experiência estética vivenciada na condição de espectadora do espetáculo de dança Protocolo Elefante, da cia de dança catarinense Cena 11, para problematizar a condição das pessoas em situação de rua no Brasil e algumas das tensões que emergem do encontro de seus corpos com o corpo das cidades.

O artigo 2, **“Macunaíma-Colorau” e pessoas em situação de rua: sobre pesquisa, arte e vida**, parte do encontro do meu corpo com uma obra de arte para desenvolver a discussão sobre pessoas em situação de rua e sua complexa relação com a cidade. O diálogo com a videoinstalação Macunaíma-Colorau, de autoria dos artistas pernambucanos Clarisse Hoffman e Lourival Cuquinha, exposta no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) durante o 35ª Panorama da Arte Brasileira, tensiona a forma como olhamos as pessoas em situação de rua e que lugar lhes oportunizamos ocupar na cidade. Na esteira, o próprio pesquisar e a condição de pesquisadora foram discutidos.

No artigo 3, **Pessoas em situação de rua, fotografia e cidade: memórias de uma Casa da Memória**, problematizo, a partir da flânerie por 2.669 fotografias produzidas no contexto do tradicional concurso Maratona Fotográfica de Florianópolis entre os anos de 1995 e 2010, encontradas na Casa da Memória de Florianópolis - referência no que diz respeito ao arquivamento de documentos históricos oficiais e não-oficiais da urbe - o olhar da cidade para as pessoas em situação de rua. Essas imagens produzidas no encontro de fotógrafos/as com os corpos dessas pessoas, foram alçadas à condição de imagem da cidade via reconhecimento público com a premiação no concurso, divulgação e arquivamento em órgão oficial.

Já o artigo 4, **Pessoas em situação de rua e o “centro do universo”**: tensões entre a cidade planejada e a cidade praticada, buscou rastros de medidas higienistas voltadas às pessoas em situação de rua em uma das legislações mais importantes de uma cidade, que a organiza e planeja: o Plano Diretor. Entrelaçadas à discussão do último plano diretor da cidade de Florianópolis, estão algumas fotografias produzidas por mim ao longo da pesquisa e que permitem pensar sobre os efeitos da lei nos corpos das pessoas em situação de rua.

Por fim, no tópico **Assentando finais: algumas considerações**, reúno, a partir de algumas marcas que o processo deixou em meu corpo, os “possíveis” produzidos com esta pesquisa e algumas questões que com ela foram suscitadas.

2 O processo de pesquisar e alguns de seus “entres”

A primeira aposta metodológica empreendida nesta pesquisa talvez tenha sido a tentativa de estabelecer uma relação estética com o campo-tema em questão, que pudesse “produzir outros sentidos para o que é visto, ouvido, (re)conhecido, assim como reconstruir o olhar sobre o mundo” (Furtado & Zanella, 2007, p. 316).

Olhos e andar atentos em meio ao fluxo apressado da cidade, entre as calçadas, espreitando as possibilidades de um por vir. Meu corpo como parte da paisagem, mas desconfiado, buscando observar cada detalhe do que nem sempre foi possível ver durante o trajeto casa-universidade-campo-tema de investigação. No decorrer do processo de pesquisa aprendi com a leitura de alguns trabalhos de Walter Benjamin, e pesquisadores/as que trabalham com o seu referencial, sobre a atitude de pesquisador/a amparada na relação do flâneur com a cidade.

Flanar deriva de uma figura observada pelo poeta francês Charles-Pierre Baudelaire: o flâneur “[...] é um apaixonado pela cidade, pela multidão, e é promotor de resistência na massa uniforme na medida em que experiencia e cria imagens críticas à cidade” (Sousa & Bechler, 2008, p.398). Sobre a experiência do flanar, Andréa V. Zanella (2017) afirma que:

[...] é atividade complexa: requer um corpo atento à escuta dos murmúrios que se espraiam no tempo e espaço em que se vive; um tempo e espaço preenhe de tempo e espaços outros, uma tensa arena em que se (des)encontram variadas vozes sociais, algumas histriônicas, outras persistentes, outras tantas subjugadas, tantas

outras silenciadas. Flanar requer um corpo que se camufla nessa multidão de vozes objetivadas de variadas maneiras; um corpo que adentra o próprio corpo da cidade como simplesmente mais um na multidão [...]. (Zanella, 2017, p.103).

Durante um dos trajetos, em minha flânerie, munida de um andar (des)compromissado pela cidade, um acontecimento¹³ interpelou-me. Peço licença a quem me lê para trazê-lo como intercessor (Deleuze, 1992) à discussão sobre o método que o sucederá, ou como uma dentre várias “pedrinhas, preciosas ou não, que podemos usar como balizas provisórias na exploração dos territórios desconhecidos do presente” (Gagnebin, 2018, p.11).

Vinte de outubro de 2018. Sábado. Quase 22 horas. Frio e chuva. Estava retornando de uma supervisão em grupo com minha orientadora de doutorado e companheiras/os de pós-graduação. Naquele dia debatemos três textos: um capítulo de tese e dois projetos de pesquisa. Discutimos sobre arte, estética, ética, política, fotografia, teatro do oprimido de Augusto Boal e assistência social. Um dia de muito trabalho e bons encontros.

Para chegar em casa eu tinha algumas opções de trajeto. Havia decidido tomar o caminho que tem uma praça como meio, ponte, travessia. Gosto desta praça por sua peculiar forma de existência. Árvores, pássaros, cachorros, um centro cultural, uma agência dos correios, dois bares, alguns bancos de madeira, uma escultura em homenagem às mulheres rendeiras de Florianópolis, uma pitangueira, alguns aparelhos de ginástica das conhecidas academias da saúde, mandalas feitas de vidro por uma artista local afixadas em alguns postes, um balanço solitário apoiado em uma árvore de jamelão. Tudo

¹³ O acontecimento narrado é parte dos registros do meu diário de campo. Por acontecimento, neste recorte que apresento, escolho aproximar-me da seguinte afirmação de Suely Rolnik: “imantação de uma multiplicidade de diferenças, necessariamente singular, que anuncia uma transformação irreversível de nosso modo de subjetivação. Isto nos coloca em estados de sensação desconhecidos, que não conseguem expressar-se nas atuais figuras de nossa subjetividade, as quais perdem seu valor, tornando-se inteiramente obsoletas (1992, p.99).

isso coexiste ali, se movimenta, compõe e altera a paisagem do bairro, (re)fazendo-se constantemente.

Acho interessante a forma com que tantas existências ali acontecem, em suas particulares condições, e como elas se relacionam entre si. Gosto da praça porque é o espaço do caos, do absurdo, do possível e do impossível, das pequenas rotinas, dos desvios necessários, dos barulhentos ensaios de carnaval, das rodas de capoeira, da feirinha de artesanato de domingo. Lugar da roda de samba, das barracas de comida, das apresentações de dança.

Em quase todas as vezes que passo por essa praça deparo-me com pessoas em situação de rua. Neste dia passei por um homem, alguém que me pareceu ser seu amigo e um cachorro. Sempre os vejo por ali – o homem e o cachorro - mas nunca antes havia conversado com eles. Vi o cachorro (muito conhecido pela vizinhança) correr com um bambolê na boca. O cachorro e o bambolê despertaram-me para uma aproximação. Parei e cumprimentei o cão. Ele pareceu responder ao cumprimento, abanando o rabo e permitindo algumas carícias.

Cumprimentei seu dono, que me cumprimentou de volta e me contou sobre a conversa que estava tendo com seu amigo: suas viagens pela Venezuela. Coincidentemente naquele ano tal país era constantemente mencionado em meios de comunicação no Brasil e no mundo, em virtude da crise política, social e econômica pela qual estava passando. Muitos/as brasileiros/as, inclusive, diziam ter medo de nosso país se tornar “uma Venezuela”.

Os dois homens estavam sentados apoiados numa parede externa do centro cultural. Em uma das janelas, um deles perfilou vários livros de literatura. Naquele momento éramos o cachorro, o bambolê, o homem-viajante, seu amigo, a praça e eu. O homem-viajante, repleto de adereços (pulseiras, colares e anéis) nos disse, enfaticamente,

que viagens como a que ele mencionou devem ser feitas pela água.

Seu amigo disse que é sergipano. Contei a ele que tenho muita vontade de conhecer Aracajú. Ele “torceu a cara” e disse que Aracajú é a capital rica, que ele era do interior. Perguntou-me de onde eu era. Disse que sou mineira. Os dois, viajante e amigo, queriam saber em qual cidade nasci. Disse que sou de Governador Valadares, da terra do Pico da Ibituruna e dos campeonatos mundiais de voo livre. O viajante disse que conhecia Valadares. O amigo falou que foi casado com uma mulher natural de uma cidade do interior de Minas Gerais e que com ela teve dois filhos. Um deles, engenheiro, foi morto pela polícia.

O amigo perguntou se eu residia em Florianópolis. Disse que sim, bem próximo à praça. O viajante retirou de uma das caixas de madeira que o rodeava, e onde guardava seus pertences, um livro: “Os Lusíadas”. Ofereceu-me o livro. Ele disse que como o centro cultural estava fechado ele se sentia responsável por oferecer algum tipo de conhecimento às pessoas do bairro. Uma pessoa em situação de rua havia acabado de me ofertar um saber.

Durante todo o tempo em que eu e os dois homens conversamos, fomos observados por quatro jovens, que estavam ali bem próximos, debaixo da pitangueira. Achei que não era mera observação. Eram olhares de estranheza, espanto. Mais ao fundo, uma pessoa no bar também o fazia. Agradei o livro, me despedi dos três e continuei meu trajeto. Cheguei em casa com aquele encontro ressoando em meu corpo. Foi inevitável não pensar em como, naquele dia, tantas coisas aconteceram e se conectaram.

Poucas horas antes desse encontro, em nosso grupo de pesquisa, circularam dois cordéis recém-publicados por uma conhecida editora brasileira: um deles discorria sobre necropolítica tropical, de autoria de Peter Pál Pelbart, e o título do outro era “Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência”, de Vladimir Safatle. Dois cordéis, um tipo

de literatura muito difundida na região Nordeste do Brasil. Um dos homens com quem conversei na praça era nordestino. Senti-me convocada pelos dois homens a pensar sobre essa condição, pessoas em situação de rua, e sobre as ruas por onde passamos. O que emergem delas? O que elas queimam, o que queimam delas e nelas? O que aprendi com a rua e com pessoas em situação de rua nesse dia?

2.1 Sobre a cartografia e o cartografar

Vida e pesquisa são processos, e ambos estão amalgamados. A tese que aqui desenvolvo não concebe uma pesquisa pautada num ideal de neutralidade. Essa pesquisa se “contamina” e se “nutre” de vida e de teoria, não das duas separadas, mas do que desse encontro entre elas podemos tirar de melhor, que nos desloque, que nos promova movimentações outras, que sejam úteis à produção de conhecimentos que queremos ajudar a construir. A pesquisa, portanto, foi acontecendo e reconhecendo-se baseada em processos, no acompanhamento de processos a partir de uma perspectiva cartográfica.

Acerca da proposta de acompanhar processos, Laura de Barros e Virgínia Kastrup (2012) nos advertem sobre dois sentidos distintos da palavra “processo”. Segundo as autoras, o primeiro deles diz respeito à ideia de processamento, e “evoca a concepção de conhecimento pautada na teoria da informação” (p. 58). Partindo desta perspectiva, a pesquisa é entendida como coleta e análise de dados. Outro sentido atribuído à palavra remete à ideia de processualidade, com a qual venho trabalhando desde o mestrado e com a qual tentei articular as discussões aqui tecidas.

A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós [...] o tempo todo, estamos em processos, em obra. O acompanhamento de tais processos depende de uma atitude, de um *ethos*, e não está garantida de antemão. Ela requer aprendizado e atenção permanente, pois sempre podemos ser assaltados pela política cognitiva do pesquisador

cognitivista: aquele que se isola do objeto de estudo na busca de soluções, regras, invariantes. O acompanhamento de processos exige também a produção coletiva do conhecimento. Há um coletivo se fazendo *com* a pesquisa, há uma pesquisa se fazendo *com* o coletivo. (Barros & Kastrup, 2012, pp. 73-74).

Minha postura primeira ao aprofundar-me pelo campo-tema de pesquisa foi disponibilizar meu corpo ao desafio de acompanhar um ou alguns processos. Mas de que processos trato aqui? Do processo de relação entre três corpos: os corpos das pessoas em situação de rua, o corpo da cidade e meu próprio corpo.

Mais do que articular tais discussões, a processualidade faz rede com investigações brevemente relatadas na introdução desta tese e que foram parte de minha atuação profissional e acadêmica, sendo alicerce para o desenvolvimento da pesquisa que desenvolvi. As perguntas são produzidas no agora, em diálogo com o passado e direcionadas a um porvir, tecendo redes múltiplas com meu campo para que eu me (re)coloque no lugar de pesquisadora. Isso porque, ao pesquisar processos, “ganham destaque as interrogações tanto voltadas para o deslocado de si como para quem mesmo pergunta, para a problemática que se quer investigar e para as motivações e inquietações que movem o pesquisador” (Zanella, 2013, p.52).

A cartografia, proposta pelo filósofo Gilles Deleuze e pelo psicanalista institucional Félix Guattari, é considerada um tipo de pesquisa-intervenção que nos permite analisar não só questões referentes ao campo-tema de pesquisa, mas a implicação do/a próprio/a pesquisador/a durante o processo, possibilitando não só a investigação, mas a “produção de realidade, produção de mundo” (Kastrup, 2016, p.20). Para Roberta Romagnoli (2016), a cartografia também é uma forma de se rastrear a vida e é urgente problematizar, para além do enfoque no que faz ou não da cartografia um método de pesquisa, o que se produz com e a partir dela. Reitero que desde as minhas primeiras

experiências profissionais tenho trabalhado a partir da perspectiva de indissociabilidade entre atuação e intervenção, tentando mapear esse constante movimento de vir a ser a partir de minha relação com o campo e com a vida.

Tal como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, a cartografia fundamenta-se na Esquizoanálise, também conhecida como Filosofia da Diferença, Paradigma Ético-Estético-Político, Pragmática Universal, dentre outros nomes, tendo como obras inaugurais “O Anti-Édipo” (1972) e “Mil Platôs” (1980). Criada na década de 1970 após o encontro entre esses autores, a proposta de teoria e prática opera a partir dos paradigmas da imanência, da transversalidade e da complexidade que “não incide em elementos nem em conjuntos, nem em sujeitos, relacionamentos e estruturas. Ela só incide em *lineamentos*, que atravessam tanto os grupos quanto os indivíduos” (Deleuze & Guattari, 2012a, p.85). É, por conseguinte, imediatamente prática e política, “quer se trate de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade. Pois, antes do ser, há a política” (ibid).

Segundo Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998, p.145), “indivíduos ou grupos, somos feitos de linhas, e tais linhas são de natureza bem diversa. A primeira espécie de linha que nos compõe é segmentária, de segmentaridade dura”. Essas linhas duras, também chamadas de molares, nos encaixam no que, de certa forma, nos faz ser reconhecidos/as socialmente, como nome, profissão, família a que pertencemos, dentre outros. “Em suma, [são linhas duras] todas as espécies de segmentos bem determinados, em todas as espécies de direções, que nos recortam em todos os sentidos, pacotes de linhas segmentarizadas” (ibid).

As linhas flexíveis ou moleculares, em contrapartida, são aquelas que propiciam, que traçam “pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos: não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis” (Deleuze

& Parnet, 1998, p.145). Já as linhas de fuga são as que permitem a abertura para o novo, as rupturas com os modelos, possibilitando invenções.

Luciano Bedin da Costa e Alexandre Amorim (2019), destacam que as três linhas “operam em coexistência, agindo no território a ser cartografado (e no próprio pesquisador). Cada linha tem sua funcionalidade e seus riscos, devendo o cartógrafo mapeá-las e trabalhar a favor da liberação da vida onde ela parece estar mais aprisionada” (p.914).

Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2012) destacam que, na condição de pesquisa-intervenção, a cartografia requer que o trabalho de quem pesquisa não seja prescritivo, e nem se oriente por “regras já prontas [...] objetivos previamente estabelecidos” (p.17). Entretanto, esses autores advertem-nos que tais condições para se cartografar não devem ser interpretadas como ações sem direção. Pelo contrário, o que se propõe é que revertamos o sentido tradicional de método, “não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas *metá-hódos*¹⁴ mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hódos-metá*” (ibid, p.17). A pesquisa vai, portanto, sendo construída à medida em que se caminha.

Para Luciano Bedin da Costa (2020), eleger a cartografia como método de pesquisa é refletir constantemente sobre a relação com o campo de forças que nos compõe e que compõe nossos campos de pesquisa – e que é intrínseco a ambos – e questionar-se: “eu tolero isso”? Para o pesquisador, esse tolerar tem a ver com a manutenção do corpo do/a pesquisador/a nesse jogo de forças, sustentar-se em meio às imprecisões do processo de pesquisa; relaciona-se com o desafio de produzir conhecimento sem saber exatamente para onde se vai e onde ou como se vai chegar.

¹⁴ Sobre a etimologia das palavras: *metá* diz respeito à reflexão, verdade, raciocínio e *hódos* significa caminho, direção.

Pautando-se nessa compreensão de cartografia, a pesquisa realizada pretendeu-se muito mais uma ética do que um enquadramento em certa ordem ou exercício do dever; pautou-se mais na pergunta “o que podem essas pessoas em situação de rua no contexto da cidade?” do que “o que devem essas pessoas ser/fazer no contexto da cidade?”.

Para Virgínia Kastrup (2016), o/a cartógrafo/a não se preocupa em definir, contornar seu objeto, sujeito de pesquisa, mas sim o que neles/as se move, o que pulsa, onde o conhecimento escapa de nossas mãos. Segundo a pesquisadora, a cartografia é método, mas também uma ética, uma estética e uma política, e sempre uma pesquisa implicada em que produzimos conhecimento para transformar o mundo e não para representar uma realidade preexistente.

Ao se cartografar é necessário conviver com a incerteza e a imprevisibilidade. Partir ao campo sem rotas engessadas, mas aberto/a de forma sensível às relações que promovem fissuras “[...] que podem vir a se abrir e a provocar a abertura de tantas outras, para direções inesperadas” (Zanella, 2013, p.45), estabelecendo, pois, relações estéticas com quem/o que se pesquisa.

Àqueles/as que apostarem na cartografia como método de pesquisa, alerta: é necessário tempo. A cartografia exige maior disponibilidade do corpo, que deve estar aberto, disposto a se afetar pelas forças do campo. Ter tempo para ir delineando as linhas que o compõem, os fluxos, as formas, rabiscando mapas, tateando o entre das relações, buscando as pontas soltas. Reunir tudo isso e produzir sentidos para sustentar o que se impõe primeiramente ao/a pesquisador/a como problema e tentar chegar à algumas (possíveis) saídas, soluções, pistas.

2.2 Sobre a pesquisa realizada

Não há como explicitar um fio condutor rígido e/ou cronológico do trabalho de campo que realizei ao longo da pesquisa. Todas as etapas se amalgamaram, se



Figura 3: Ampliação da região central de Florianópolis
Fonte: Google Maps

O último levantamento, que apresenta dados referentes às pessoas que estão em situação de rua em Florianópolis, foi produzido por uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e de interesse público, chamada Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), em parceria com pessoas em situação de rua. O “Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis” foi publicado no ano de 2017 e congregou, além de informações sobre a realidade do município, dados de cidades vizinhas, a saber, Biguaçu, São José e Palhoça. Em Florianópolis, 499 pessoas em situação de rua participaram da pesquisa, o que não representa, de fato, o número real dessas pessoas na cidade.

No mês de abril de 2020, a Secretaria de Assistência Social do município divulgou, durante um evento realizado na Câmara de Vereadores, que a cidade registrava 500 pessoas em situação de rua (CMV, 2020). No segundo semestre de 2020, fiz uma solicitação à Gerência de Média Complexidade do SUAS do município, através de sua ouvidoria. Questionei ao órgão se eles possuíam algum levantamento recente sobre o

perfil e número de pessoas em situação de rua na cidade. Retornaram-me via ofício¹⁵, no dia 06 de novembro do mesmo ano, afirmando que ainda estão buscando parceiros para atualizarem esses dados; mencionaram que o diagnóstico feito pelo ICOM, apesar de não ter caráter censitário, é o que apresenta informações mais atualizadas sobre o público em questão.

Inspirada pelo método cartográfico, procurei mapear os vestígios e rastros da presença das pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis. Acompanhei certos encontros daqueles corpos com o corpo da cidade, não somente como mera espectadora, mas tentando “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (Barros & Kastrup, 2012, p.57) e ofertando “língua para afetos que pedem passagem” (Rolnik, 1987, s.p). Ou, tentando detectar, como já afirmou Laura Pozzana (2013), “a trama que acompanha o ato de conhecer e de criar um mundo, pois assim nos aproximamos do que engendra o pessoal e o coletivo; nos aproximamos do conhecimento concreto e articulado que tem efeitos políticos. Éticos e estéticos” (Pozzana, 2013, p.48).

Entendo o próprio pesquisar como experiência. Experiência essa que nos indica “a capacidade da prática e da teoria de caminharem juntas, tendo como premissa fazer o fazer, pensar sobre o fazer, pensar sobre o pensar, fazer o pensar” (Bethonico & Romagnoli, 2016, p.63).

Lancei mão, para o registro dos encontros de meu corpo com os corpos das pessoas em situação de rua e com o corpo da cidade, de um diário de campo ou caderno de memórias, que me serviu como termômetro para meus rumos (Barros, 2000). Nele anotei observações e guardei minhas impressões sobre o cotidiano da pesquisa. Cada situação,

¹⁵ Protocolo de solicitação número 013052020000069-50. Ofício de resposta nº 75/SEMAS/DPSE /GMC/ 2020 recebido via e-mail.

evento ou surpresa relacionada ao campo-tema desta investigação - que afetou meu corpo - está registrado nesse diário.

Parte do diário é físico e nele também guardei os rastros, as marcas do meu encontro com o campo-tema de pesquisa. Marcas estas materializadas em formato de poesia, como a que recebi de uma pessoa em situação de rua com quem conversei ao flunar pelo centro da cidade. Aos pés da escadaria da catedral de Florianópolis, ela recitou para mim um poema, transcreveu-o numa folha de figueira (árvore imponente e muito comum nesta região da cidade) e presenteou-me (figura 4). Ou estampadas num pedaço de papelão, como o desenho que ganhei de outra pessoa em situação de rua em frente ao Mercado Municipal. Ilustração de sua vida, ali registrada após alguns minutos de conversa. Algumas fotografias, que produzi durante a trajetória de pesquisa foram armazenadas digitalmente. Em síntese, o diário de campo ou caderno de memórias da pesquisa realizada conserva alguns relatos de minha experiência pela cidade.



Figura 4: Poesia na folha de figueira - Memórias do diário de campo
Fonte: Arquivo da pesquisadora

Foi importante e necessário, no processo de pesquisar, caminhar pela cidade, flunar em busca de vestígios deixados tanto pelas pessoas em situação de rua ao transitarem pela urbe, quanto do que se opõe à presença delas: traços de impedimentos, de confrontos, de negação de sua presença, acompanhando a “textura das situações” (Pozzana, 2013).

Fiz uma imersão pelo centro da cidade, flanei pelas vias estreitas, praças e avenidas. Um caminhar descompromissado somente na aparência, pois “o flâneur está sempre à espreita de pequenos detalhes que possam deslocar nossa maneira de ver e sentir as paisagens que constituímos e que, ao mesmo tempo, nos constituem” (Teixeira & Santos, 2020, p.174).

Ao caminhar pela urbe, registrei alguns rastros de passagens, permanências, encontros e confrontos entre os corpos já mencionados, utilizando o recurso da fotografia¹⁶. Meu objetivo, ao produzir fotos no e do campo-tema de pesquisa, negou-se a “pretensões representacionais” (Fonseca, Amador, & Oliveira, 2011, p.74) e balizou-se por uma perspectiva poética. Luis Artur Costa, Tania Galli Fonseca e Margarete Axt (2014) apontam para a diferenciação entre imagem como representação e imagem como poética, colocando esta última como aquela que faz “delirar o urbano” e que nos permite “ter tempo para ver, para forçar ver transgredindo a visão, assim como o ato de pensar: dar outra visão ao ‘visível sempre visto’ (visto demais, tão visto que não se pode nem ver e nem deixar de ver), olhar de viés para desamarrar o nó veloz e imóvel que garante o clichê” (p.1158).

Fotografei, por conseguinte, alguns encontros dos corpos das pessoas em situação de rua com o corpo da cidade, com o cuidado de não objetificar, coisificar e simplificar as pessoas e as forças que emergem de seus encontros, traçando caminhos contrários ao:

¹⁶ As fotografias foram produzidas com a câmera do telefone celular (smartphone).

[...] consumo da humanidade do outro, sendo o termo ‘consumo’ aqui, utilizado no sentido da sua primeira definição no dicionário Aurélio: “gastar ou corroer até a destruição”. Esta ‘nova tendência’, portanto, utiliza-se deste outro, apropriando-se da sua singularidade, do que o torna diferente de nós, e transformando-a em curiosidade para o nosso consumo e em poderoso limitador à sua sociabilidade, na medida em que força a sua contenção dentro de uma categorização empobrecedora. (Kuster, 2008, p.6).

Por esse cuidado e respeito às pessoas com as quais pesquisei, muitas imagens permaneceram como registros em mim, apenas. Não foram fotografadas pelas lentes de minha câmera. Ficarão guardadas, pois, nas lentes de meu corpo.

A análise das fotografias produzidas, por sua vez, teve como eixo principal as tensões produzidas nos encontros dos corpos das pessoas em situação de rua com o corpo da cidade e o meu próprio corpo. Há que se lembrar que considero aqui as fotografias como documentos. Ultrapassando a definição encontrada em diversos dicionários da Língua Portuguesa, que limita o documento a uma prova ou evidência, trato nesta pesquisa dos documentos como ferramenta para visibilizar os indícios que podem parecer imperceptíveis para a maioria (Ginzburg, 1991).

Realizei pesquisa documental a fim de compreender a história do centro da cidade - suas memórias - tentando transitar transversalmente no tempo e espaço, e investigar de que forma os corpos em questão têm se relacionando na e com a cidade. Para tanto, flanei pelos documentos de dois relevantes arquivos públicos da cidade: a Casa da Memória¹⁷ e o Arquivo Histórico de Florianópolis. Durante cerca de um ano e meio, algumas idas e vindas a essas duas instituições compuseram meu trajeto de pesquisa.

¹⁷ Detalhes da pesquisa com os arquivos da Casa da Memória encontram-se no artigo 3 desta tese.

O Arquivo Histórico é um órgão da Prefeitura Municipal de Florianópolis, criado pela lei municipal nº 4.491 de 14 de setembro de 1994, e inaugurado no dia 19 de dezembro de 1995. Lá é possível encontrar documentos históricos oficiais de vários órgãos da prefeitura, tais como correspondências, alvarás, requerimentos, registros gerais, folhas de pagamento, livros-registro do antigo cemitério da Ponte/Desterro (1841/1925) e fotografias.

Já a Casa da Memória, inaugurada em 2004, é gerida pela Fundação Cultural Franklin Cascaes¹⁸, que integra a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude. Lá podem ser encontradas mais de 45 mil peças documentais, acervo este constituído, em grande parte, por doações realizadas pela população do estado de Santa Catarina. Ambos estão localizados no centro histórico de Florianópolis, próximos da sede da prefeitura, da conhecida praça XV de novembro e da catedral da cidade, na região demarcada nas figuras 2 e 3 apresentadas neste capítulo.

Algumas perguntas me inquietavam durante a pesquisa nos arquivos, a saber: quem produziu os registros encontrados? Quando? Em que contexto de enunciação e em que contexto de tensão de corpos? O que diz a cidade a partir de seus arquivos históricos? O que pode dizer do encontro desses corpos?

Devo salientar que não assumi o compromisso de uma análise de todo o material encontrado nas duas instituições, mas sim o de flunar por seus arquivos e deixar-me afetar pelas tensões que consegui visibilizar no encontro com os documentos.

Também flanei por 1.427 fotografias do acervo de imagens de Waldemar Anacleto, fotógrafo florianopolitano e assessor de imprensa do estado de Santa Catarina entre os anos 1956 e 1979. O material foi tratado e digitalizado pela equipe do projeto

¹⁸ O nome da Fundação Cultural é uma homenagem a Franklin Joaquim Cascaes (1908-1983), que foi um pesquisador da cultura açoriana, folclorista, ceramista, antropólogo, gravurista e escritor. Na Escola Técnica Federal de Educação foi professor de escultura, desenho, modelagem e alfaiataria.

“Imagens da mudança: visibilidade para o acervo fotográfico do TMT”, pertencente ao Núcleo de Estudos sobre as transformações no mundo do trabalho (TMT), vinculado ao Departamento de Sociologia da UFSC. O Núcleo criou um endereço eletrônico¹⁹ que agrega a biografia de Waldemar Anacleto e fotos que ele produziu ao longo de sua trajetória profissional, incluindo algumas pertencentes às exposições organizadas por ele (que circularam pelo Brasil e exterior) cujo objetivo era retratar o desenvolvimento industrial e as paisagens do território catarinense.

2.3 O Arquivo Histórico

Estive no Arquivo Histórico, pela primeira vez, em 2018. Lá fui recebida por um historiador. Apresentei-me e expliquei qual era meu objetivo ali. Dei detalhes sobre a minha pesquisa. Apesar da disponibilidade do profissional em guiar-me pelos inúmeros documentos que ali existem, já de início ele me alertou que eu nada encontraria sobre a temática. Confesso que essa afirmação não me causou surpresa. Como relato no artigo 3 desta tese, desde que comecei a trabalhar e pesquisar com pessoas em situação de rua fica evidente para mim que existe um processo de (in)visibilização/visibilização/hipervisibilização seletivo dessas pessoas.

Alguns/mas pesquisadores/as como Iacã Macerata (2010), Ada Pelegrini (2014), Karine Carneiro (2016), Tiago Lemões (2017), Igor Rodrigues e Dmitri Cerboncini Fernandes (2020), têm evidenciado esses processos em suas produções. Bader Sawaia, Aline Pereira e Lívia dos Santos (2018) também nos chamam a atenção para o processo de visibilidade perversa, resultante da visibilização das pessoas em situação de rua, no contexto do debate acadêmico, descomprometida “com a mudança social e com a escuta atenta às singularidades que compõem essa dramática realidade” (p.116).

¹⁹ Acesso através do link: <http://anacleto.ufsc.br/>.

Mesmo com a afirmação de que não havia nenhum documento ali que pudesse me fornecer pistas sobre as pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis, insisti em transitar pelo arquivo. Naquele momento, tive uma surpresa: parte daqueles milhares de documentos não receberam tratamento devido, nem sequer foram organizados, separados e catalogados. Dirigi-me ao arquivo achando que encontraria documentos históricos como notícias de jornais e cópias de legislações, mas, realmente, era difícil saber como achar determinados materiais. Tal situação evidencia e expressa a relação que a cidade e também o próprio país mantém com a produção social da memória²⁰.

Retornei ao arquivo alguns dias depois. Eu e o historiador - o mesmo profissional que me recebeu na primeira vez em que estive na instituição – conversamos muito. Ele me contou histórias da cidade, de pessoas consideradas importantes, mencionou os filmes produzidos por Edla Von Wangenheim²¹, citou outro arquivo público da cidade: a Casa da Memória. Falou sobre a quantidade de pessoas em situação de rua que transitam e/ou permanecem ali a noite, na praça XV, o que eles/as fazem, seus conflitos interpessoais e tensões com a polícia. Tudo isso pode ser espiado pelos profissionais do arquivo através da porta de vidro da instituição. Nesse dia, nada acessei. Antes de ir embora, porém, uma estagiária me chamou e disse que talvez tivessem algum material sobre pessoas em situação de rua. Pediu que eu voltasse depois, que ela iria procurar.

Na próxima vez em que estive na instituição, o profissional que havia me recebido anteriormente conversou com a estagiária e lembraram-se de algumas pastas que haviam organizado recentemente. Nelas estavam atestados de óbitos de pessoas enterradas como indigentes. Talvez, um indício a seguir. Estariam as pessoas enterradas como indigentes,

²⁰ Sobre a temática sugiro a leitura de Walter Benjamin (1994a), Aleida Assmann (2011), Marie Jeanne Gagnebin (2014) e Mariana Pasqualotto (2016).

²¹ Catarinense (1905-1998), filha de alemães que imigraram para a cidade de Itajaí (SC), produziu inúmeros registros fotográficos e audiovisuais (34 rolos de filmes em película 16mm) de Florianópolis e algumas cidades do interior do estado, no final da década de 1930 e início de 1940.

em situação de rua? Haveria a possibilidade de, por meio dos atestados, obter essa informação?

Flanei por alguns atestados do ano de 1959 e por um livro de registro de óbitos, cujas informações veiculadas compreendem as datas de dezembro de 1851 até novembro de 1854. Eram os arquivos de mais fácil acesso naquele momento. Chamou-me atenção o fato de que a maior parte das pessoas enterradas como indigentes tinham endereço residencial e outros dados importantes para identificação, como filiação, data de nascimento e local de origem. O que as fazia indigentes aparecia nas observações do documento, assim descrito: “indigente apresentou atestado de pobreza” ou “indigente pela pobreza”. Um carimbo de cor azul no topo de alguns documentos destacava: “indigente sepultado gratuitamente / Diretoria de Expediente de Pessoas”.

Mesmo que naqueles documentos não houvesse o que me remetesse às pessoas em situação de rua, algo estava posto: a cidade, à época, já dava sinais de quem “eram os impossíveis, os inaceitáveis no plano da aceitabilidade urbana” (Costa, 2014, p.71).

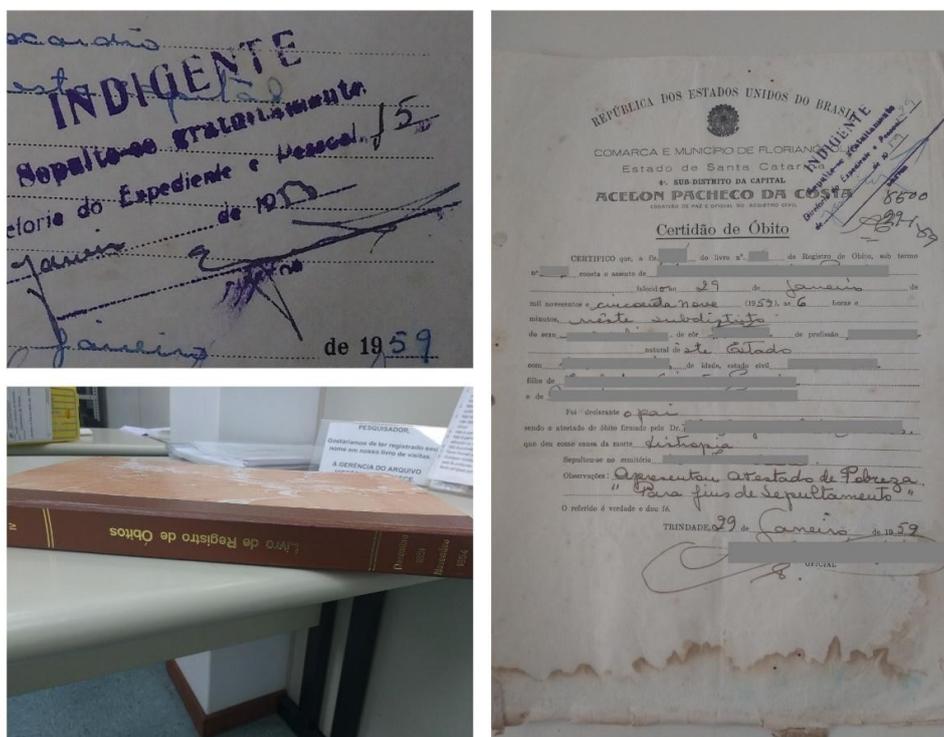


Figura 5: Livro de Registro de Óbitos e Certidão de Óbito
Fonte: Arquivo Histórico de Florianópolis

Retornei ao arquivo da cidade mais 03 vezes e flanei por 647 fotos. Tais imagens estavam sendo separadas recentemente – uma empreitada desafiadora, segundo os servidores que me receberam ali. A organização dessas fotografias foi feita por período de gestão municipal. Acessei as pastas que estavam melhor organizadas e de mais fácil acesso. Pude abrir as pastas do governo do prefeito Edson Andrino (1986-1988), de Espiridião Amim (1975-1978 e 1989-1990) e outras pastas que retratavam algumas obras realizadas na conhecida rua do centro da capital, a Felipe Schimdt.

Permitiram-me acessar alguns arquivos digitalizados que estavam em processo de separação e tratamento. Nesses arquivos vi fotografias de obras da cidade, como drenagem de ruas, calçamentos, construções de escolas e associações de bairro, além de imagens de reuniões oficiais da prefeitura de Florianópolis, de rompimento de barreiras, deslizamentos de pedras, descoberta de esgoto irregular e árvores nativas.

Um dos profissionais que me recebeu na instituição indicou-me ir até a Casa da Memória. Ele disse que lá eu poderia encontrar o que estava procurando. E quanto aos planos diretores da cidade e/ou outras legislações municipais, pelas quais busquei no arquivo histórico, ele afirmou que eu as encontraria no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Segui suas pistas e fui, primeiro, à Casa da Memória.

2.4 A Casa da Memória

A pesquisa na Casa da Memória durou mais tempo que no Arquivo Histórico. Foram diversas idas e vindas entre os meses de março e dezembro de 2019. Dirigia-me à instituição um ou duas vezes a cada 15 dias. O percurso ali percorrido culminou no artigo 3 desta tese.

Durante o tempo em que ali estive, flanei por 11.861 fotografias digitalizadas e armazenadas em 76 pastas. Também tive acesso ao catálogo do Núcleo de Audiovisual,

cujas 83 páginas listam e descrevem brevemente os curta e longa metragens ali arquivados. Ao ler os títulos e descrições dessas produções, constatei que somente um deles, o documentário “Intestino Grosso” de Augusto Canini, produzido no ano de 1989, cujo gênero é classificado como ficção, traz a temática pessoas em situação de rua. Não acessei tal documentário. Para a investigação que me propus a realizar, as fotografias bastavam.

Não pude deixar de considerar que a presença de meu corpo-pesquisador provocou alguns incômodos entre os profissionais da Casa da Memória. Algumas situações ali vivenciadas afetaram meu corpo, sobremaneira. Esses acontecimentos e tensões são problematizados no artigo 3 da tese.

2.5 O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

Para a pesquisa nos arquivos do IPUF, não foi necessário dirigir-me presencialmente ao local. Todo o contato foi feito por e-mail com um dos responsáveis pela biblioteca do instituto. O profissional disponibilizou-se a enviar parte da documentação que eu procurava; compilou trechos dos 03 planos diretores que Florianópolis já teve e a íntegra do último plano – ainda vigente e disponível no website da prefeitura. Em relação aos demais, o IPUF dispunha, na ocasião, apenas dos textos das leis que os regulamentaram, sem anexos, apêndices, tabelas e/ou mapas. A problematização sobre o plano diretor e seus efeitos nos corpos das pessoas em situação de rua foi empreendida no artigo 4 desta tese.

Por fim, saliento que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina, através da Plataforma Brasil, com certificado de apresentação para apreciação ética (CAAE) número 05429118.0.0000.0121

ARTIGO 1

Arte, corpo, cidade: sobre elefantes e pessoas em situação de rua²²

Resumo

O desafio de traduzir e analisar uma experiência estética, vivenciada na condição de espectadora da peça Protocolo Elefante, motiva a escrita deste artigo. O espetáculo integra o projeto homônimo do grupo de dança contemporânea Cena 11, o qual se dedica a pesquisar o modo de controle de corpo partindo da noção de um corpo que é, ao mesmo tempo, singular e coletivo. Com a figura do elefante, protagonista do espetáculo, objetivamos discutir a condição de pessoas em situação de rua e algumas das tensões que emergem do encontro de seus corpos com o corpo da cidade. Concluimos, através dessa experiência estética, que Protocolo Elefante explicitou violências de protocolos que aviltam a vida de variadas maneiras, como vemos acontecer cotidianamente com pessoas em situação de rua que habitam as cidades.

Palavras-chave: Corpo; Arte; Cidade; Pessoas em Situação de Rua; Psicologia Social.

Introdução

“Tudo começa pelo abismo.”

(Deleuze, 2015, p.193)

Começamos esta escrita com o anúncio de um abismo para pensar a experiência que nos colocou diante da fragilidade da existência humana. Segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Houaiss, a palavra abismo, dentre outros significados,

²² Artigo submetido e aprovado para publicação na Revista Psicologia: Ciência e Profissão On-line - ISSN 1982-3703.

diz respeito à abertura cujo fundo é geralmente desconhecido; lugar profundo, íngreme, despenhadeiro, precipício, ribanceira; tudo que é imenso; profundidade sem termo; imensidão, infinito, vastidão; tudo que é misterioso, enigma, incógnita; grande distância, separação incontornável, distanciamento, separação; situação de extrema dificuldade, condição insustentável (Houaiss & Villar, 2009). E de que abismo falamos aqui?

Trata-se da experiência estética vivenciada pela primeira autora durante a III Semana da Dança da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no início do mês de junho de 2017, quando teve a oportunidade de assistir ao espetáculo “Protocolo Elefante” da companhia de dança Cena 11. Radicado na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, o grupo Cena 11 atua há 22 anos, e é referência nacional e internacional no cenário de produção artística de dança contemporânea.

O espetáculo em foco neste artigo evidencia uma estética presente na cena artística contemporânea: não a estética do belo, mas aquela que tem como função primordial desterritorializar, tirando o/a espectador/a do terreno habitual ou zona de conforto, fazendo-o/a repensar a existência, provocando tensionamentos e convocando a respostas na esfera da vida.

Embora já tenha a espectadora/pesquisadora vivenciado momentos em que tal fragilidade fora escancarada, a aqui relatada a tocou de maneira ímpar. Talvez por remeter àquilo que a mobiliza a desenvolver uma pesquisa de doutorado: a RUA²³ e as pessoas que fazem dela sua morada ou meio de sobrevivência. Uma pesquisa que elege como protagonistas e foco do olhar outras pessoas que habitam o “entre”, os “espaços intermediários em torno da cidade, na sua margem” (Careri, 2013, p.14). “Estar ‘entre’ não quer dizer ser uma coisa ou outra, quer dizer ser temporariamente uma coisa e outra.

²³ Utilizamos aqui a RUA em caixa alta para destacar a forma potente com que ela mobiliza a primeira autora e a convoca a pesquisar a temática pessoas em situação de rua.

Estar no meio de [en train de] [...] em transformação. É não somente estar no meio ou em um meio, mas ser o próprio meio [...]" (Careri, 2013, p.10).

Os espaços intermediários os quais pesquisamos são ao mesmo tempo conhecidos e desconhecidos, familiares e estranhos, assim como o são as pessoas que os habitam e se configuram como "outros": tratam-se de pessoas que fazem das ruas das cidades suas moradas, que as habitam por tempos e em condições variadas. Pessoas que transitam anonimamente à luz do dia, mescladas à multidão que circula freneticamente por suas vias, e que ali permanecem quando o ruído do comércio e das repartições cessa ao final do expediente. Nas ruas de poucos/a passantes, nas praças e marquises de iluminação fugidia, assentam os poucos pertences que escondem, à luz do dia, e se deixam levar pelo ritmo da paisagem, afirmando suas presenças na vida da cidade. São, assim como os infames pesquisados por Michel Foucault (2003, p.207), "vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas".

Tal como o elefante personificado por cada uma/um das/os integrantes do espetáculo, as pessoas em situação de rua criam estratégias ímpares para sobreviverem às armadilhas diariamente vivenciadas na urbe. À medida em que seus corpos padecem tentando resistir à imposição de uma forma de vida que não os pertence, ou que a eles não faz sentido algum, afastam-se da manada, da multidão, e enfeitam seus corpos com os poucos objetos e histórias que os acompanharam ao longo de suas vidas.

Assumimos com esta escrita, ao olhar para estes corpos e para o elefante do espetáculo, um duplo desafio: o primeiro, de traduzir uma experiência estética, singular, vivenciada na condição de espectadora de uma apresentação de dança em um espaço cultural, para outra linguagem, desta vez escrita. Paulo Bezerra (2012), afirma que a tradução não deixa de ser um movimento de criação, uma vez que o tradutor:

[...] sempre é levado a escarafunchar os desvãos de sua língua, sua riqueza

vocabular, seu manancial de ditos e provérbios, suas formas de linguagem gestual, enfim, seus múltiplos recursos semânticos e morfossintáticos na tentativa de resolver problemas similares que o original lhe impõe. Ele sabe que trabalha com uma obra acabada, que precisa dar nova vida a essa obra, precisa realizar uma operação de Caronte, para usar uma metáfora de Topior, mas de tal forma que as personagens do barco-texto não percam a memória e a obra atravesse a contento o seu Estige, chegando viva à outra margem: à língua e à cultura de chegada, do tradutor. Para construir essa travessia, o tradutor tem de passar por um processo criador semelhante ao vivido pelo autor do original, guardadas, é claro, as devidas diferenças e especificidades. (Bezerra, 2012, p.47).

A tradução que aqui apresentamos é ponte a lançar a/o leitor/a em direção a outra experiência, em outro contexto: a condição de pessoas em situação de rua e algumas das tensões que emergem do encontro de seus corpos com o corpo da cidade. O segundo desafio, que a este primeiro está diretamente amalgamado, consiste em analisar essas tensões de modo a que possa vir a se configurar, a leitura deste escrito, como abertura do corpo da/o leitor/a ao encontro com corpos outros. Abertura esta que remete à forma com que compreendemos a existência das pessoas em situação de rua em relação à nossa própria existência. Pensemos, portanto, nessa abertura como uma tentativa de problematizar a questão do direito de existir ou como um convite aos seguintes questionamentos: “o que resta a um ser quando seu modo de existência é contestado? Que espaço-tempo ele ainda pode ocupar legitimamente?” (Lapoujade, 2017, p.24).

Para enfrentar esse duplo desafio, o artigo apresenta a seguir, informações sobre o grupo Cena 11 e as estratégias adotadas para a criação do projeto que culminou no espetáculo Protocolo Elefante. Na sequência é apresentado o referido espetáculo a partir da experiência da espectadora/pesquisadora, marcada pela sua trajetória e interesse de

pesquisa. A questão das pessoas em situação de rua em suas relações com a cidade emerge, por conseguinte, neste item e é desenvolvida na continuidade do artigo.

O Grupo Cena 11 e o processo de criação do Projeto Protocolo Elefante

O espetáculo Protocolo Elefante conclui o projeto homônimo do grupo Cena 11, desenvolvido desde o ano de 2014. Foi contemplado pelo Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna (2014) e realizado com o apoio do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Fundação Catarinense de Cultura, Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (FUNCULTURAL) e Edital Elisabete Anderle²⁴ de Santa Catarina (2014). No corpo de dançarinos estavam as/os artistas Karin Serafin, Mariana Romagnani, Aline Blasius, Marcos Klahn, Edu Reis Neto, Natascha Zacheo, Jussara Belchior e Hedra Rockenbach, também na direção de trilha sonora e iluminação.

No website²⁵ da companhia é possível encontrar algumas pistas sobre a trajetória do grupo. Segundo informações ali obtidas, o objeto de pesquisa central do Cena 11 é o modo de controle do corpo, partindo da noção de um corpo que é, ao mesmo tempo, singular e coletivo, “um corpo impossível de se compreender a sós” (Grupo Cena 11, 2016).

Alejandro Ahmed, responsável pela criação, direção e coreografia do espetáculo Protocolo Elefante, afirma que a ideia que o grupo defende sobre a dança tem a ver com uma dança em função do corpo, ao contrário de uma dança que exige o pertencimento do corpo a algum tipo de linguagem. E acrescenta: “no corpo vamos encontrar as condutas de mover capazes de, de alguma forma, traduzirem a realidade que estamos interessados em comunicar publicamente” (Ahmed, 2017).

Essa noção de uma dança em função do corpo remete à análise empreendida pelo

²⁴ Mais informações podem ser encontradas em: <http://www.fcc.sc.gov.br/editalelisabeteanderle/>.

²⁵ O website do Grupo Cena 11 pode ser acessado através do link: <https://www.cena11.com.br/>.

filósofo Gilles Deleuze de algumas obras do pintor irlandês Francis Bacon. No trabalho intitulado “Francis Bacon: lógica da sensação”, Deleuze (2007) tratou de conduzir suas/seus leitoras/es ao movimento traçado por aquele pintor, que transgrediu o caráter meramente representativo de uma obra, irrompendo as fronteiras da figuração, e privilegiando a Figura. Nas palavras de Maurício Manguiera e Eduardo Maurício (2012), interlocutores de Deleuze:

A figuração em pintura diz respeito exatamente a certa concepção, a certo modo de pensar: o representacional. Ela ocorre quando os vários elementos de uma tela, suas várias figuras e objetos, se dispõem de modo a pretender representar uma história, a ilustrar uma narrativa. Por outro lado, privilegiar a Figura seria, pelo menos em um primeiro momento, isolá-la, fazendo com que seja rompido o liame representativo existente entre ela e o resto da pintura. Assim, aquilo que parece estar sempre em evidência na obra de Bacon é justamente isto: como escapar da representação na pintura ou como liberar a pintura de um caráter predominantemente representativo. (Manguiera & Maurício, 2012, p.155).

É possível perguntar: a proposta de trabalho do Cena 11, analogamente ao movimento realizado por Francis Bacon ao pintar seus quadros, seria a “de tornar visíveis as diferentes forças que agem nos corpos, modificando-os, provocando-lhes alterações?”(Manguiera & Maurício, 2012, p.155). Estariam essas/es bailarinas/os evidenciando ao público a existência de um outro corpo, de um corpo sem órgãos (CsO)?

Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012), se apropriam da noção de CsO originalmente cunhada por Antonin Artaud²⁶ e apresentam esse corpo como o que está além do organismo, mas que é também limite do corpo vivido. Aos primeiros autores não

²⁶ Antoine Marie Joseph Artaud, mais conhecido como Antonin Artaud, foi um dramaturgo, poeta, ator, escritor, roteirista e diretor de teatro. Nasceu em Marselha, na França, no ano de 1914 e faleceu aos 51 anos.

interessava definir um corpo, explicar o que era ou não era um corpo, mas tratá-lo em sua corporeidade - que sustenta as forças incorporais estabelecidas nas relações.

O CsO corresponde, então, a algo da ordem da potência, que dá consistência aos fluxos da vida e se abre às multiplicidades (Santos, 2010, p.58). “O corpo sem órgãos se opõe menos aos órgãos do que à organização dos órgãos que se chama organismo. É um corpo intenso, intensivo [...] não tem órgãos, mas limiares ou níveis” (Deleuze, 2007, p.52).

Gilles Deleuze e Félix Guattari propõem uma concepção outra do corpo, que não corresponde a um despedaçamento dos órgãos vitais. A noção de um corpo sem órgãos nos permite pensar o modo de individuação corporal anteriormente à sua organização centrada, isto é, sem um centro organizador unificante e hierarquizante do corpo; e, a partir disso, “reformular a concepção do vital, ao criticar o modelo político da organização de um poder centrado, unitário, soberano, que submete o corpo a um modelo hierárquico das funções vitais” (Damasceno, 2017, p.141).

Partimos dessa noção outra de corpo para discutir o Projeto Protocolo Elefante. Houve intenso preparo do grupo na construção do espetáculo, processo que descreveremos brevemente a seguir.

O projeto foi dividido em cinco etapas, intituladas pela companhia de: autorretrato, espelho, êxodo/solilóquio, reencontro/acontecimento e residências. Autorretrato, etapa inicial do projeto, teve como proposta a realização de análise e autorretrato coletivos do quê e de quem o grupo é quando está reunido. Para tanto, a companhia trabalhou em conjunto por um período de quatro meses, na elaboração do que eles chamaram de sua autorreferência. Segundo Ahmed, “o autorretrato é um lugar onde estamos nos perguntando quem somos e, de certa forma, reivindicando quais são as origens do que a gente faz” (Grupo Cena 11, 2016). Ahmed afirma que essa etapa ocorre

constantemente.

A etapa Espelho consistiu no encontro, em momentos distintos, com os artistas Eduardo Fukushima²⁷, Michelle Moura²⁸ e Wagner Schwartz²⁹. A escolha desses artistas não foi aleatória, segundo Ahmed. A atuação de todos eles se relaciona com a área de investigação do grupo Cena 11, voltada às questões do design de movimento. O objetivo dessa etapa foi “ver quem você é para aquele que não é você, perguntar a outra pessoa quem ela pensa que você é. Assim, ela pode tanto revelar coisas que estão adormecidas em sua percepção quanto retificar outras que você percebe” (Grupo Cena 11, 2016). Cada convidado pôde intervir na rotina de ensaios da companhia durante dez dias, propondo inúmeras atividades como ações performativas e conversas sobre o treinamento do grupo.

A etapa que propôs o afastamento do elefante, intitulada Êxodo/solilóquio, permitiu aos artistas que se encontrassem consigo mesmos. Cada um deles isolou-se em diferentes partes do mundo a fim de conviverem com culturas e rotinas outras. Essa imersão solitária propiciou momentos de autoinvestigação, essenciais ao reconhecimento dos vestígios pessoais que compuseram o que foi construído em grupo. Além disso, essa etapa deu origem ao livro “Rumor”, produzido em parceria com o artista Pedro Franz³⁰. Êxodo muito se aproxima do movimento nômade dos elefantes, que precisam se deslocar frequentemente em busca de alimento, já que comem mais de 100 quilos de plantas por dia. Entretanto, esse movimento nem sempre diz respeito à busca por comida. A senilidade faz com que os elefantes se afastem da manada, já que não conseguem mais acompanhar seu ritmo. Chegam a criar grupos que se isolam em função da velhice, e lá

²⁷ Eduardo Fukushima é paulista, coreógrafo, dançarino e professor de Tai Chi Chuan.

²⁸ Michelle Moura é dançarina e coreógrafa catarinense, residente em Berlim. Os registros de sua obra e relato da trajetória da artista estão disponíveis no site <https://michellemoura.com/sobre/>.

²⁹ Wagner Miranda Schwartz nasceu no estado do Rio de Janeiro, é performer, coreógrafo e escritor. Seu endereço eletrônico é <https://www.wagnerschwartz.com/>.

³⁰ Pedro Franz é um quadrinista catarinense e colaborador da Revista Piauí. Mais informações sobre o artista e suas obras estão disponíveis em <http://www.pedrofranz.com.br>.

permanecem até morrer.

Já na etapa reencontro/acontecimento, a companhia se reuniu uma única vez para discutir esse isolamento vivenciado por seus integrantes: uma partilha de experiências aberta ao público.

Residências, etapa que aconteceu em Dusseldorf, Alemanha, na Bienal SESC de Dança em Campinas, São Paulo e no SESC Consolação, São Paulo, proporcionou aos artistas “aprenderem a aprender de novo” (Ahmed, 2017).

Cada uma das etapas integrou o que o grupo tem tentado fazer a cada novo projeto: reinventar sua forma de aprender. Movimento-exotopia ao promover um distanciamento fundamental para o processo de criação da/o artista, dando a ela/e o chamado excedente de visão. O conceito de exotopia, cunhado pelo teórico russo Mikhail Bakhtin está relacionado à:

[...] ideia de acabamento, de construção de um todo, o que implica sempre um trabalho de fixação e de enquadramento, como uma fotografia que paralisa o tempo. O espaço é a dimensão que permite fixar, inscrever o movimento ou, dito de outra forma, a dimensão em que o movimento pode se escrever e deixar suas marcas. A fixação é resultado de todo trabalho de objetivação, seja científico ou artístico, pois esse trabalho distingue dois sujeitos e duplica seus respectivos lugares: o daquele que vive no instante e no puro devir e o daquele que lhe empresta um suplemento de visão por estar justamente de fora. Por mais provisória que possa ser a objetivação produzida, ela implica sempre o extrair-se do puro movimento. (Amorim, 2016, pp. 100-101).

A peça Protocolo Elefante, produto final do projeto aqui relatado, gira em torno de um questionamento central: por que e para que continuar? Segundo Alejandro Ahmed,

em entrevista concedida ao canal do Youtube TV em cartaz³¹, tal pergunta surgiu no momento em que o grupo refletia sobre a sua própria continuação na condição de companhia de dança independente.

Ao contar sobre o processo de criação do projeto, o diretor diz que um dos objetivos do trabalho é mostrar ao público o corpo “enquanto algo que comunica”, e acrescenta: “nenhuma presença pode ser inofensiva [...] que nenhum de nós seja amortecido ou inofensivo para pensar um mundo novo.”

A peça coreográfica Protocolo Elefante “evoca [...] um réquiem-nascimento na tensão entre o esquecimento e novos futuros [...] investiga na ação de afastamento e isolamento do elefante na iminência de sua morte uma metáfora de separação e exílio” (Grupo Cena 11, 2016).

Sobre o protocolo, os elefantes e as pessoas em situação de rua

Na condição de espectadora/pesquisadora, considero Protocolo Elefante uma Peça-abismo por, dentre outros significados aos quais tal palavra pode remeter, nos convocar à separação da obra de arte de seu artífice, e para além de suas intenções e sentidos pressupostos. Sobre tal movimento Lev Vygotsky (1999) já afirmara: “uma vez criada, a obra de arte separa-se de seu criador” (Vygotsky, 1999, p.17).

Na inesgotável diversidade da obra simbólica, isto é, de qualquer verdadeira obra de arte, está a fonte de suas múltiplas interpretações e enfoques. E a interpretação que lhes dá o autor é apenas mais uma dentro dessa multiplicidade de possíveis interpretações, que a nada obriga. (Vygostky, 1999, p.19).

Assistir à Peça-abismo produziu em mim fissuras, rupturas sutis, deslizos de sentidos. Caracterizou-se, assim, como uma experiência estética, posto ter se configurado

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SPrR66Y0lsE>.

na ocasião uma relação sensível, atenta aos murmúrios; uma relação baseada “no encontro que a funda como potência de afecção, como fagulha a provocar respostas, quiçá potentes ao ponto de também virem a se configurar como fagulhas a inflamar a própria vida” (Zanella, 2017, p.19).

Em uma das cenas do espetáculo, cada um/a dos/as bailarinos/as executa uma coreografia com bastões de metal - os mesmos bastões com os quais eles/as compõem sons diversificados que ajudam a dar forma e estrutura ao enredo da peça. Cada movimento parece responder a um obstáculo proposto pelo bastão. Corpo e bastão, por vezes, coreografam disputas de espaço. Um desliza pela superfície do outro, se joga contra o outro, recua, se enfrenta. Corpo cilíndrico e corpo de carne me permitiram, através da experiência estética, deslocamentos de olhar e tensionar como se dá a ocupação do espaço urbano pelas pessoas em situação de rua³². Movimentos diários de embate, que podem resultar em dor e morte.

Ao me deslocar do lugar em que minha existência posicionava-se no início do espetáculo, Protocolo Elefante proporcionou-me olhares outros sobre minha própria relação com o mundo e com o que investigo em minha pesquisa acadêmica: pessoas em situação de rua e sua complexa relação com a cidade. Convocou-me a responder de algum modo à minha própria vida e a meus fazeres.

Solange Jobim e Souza e Elaine Porto e Albuquerque (2013), ao mencionarem um dos escritos de Mikhail Bakhtin, retomam o conceito de arquitetônica da responsabilidade, nos advertindo que não há como vivermos nossa existência sem escapar da responsabilidade que nos cabe na unicidade de nossas vidas, pois “tudo o que pode ser feito por mim nunca será feito por ninguém mais” (Jobim e Souza & Porto e Albuquerque,

³² Sobre as estratégias de planejamento urbano e ocupação do espaço público que interferem nas vidas das pessoas em situação de rua, sugerimos a leitura de Carneiro, K.G. (2019). Perigosos ou úteis? *Civitas*, 19(1), 45-61.

2013, p.50). Ou seja, nossa existência é necessariamente conectada à existência de outras pessoas, nós nos vemos pelo olhar dos/as outros/as, nos compomos através desse olhar e precisamos dele para dar acabamento ao nosso viver. Como estamos, portanto, nos relacionando com esses/as outros/as que são tão caros à nossa existência?

Protocolo Elefante configurou-se, pois, como ferramenta para discutir as existências precarizadas das pessoas em situação de rua, e os dispositivos que pretendem levá-las à morte em vida. Arte que nos convoca para uma temática política e que remete a pessoas que, nas tramas da cidade, “se transformam em vagalumes fugidios tentando se fazer tão discretos quanto possível, continuando ao mesmo tempo a emitir seus sinais” (Didi-Huberman, 2014, p.17).

Já em seu início, o espetáculo anuncia ao público que todo corpo pode dançar. Sete artistas em cena, sete corpos completamente diferentes uns dos outros, corpos-vastos, corpos-outros, diferentes de tantos outros corpos dançarinos que já pude assistir. As/os bailarinas/os usavam vestimentas de cor preta, roupas leves que facilitavam os movimentos que se alteravam entre a leveza/ sutileza, e a força, o embrutecimento. Cada um daqueles corpos, em determinados momentos do espetáculo, usava bastões de metal que ajudavam a compor a trilha sonora, produzida ao vivo pelas/os bailarinas/os. Daqueles bastões as/os artistas criavam diferentes sons, que se tornavam música com os gritos, gemidos, ruídos e balbuciar de suas bocas.

Partituras corporais eram cuidadosamente inventadas e propiciavam uma interação ímpar da plateia com as/os bailarinas/os. No decorrer do espetáculo, tais corpos despiam-se até chegarem à completa nudez. Apesar da nudez, permaneciam nesses corpos alguns adereços, delicadamente posicionados em suas cabeças, como aqueles que adornam muitos dos elefantes que são explorados para entretenimento de turistas.

O que teriam estes corpos despidos a nos dizer? São corpos que, como os das

peças em situação de rua que venho acompanhando desde o início de minha trajetória profissional, resistem a toda e qualquer forma de engessamento e de aniquilamento de suas infinitas possibilidades de existência, de movimento. São “ [...] vagalumes que sofrem em seu próprio corpo uma eterna e mesquinha queimadura” (Didi-Huberman, 2014, p.13). Trata-se, a presença desses corpos na cidade, de uma resistência que “se apresenta no investimento e insistência em uma estética da existência, pautada em uma ética da diversidade da vida” (Zanella & Furtado, 2012, p.206). Mas essa diversidade não é propriamente bem quista: na cidade, os elefantes/pessoas destoam, pesam, são indesejados.

Corpos em situação de rua remetem àqueles que são diariamente silenciados pelas variadas estratégias que as cidades adotam para expulsá-los, ao entenderem que são corpos estranhos à sua adequada tessitura-movimento. Na tensão diária com o corpo da cidade, esses corpos, por vezes, são despídos de seu direito de ir e vir. “Tal seria em todo caso, a ‘glória miserável’ dos condenados: não a grande claridade das alegrias celestiais bem merecidas, mas o fraco lampejo doloroso dos que se arrastam sob uma acusação e um castigo sem fim” (Didi-Huberman, 2014, p.13).

A presença de pessoas em situação de rua incomoda, seus corpos gritam como gritou o elefante ao final da peça, em seu protocolo anunciado de morte, através dos corpos dançarinos que se fizeram elefantes, e que com seus bastões de metal produziam ruídos de desespero. Uma súplica à cidade por sua continuação enquanto parte de seu tecido, um clamor pelo seu não-desaparecimento. Mas nem sempre há espaço para esses gritos, já que “a cidade só é possível, do modo como a vivemos hoje, se o corpo e seus dejetos somem dos olhos” (Sousa & Bechler, 2008, p.396).

Ainda comum, a caça impiedosa aos elefantes, principalmente em alguns países da África, como Botsuana, para retirada de seu precioso marfim, muito se aproxima da

“caça” promovida em algumas cidades a alguns de seus habitantes e seus modos de vida, através de diferentes estratégias, sejam elas oficiais (planos diretores, legislações relativas à ocupação do espaço urbano, dentre outras), não regulamentadas ou até mesmo proibidas.

Certamente as pessoas em situação de rua são algumas delas, transformadas à condição de objetos indesejados, de ruídos, de restos, animais embrutecidos à mercê de caçadores. Muitas vezes tidas como insetos que, por nada poderem oferecer ao sistema capitalista do qual fazemos parte, morrem à míngua como morreu o protagonista da obra *A Metamorfose*, de Franz Kafka, Sr. Gregor Samsa, após ter se transformado em barata do dia para a noite, causando escândalo e repulsa em seu núcleo familiar.

A caça aos indesejados se materializa nas cidades de variadas formas, como por exemplo através de medidas higienistas que pretendem, literalmente, varrer de suas ruas alguns corpos que se atiram às calçadas. Forças que agem sobre os infames (Foucault, 2003), sobre os homens lentos (Santos, 1994), sobre pessoas ordinárias (Certeau, 2014), ninguéns (Galeano, 2005) e tantas outras nomeações que remetem àquelas/es que vivem/existem pelas/nas ruas.

Tais pessoas incomodam, quiçá porque coreografam cartas ímpares na urbe. As pessoas em situação de rua corpografam velocidades outras, nomadizam a experiência urbana, traçam circuitos diferenciados pela cidade, transitam e permanecem onde quase ninguém quer ficar/estar, desafiam a lógica urbana hegemônica. Um desafio que se produz pela mera existência e presença de seus corpos nas cidades.

A noção de corpografia permite pensar sobre o relacionamento entre corpo e cidade, por meio de toda e qualquer experiência humana. Segundo Fabiana Britto e Paola Jacques (2009), corpografias urbanas são “cartografias realizadas pelo e no corpo como registros corporais das experiências urbanas” (p.346).

Uma ideia baseada na hipótese de que a experiência urbana inscreve-se, sob diversos graus de estabilidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e simultaneamente também configura sua corporalidade, mesmo que involuntariamente. As corpografias formulam-se como resultantes da experiência espaço-temporal que o corpo processa, relacionando-se com tudo o que faz parte do seu ambiente de existência: outros corpos, objetos, ideias, lugares, situações, enfim; e a cidade pode ser entendida como um conjunto de condições para essa dinâmica ocorrer. “O ambiente (urbano inclusive) não é para o corpo meramente um espaço físico disponível para ser ocupado, mas um campo de processos que, instaurado pela própria ação interativa dos seus integrantes, produz configurações de corporalidade e ambiência” (Britto, 2009, p.14).

Que registros os corpos das pessoas em situação de rua carregam, quando se trata de sua relação com a cidade? Quais são seus protocolos? A que protocolos devem se submeter para permanecerem na urbe?

Podemos entender tanto o elefante em seu protocolo-projeto, quanto as pessoas em situação de rua, como produtores de movimentos diferenciados em cada um de seus contextos? Ou, tal qual David Lapoujade (2017) visibiliza a partir da obra de Etienne Souriau³³, como existências plurais? “A primeira afirmação desse pluralismo é justamente que não há um único modo de existência para todos os seres que povoam o mundo, como também não existe um único mundo para todos esses seres [...]” (Lapoujade, 2017, p.14).

Sobre tensões, corpos e cidade

No contexto atual, nas sociedades ocidentais, o modelo de cidade em que vivemos escancara um cotidiano da vida urbana que se aproxima do que Fabiana Britto e Paola

³³ Étienne Souriau (Lille, 1892 - Paris, 1979) foi um filósofo francês, especialista em Estética.

Jacques (2009) chamam de processo de “espetacularização urbana”, em alusão “às nefastas consequências do processo de privatização dos espaços públicos pela especulação imobiliária e a consequente gentrificação (enobrecimento de áreas com expulsão da população mais pobre) das cidades contemporâneas” (p.338).

Paola Jacques (2012) acrescenta que o processo de espetacularização urbana está diretamente relacionado à pacificação do espaço público, a qual “busca esconder as tensões que são inerentes a esses espaços e, assim [...] esterilizar a própria esfera pública, o que, evidentemente, esterilizaria qualquer experiência e, em particular, a experiência da alteridade nas cidades” (p. 14). Há que se perguntar, por conseguinte, sobre o espaço público, quem tem o direito de ali estar e em que condições.

Na cidade-espetáculo ou cidade-cenário (Britto & Jacques, 2009), quantos colchões já destruímos por ocuparem nossas praças? Quantas mantas de pessoas em situação de rua já recolhemos, por interromperem o tráfego, ao fazerem “montanhas quando se cobrem de cobertor cinza como a laje”? (Sousa & Bechler, 2008, p.401). Quantos pontiagudos objetos metálicos já colocamos debaixo dos viadutos para fazer desaparecerem esses corpos que se atiram na calçada “grudando pele e concreto até não descolar”? (ibid).

A presença de pessoas em situação de rua no cenário urbano incomoda, tal qual um elefante na cidade, posto que confronta lógicas balizadoras dos modos hegemônicos de ver e viver as/nas cidades. Desde o Barão de Haussmann³⁴, utilizando de seu “princípio social higienizador” (Leite, 2002, p.115), norteiam as expectativas sobre as cidades assentes em planificações ordenadas, em limpezas que não se restringem ao que pode vir a ser descartável. A exemplo disso, o jornalista e doutor em Ciência Política Leonardo

³⁴ O Barão Georges Haussman foi prefeito da cidade de Paris, na França, entre os anos de 1853 e 1870, e ficou conhecido pela reforma urbanística radical que realizou naquela cidade e que expulsou do centro, obrigando-os a ocupar os subúrbios da urbe, os trabalhadores parisienses.

Sakamoto publicou em seu blog um texto que tratava de pessoas em situação de rua e sua permanência na cidade. O autor faz o seguinte relato:

Um edifício em obras na região central de São Paulo instalou gotejadores de água em sua marquise para gerar uma chuva artificial e espantar usuários de drogas que frequentavam a fachada. A administração municipal, consultada em reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo, disse que molhar os ‘pedestres’ era inaceitável e que medidas seriam tomadas. Vizinhos do prédio pinga-pinga afirmaram ter gostado da ideia e pensam em copiá-la para garantir mais ‘higiene e segurança’. Já escrevi aqui que São Paulo está se aprimorando na arquitetura da exclusão. Retorno o que havia dito antes. O tema não é exatamente novo e ocupou espaço na mídia quando o então prefeito José Serra resolveu implantar no complexo viário da avenida Paulista, a mais conhecida e importante da cidade, as chamadas rampas antimendigo – grandes blocos de concreto que impedem o povo de rua de montar sua casinha imaginária para se proteger do tempo e do mundo. E proteger, dessa forma, a ‘gente de bem’ que estaria sendo assaltada durante as longas pausas dos congestionamentos. As obras que estão revitalizando (sic) a região chamada de Cracolândia, têm expulsado os moradores da região. Para onde vão? E isso importa?! Contanto que fiquem longe dos concertos da Sala São Paulo, do acervo do Museu da Língua Portuguesa e das exposições da Estação Pinacoteca ótimo. No caso do prédio-que-chove os usuários de drogas não foram muito longe: mudaram-se para o outro lado da rua [...]. Reformas já foram feitas no Centro de São Paulo para tirar ou vazar a marquise de prédios. Ganha um doce se alguém adivinhar para quê (Sakamoto, 2009).

Outro exemplo que traduz bem essa lógica higienista voltada às pessoas em situação de rua foi o comentário expresso pelo vereador José Paulo Carvalho de Oliveira

(PTdoB), da cidade de Pirai, Rio de Janeiro, no dia 08 de outubro de 2013, em uma discussão sobre os 25 anos da Constituição Federal. Nas palavras do vereador: “mendigo não tem que votar. Mendigo não faz nada na vida. Ele não tem que tomar atitude nenhuma. Aliás, acho que deveria até virar ração para peixe” (Portal G1, 2013).

Também emblemático, é o caso dos experimentos realizados com animais pelo Instituto Royal na cidade de São Roque, interior de São Paulo. As notícias afirmavam que os testes realizados em animais, principalmente cachorros da raça *beagle*, ocorriam sem as autorizações necessárias. Algumas pessoas, anonimamente, pronunciaram-se nas redes sociais repugnando a “barbárie contra os animais, porém manifestavam o desejo de que os testes passassem a ser realizados em mendigos, presidiários ou *moradores de rua*” (Barros, 2014, p.161).

No dia 27 de fevereiro de 2019, uma mulher em situação de rua, grávida, teve seu corpo queimado com etanol por dois homens que passavam debaixo do viaduto da Caxangá, na zona Oeste de Recife, local em que ela dormia (Folha PE, 2019).

Estes e tantos outros movimentos higienistas presentes nas cidades brasileiras em relação às pessoas em situação de rua não são recentes. No Código Criminal do Império, datado de 1830, a chamada mendicância já era criminalizada. Variava “de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez” (Brasil, 1831) a pena para aquelas/es que violassem os artigos do código. Dentre eles, chamamos a atenção para os artigos 295 e 296, do capítulo IV intitulado “Vadios e Mendigos”:

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e util, de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente.

Art.296. Andar mendigando:

1º Nos lugares, em que existem estabelecimentos publicos para os mendigos, ou

havendo pessoa, que se offereça a sustental-os.

2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos.

3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades.

4º Quando mesmo invalidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo tambem no numero dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cegos (Brasil, 1831, p.33).

Essas vidas “mendigas”, “inválidas” e “vadias” parecem ser descartáveis, algumas sequer valem a pena, como nos lembra Judith Butler (2015). Ao problematizar sobre vidas precárias e as que são passíveis ou não de luto, a autora nos adverte sobre a urgência de nos questionarmos a respeito da forma com que apreendemos uma vida e, quando da precariedade dela, a obrigação que a nós é imposta. Segundo Butler (2015):

Devemos nos perguntar em que condições torna-se possível apreender uma vida ou um conjunto de vidas, como precária, e em que condições isso se torna menos possível ou mesmo impossível. É claro, não se deduz daí que se alguém apreende uma vida como precária decidirá protegê-la ou garantir as condições para sua sobrevivência e prosperidade. Pode ser, como Hegel e Klein apontam, cada um à sua maneira, que a apreensão da precariedade conduza a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las. (Butler, 2015, p.15).

João Oliveira (2017) tece considerações sobre essa ideia de humanidade como condição precária presente na filosofia de Butler, e afirma que esta noção possibilita uma “crítica aos conceitos neoliberais do humano e do indivíduo como autossuficiente, eficaz e autodeterminado” (Oliveira, 2017, p.36). Segundo esse autor: “a partilha de uma

condição de precariedade que pressupõe uma interdependência é antagônica com esses projetos político-ideológicos e assenta numa consideração da inteligibilidade do humano” (ibid).

As políticas higienistas investem na assepsia das ruas, na limpeza das cidades, na exclusão das dissonâncias, independente do modo como se apresentam. Mas as diferenças insistem, resistem, afirmam suas presenças nas cidades, por vezes como meros vestígios a nos lembrar de possibilidades outras de existência. Vestígios e ruídos que se inscrevem nas esquinas escuras, em cantos esquecidos, em porções da cidade abandonadas por algumas poucas horas do dia ou por dias em semanas e meses.

[...] à medida que vai se cristalizando esta imagem sobre o ideal de “pureza” e “organização” que deve permear a sociedade, forma-se também um imaginário sobre quem pode ou não pertencer a esta sociedade “almejada”. Tal raciocínio volta-se contra as pessoas que não obedecem ao padrão estabelecido, considerando-as um obstáculo ao alcance desta ordem e, conseqüentemente, excluindo-as. Dizendo de forma mais clara: sob esta ótica da “pureza”, é justificável descartar setores inteiros da sociedade, tentando privá-los de voz ativa e reduzindo seus papéis sociais e sua dimensão na vida cotidiana da cidade. (Kuster, 2008, p.2).

Os elefantes de nossas cidades - pessoas que habitam a urbe em situação de violação de direitos - são também como o *homo sacer*³⁵, conceito apresentado por Giorgio Agamben para se referir àquele que “tem a vida que não merece ser vivida. A vida nua” (Barros, 2014, p.159). A respeito dessa condição do *homo sacer*, Agamben (2007) acrescenta:

³⁵ O *homo sacer* é uma figura presente no direito romano arcaico, cuja “vida humana é incluída na ordem jurídica pela sua exclusão, ou seja, pela sua absoluta *matabilidade*” (Barros, 2014, p. 159).

O *homo sacer* é uma contradição, é algo paradoxal, pois ele é, ao mesmo tempo, sagrado e impuro. É o ser que não está entre as divindades e nem entre os homens comuns. Algo (alguém) ambíguo; que é pelo que não é. O *homo sacer* caracteriza-se por ser ‘uma pessoa [que] é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem ultrapassar para a divina’. (Agamben, 2007, p.23).

Protocolo Elefante evidencia a inseparabilidade da criação da peça com o trabalho de cada artista e seu corpo, com a relação deles com cada objeto, com a montagem de cada cena, com a composição de suas vidas, de sua história, com aquilo que se pretende inventar. Não há montagem do espetáculo sem o imbricamento deste com cada uma daquelas vidas que assistimos no palco, da experiência delas, de seus processos de existência, de suas relações com as pessoas, com o mundo que as cerca.

Neste sentido, podemos pensar em como as vidas das pessoas em situação de rua se compõem, a partir das suas relações com a cidade. Por vezes seus corpos são tidos como dejetos, perigosos, inúteis, por outras esses corpos são necessários para a manutenção da ordem política e econômica vigente. A respeito disso Karine Carneiro (2019), aponta que muitos espaços urbanos onde as pessoas em situação de rua se concentram não foram simplesmente tomados por essa população, mas sim deixados que se transformassem em lugares que acolhem populações historicamente invisibilizadas, majoritariamente no que diz respeito à implementação de políticas públicas.

[...] os conjuntos de ações conduzidas pelos poderes públicos locais têm buscado, menos arcar com as dívidas históricas vinculadas à exploração e à sujeição dos corpos que deles se apropriam e mais como oportunidade para que a elite controladora da produção dos espaços da cidade possa dar continuidade aos processos homogeneizantes de transformação empreendedorista sobre o tecido urbano. A terra urbana degradada e seu entorno podem ser comprados a baixo

preço e, após investimentos, a médio e longo prazo, trazem grandes retornos financeiros. Nesse âmbito, os corpos dos moradores de rua, considerados anormais tanto como indivíduos como na dimensão da população, passam a ser compreendidos não mais como um problema para a cidade e seus espaços, mas como uma parte da lógica de destruição criativa do espaço político-econômico que se espalha nos tecidos urbanos das cidades. Tornam-se corpos úteis e tão antigos quanto a história dos próprios centros urbanos. Ou seja, ao mesmo tempo que temporariamente impedem, justificam e renovam as possibilidades de investimentos na lógica neoliberal. (Carneiro, 2019, p.59).

Outro conceito que nos permite pensar essas tensões entre as pessoas em situação de rua e a cidade é o de necropolítica, cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Ao analisar o papel do Estado em relação à violação de direitos, Mbembe esclarece que alguns tipos de violência são legitimadas pelo próprio Estado, que decide e reforça o que é ou não uma vida possível de existir. A necropolítica separa a pessoa de seu contexto e a entrega a uma situação de total desamparo, fazendo-a morrer ao poucos, e promove “matanças invisíveis” (Mbembe, 2018, p.49).

A necropolítica, portanto, tem a ver com a capacidade do Estado em “definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (ibid, p.41). As políticas higienistas da cidade, voltadas às pessoas em situação de rua, inscrevem-se, por conseguinte, como necropolítica, um protocolo de morte criado à semelhança do protocolo anunciado do elefante.

Considerações finais

Ao final do espetáculo uma luz azul inundou o teatro, acompanhada de uma nuvem de fumaça que criava a ilusão de uma espécie de aurora boreal, a percorrer aqueles

corpos-elefantes em cena. Além dos bastões de metal, as/os bailarinas/os traziam como adereço cordas que compunham movimentos outros, a recortar aquele azul que nos invadia os olhos.

Difícil encontrar palavras para descrever tal experiência com a intensidade devida. Naquele momento a espectadora/pesquisadora, transitou de forma diferente por aquele espaço, andou de formas outras pelo território do elefante. Uma experiência estética tem como tarefa essencial promover afetamentos que nos interpelem e nos permitam questionar o que nos rodeia, e isso foi o que Protocolo Elefante provocou.

O fim da peça, de certa forma, anunciava a morte do elefante, e a agonia do animal provocou questionamentos a nossa responsabilidade, como cidadãos/ãs, sobre as paisagens urbanas que ajudamos a compor. Que dever nos cabe diante da violação de direitos que sofrem as pessoas em situação de rua? Como essas existências mínimas (Lapoujade, 2017) podem ter assegurado seu direito de existir?

O fim do espetáculo deixou as/os espectadoras/es surpresas/os. Fim-infinito, fim-inacabado: inacabamento. As/os bailarinas/os saíram de cena e todos esperavam por mais um ato, mais uma coreografia, mais uma partitura corporal. As luzes azuis e a fumaça continuavam a pairar sobre o público. Uns se levantaram, outros continuaram sentados. As pessoas não sabiam se aplaudiam ou não. Não sabiam o que fazer. A potência do Protocolo Elefante talvez resida justamente nesse inacabamento que lança a/o espectador/a em direção à complexidade da vida e incerteza do que pode vir a ser. Uma Peça-abismo a provocar inquietações, a tensionar certezas. A explicitar violências de protocolos que aviltam a vida de variadas maneiras como vemos acontecer cotidianamente com pessoas em situação de rua que habitam as cidades.

Referências

- Agamben, G. (2007) *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Ahmed, A. (2017). Entrevista Tv em Cartaz [Youtube]. Protocolo Elefante. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=SPrR66Y0lsE>.
- Amorim, M. (2016). Cronotopo e exotopia. In: B. Brait, *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 95-114. São Paulo, SP: Contexto.
- Barros, J. O. (2014). A pessoa em situação de rua e a vida que não merece ser vivida. In: Grinover et al (Orgs.). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua* (pp.153-177). Belo Horizonte, MG: D'Plácido.
- Bezerra, P. (2012). A tradução como criação. *Estudos Avançados*, 26(76), 47-56. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000300007.
- Brasil. (1831). Lei nº 16-12-1830 de 16/12/1830, Código Criminal do Império do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm.
- Britto, F. D. (2009). Co-implicações entre Corpo e Cidade: da sala de aula à plataforma de ações. In: F.D. Britto; P.B. Jacques (Orgs). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. 12-23. Salvador, BA: UFBA.
- Britto, F. D., & Jacques, P. B. (2009). Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 337-350.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Careri, F.(2013). *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo, SP: Editora Gustavo Gili.
- Carneiro, K.G. (2019). Perigosos ou úteis? *Civitas*, 19 (1), 45-61.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Damasceno, V. (2017). Pensar com a arte: a estética em Deleuze. *Cadernos de Estética Aplicada*, 11(49), 135-150.
- Deleuze, G. (2007). *Francis Bacon: Lógica da Sensação*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (2ª ed., vol.3). São Paulo: Editora 34.

- Deleuze, G. (2015). *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva.
- Didi-Huberman, G.(2014). *Sobrevivência dos Vaga-lumes*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.
- Folha PE (2019). Moradora de rua é queimada embaixo de viaduto de Recife. Recuperado de <https://www.folhape.com.br/noticias/moradora-de-rua-e-queimada-embaixo-de-viaduto-no-recife/97582/>.
- Foucault, M. (2003). *A vida dos homens infames. Ditos & Escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Galeano, E. (2005). *O livro dos abraços*. São Paulo, SP: L&PM Pocket.
- Grupo Cena 11. (2016). Protocolo Elefante. Recuperado de <https://www.cena11.com.br/protocolo-elefante>.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Jacques, P. B.(2012). *Elogio aos errantes*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Jobim e Souza, S. & Porto e Albuquerque, E. D. (2013). Bakhtin e Pasolini: vida, paixão e arte. In: M. T. A. F. Freitas (Org.). *Educação, Arte e Vida em Bakhtin*. 47-68. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Kafka, F. (2001). *A Metamorfose*. Porto Alegre, RS: Editora L&PM.
- Kuster, E. (2008). Outros Olhos: As ru(s)gas da cidade e seu desvelamento nos discursos contemporâneos. In: E. Kuster, & R. Pechman. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. 47-58. Recuperado de http://www.corpocidade.dan.ufba.br/dobra/05_02_artigo1.htm.
- Lapoujade, D.(2017). *As existências mínimas*. São Paulo, SP: n-1 edições.
- Leite, R. P. (2002). Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Mangue-town*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 115-134.
- Mangueira, M., Maurício, E. (2012). Arte, Tempo e Subjetividade em Gilles Deleuze. *Artefilosofia*, 13, 154-166.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 Edições.
- Oliveira, J. M. (2017). *Desobediências de Gênero*. Salvador, BA: Devires.
- Portal G1 (2013). 'Mendigo deveria virar ração para peixe', diz vereador de Piraí, RJ. Recuperado de <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2013/10/mendigo-deveria- virar-racao-para-peixe-diz-vereador-de-pirai-rj-veja.html>.
- Sakamoto, L. (2009). Como expulsar drogados, mendigos e outros estorvos. Recuperado

de <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/06/24/como-expulsar-drogados-mendigos-e-outros-estorvos/>.

Santos, A. [Natália]. (2010). *Arte e Saúde Mental: em cartaz o teatro da loucura* (dissertação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html.

Santos, [Milton]. (1994). *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, SP: Hucitec.

Sousa, E. L. A. & Bechler, J. (2008). Labirintos na cidade contemporânea. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(2), 390-403. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932008000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

Souza, S. J., Albuquerque, E. D. P.(2013). Bakhtin e Pasolini: vida, paixão e arte. In M. T. A. Freitas (Org.), *Educação, Arte e Vida em Bakhtin*. Belo Horizonte: Autêntica.

Vygotsky, L. S. (1999). *A tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Zanella, A. V., Furtado, J. R. (2012). Resistir. In: T. M. G Fonseca; M. L. Nascimento; C. Maraschin (Orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. 205-206. Porto Alegre, RS: Sulina.

Zanella, A. V. (2017). *Entre Galerias e Museus: diálogos metodológicos no encontro da Arte com a Ciência e a Vida*. São Carlos: Pedro & João Editores.

ARTIGO 2

“Macunaíma-Colorau” e pessoas em situação de rua: sobre pesquisa, arte e vida³⁶

Resumo

Este artigo problematiza a condição de pessoas em situação de rua e suas complexas relações com a cidade. As discussões são desenvolvidas em diálogo com a obra Macunaíma-Colorau, exposta no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) durante o 35ª Panorama da Arte Brasileira. A obra em questão integra o projeto homônimo de autoria dos artistas pernambucanos Clarisse Hoffman e Lourival Cuquinha, realizado durante os anos de 2005 e 2009 em parceria com povos indígenas e comunidades quilombolas. Atentamos para uma das perguntas que mobilizou os referidos artistas para a produção da obra, no que diz respeito à identidade étnica dos povos mencionados. Como esses povos se percebem? De que cor “pintam” suas peles para (sobre)viverem na cidade? Do mesmo modo, e convocadas pela potência da obra de arte em questão, problematizamos a forma como olhamos as pessoas em situação de rua e que lugar lhes oportunizamos ocupar na cidade. Na esteira, o próprio pesquisar e a condição de pesquisadora são discutidos.

Palavras-chave: Pesquisa; Arte; Vida; Pessoas em Situação de Rua.

³⁶ Artigo submetido à Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura- ISSN 2178-3284.

Introdução

“Tratamos nosso corpo como uma grande abertura, um abismo invertido que nos lança para o mundo em uma miríade de ações em relação”.
(Costa & Fonseca, 2008, p.415).

Uma viagem à capital do estado de São Paulo. Três visitas. Alguns (re)encontros. Outubro de 2017. Lançar nossos corpos ao abismo invertido de dois museus e um instituto cultural foi a proposta-aposta da disciplina³⁷ eletiva ministrada pela segunda autora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E por que abismo invertido? Acreditamos que a inversão do sentido literal da palavra abismo, proposta por Luis Artur Costa e Tania Galli Fonseca (2008), vai ao encontro das experiências que vivemos durante as supracitadas visitas. Experiências que, ao invés de lançarem nossos corpos à profundidade de um lugar “íngreme, despenhadeiro, precipício” (Houaiss & Villar, 2009, p.52), trouxeram-nos à tona, para o encontro com outros possíveis.

Disciplina-(in)disciplina, à medida em que tensionou fazeres profissionais e acadêmicos e desobedeceu a alguns preceitos através dos quais a Universidade, por vezes, nos captura. Discussão que convocou a dialogar com autores diferentes daqueles com os quais a primeira autora deste texto vinha trabalhando, e que, entre teorias, arte, bordados³⁸ e afetos, possibilitou-nos o encontro com as reflexões-indagações tecidas neste texto. Psicologia e Arte se encontraram na sala de aula e nos museus, e provocaram nossos

³⁷ Intitulada Constituição do Sujeito e Arte em Vygotsky e Bakhtin, a disciplina eletiva ocorreu no segundo semestre de 2017 e teve como objetivos o estudo das contribuições das teorias de Lev Vygotsky e Mikhail Bakhtin relacionadas à produção e apreciação estética; a reflexão sobre as relações entre arte e psicologia e a análise de produções artísticas contemporâneas relacionando-as às temáticas estudadas.

³⁸ O produto final da experiência, elaborado coletivamente pela professora e alunas/os, foi um livro bordado à mão pelos próprios integrantes, criação possível a partir dos deslocamentos subjetivos propiciados pela disciplina.

corpos a questionar, duvidar, problematizar tanto o foco como o processo de pesquisa em curso.

Não à toa trazemos como epígrafe a reflexão sobre o corpo e as relações que estabelecemos com o mundo e, mais especificamente, com pessoas em situação de rua. Problematizações sobre as tensões entre os corpos de pessoas em situação de rua e o corpo da cidade, pensando nas fissuras, no que habita o entre dessa complexa relação, em uma pesquisa que se materializa “por um dispositivo de interrogação dos territórios disciplinares” (Lemos, Júnior, & Nascimento, 2012, p. 157). Na pesquisa, atentamos à “[...] importância do investimento constante da/o pesquisador/a em suas condições e possibilidades de escuta, de abertura à diferença do outro, de tensionamento de suas próprias certezas e reinvenção de sua condição de estar em relação” (Zanella, 2017, p.56). O encontro com a arte foi fundamental nesse processo.

Kátia Canton (2009) afirma que a arte faz por si só a aproximação entre questões artísticas, estéticas e conceituais, misturando-as “aos meandros do cotidiano, em todas as instâncias: o corpo, a política, a ecologia, a ética, as imagens geradas na mídia [...]” (Canton, 2009, p.9). Acreditamos, portanto, na arte como potente ferramenta para repensar nossa condição de pesquisadoras e nossas possibilidades de produzir conhecimentos com o que/quem estudamos. Ou, parafraseando Deleuze (1979) ao discutir em conversa com Michel Foucault sobre a função de uma teoria, pensamos a arte como uma ferramenta que deve ser útil a alguém, deve funcionar, e não servir somente a si mesma.

Em São Paulo, estivemos no Museu de Arte Moderna³⁹ (MAM), no Museu de Arte Contemporânea⁴⁰ (MAC) e no Instituto Moreira Salles⁴¹ (IMS), em companhia da

³⁹ Para mais informações sobre o museu, visite o endereço: <https://mam.org.br/>.

⁴⁰ Mais informações são encontradas em: <http://www.mac.usp.br/mac/>.

⁴¹ Endereço eletrônico do instituto: <https://ims.com.br/unidade/sao-paulo/>.

historiadora de arte e professora universitária Luana Wedekin⁴² que guiou nossas visitas. Primeiro fomos ao MAM, depois ao MAC e, por fim, ao IMS. A vontade era de trazer ao longo desta escrita vários trechos dessa experiência, que apesar de ter ocorrido em apenas 01 dia, foi intensa e potente. Entretanto, faremos um recorte, transversalizando a obra de arte Macunaíma-Colorau que elegemos para o diálogo com os afetamentos⁴³ (Spinoza, 2009) decorrentes da temática de pesquisa de doutorado da primeira autora, a saber, as relações da cidade com pessoas em situação de rua.

Pessoas em situação de rua podem ser compreendidas, considerando o lugar que lhes é destinado na tessitura urbana, como infames. Segundo Michel Foucault (2003), uma vida infame é aquela que não é dotada de nenhuma grandeza estabelecida e reconhecida, como as “do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio” (p.206). Vidas infames pertencem a essas muitas existências que são destinadas “a passar sem deixar rastro” e que possuem em “suas desgraças, e suas paixões, em seus amores e em seus ódios, alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado” (ibid).

Considerando a perspectiva de Michel Foucault sobre uma vida infame, Lilia Lobo (2008, pp.17-18) acrescenta que essas existências “desaparecerão no tempo sem deixar rastro – nenhuma nota de fama, nenhum feito de glória, nenhuma marca de nascimento, apenas o infortúnio de vidas cinzentas para a história e que se desvanecem nos registros porque ninguém as considera relevantes para serem trazidas à luz”.

Elegemos a obra Macunaíma-Colorau para dialogar com as vidas infames com as quais pesquisamos - pessoas em situação de rua - não só porque ela nos mobiliza a pensar

⁴² Professora do Departamento de Design do Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV) da mesma universidade.

⁴³ Nas palavras do filósofo holandês Baruch de Spinoza afeto diz respeito às “afecções do corpo, pelas quais a sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias destas afecções” (2009, p. 98).

sobre a diferença, visibilidades-(in)visibilidades, a violência e questões étnico-raciais, mas também porque seu próprio nome, em nossa atual conjuntura política, pode configurá-la como obra-infame. Trata-se de obra que faz referência no próprio título, a uma das publicações mais importantes da literatura brasileira: “Macunaíma, o herói sem nenhum caráter”, do escritor Mário de Andrade. Marco do movimento modernista, o livro “dá resposta ao anseio do brasileiro entender quem somos, afinal, como povo” (Goldemberg, 2018). Um “clássico”, que tal como defendeu Ítalo Calvino (2009), é “um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (p.14) e que “persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível” (ibid).

O que esse livro ainda tem a nos dizer que o fez ser, em fevereiro de 2020, censurado pela Secretaria Estadual de Educação de Rondônia e integrar, por meio do Memorando-Circular nº4/2020 dessa mesma secretaria, a lista de 43 livros que deveriam ser recolhidos das escolas estaduais por apresentarem conteúdo inadequado à crianças e adolescentes? E o que tem a nos dizer a obra Macunaíma-Colorau?

O encontro com a obra nos impactou e convocou à escrita que ora apresentamos. No diálogo da arte com a vida, o objetivo deste artigo é problematizar a forma como olhamos - eu, você, nós, a sociedade como um todo - as pessoas em situação de rua, seus modos de vida e o lugar que lhes oportunizamos ocupar na cidade. Na esteira, o próprio pesquisar e a condição de pesquisadora são discutidos.

Sobre Macunaíma-Colorau

Macunaíma Colorau, a obra com a qual dialogamos nesta escrita, estava exposta no 35º Panorama da Arte Brasileira, cuja temática era “Brasil por Multiplicação”. Dezesesseis artistas e três Movimentos de Arte compuseram a exposição, que contou com

a curadoria de Luiz Camillo Osorio⁴⁴. Sobre a exposição, o curador afirma:

Reunir em uma exposição, que se pretende um Panorama da Arte Brasileira, desde a concretude da intervenção arquitetônica até a fluidez da dança passando pelo audiovisual, pela escultura, pela fotografia e pela palavra, mais que explicitar a diversidade da cena contemporânea, em que a divisão dos meios expressivos e de disciplinas parece obsoleta, busca ressaltar a multiplicidade de tempos que compõem nosso momento histórico. O tempo do corpo que dança, da palavra escrita e da imagem projetada respondem a formas de percepção e de experiência plurais. Simultaneamente, é parte de nosso desafio articular os diferentes imaginários que se contaminam e se multiplicam no Brasil entre a cidade e a floresta, as comunidades periféricas e os centros cosmopolitas, entre o caos, a indeterminação e o mito. (Osorio, 2017).

A obra é uma videoinstalação que trata da mestiçagem do povo brasileiro. Faz parte do projeto homônimo de autoria dos artistas pernambucanos Lourival Cuquinha e Clarisse Hoffmann, que teve início em 2006 e finalizou em 2009⁴⁵. O projeto foi idealizado a partir do encontro dos dois artistas para produzirem uma exposição encomendada pela Prefeitura Municipal de Recife. O tema do trabalho seria o dia da Consciência Negra.

Lourival Cuquinha (2017), em entrevista concedida ao site ATRAVES⁴⁶ (plataforma de investigação de processo criativo e comportamento contemporâneo), conta como foi o início da experiência de produção do projeto. Segundo o artista, ele saiu pelo centro da cidade de Recife com uma câmera, perguntando

⁴⁴ Professor e atual diretor do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

⁴⁵ No blog <http://macunaimacolorau.blogspot.com/> é possível acessar detalhes da elaboração do projeto, os vídeos produzidos por todos/as participantes-artistas, fotos e o catálogo que reúne todas as obras resultantes de Macunaima-Colorau.

⁴⁶ A entrevista na íntegra está disponível em <http://atraves.tv/lourival-cuquinha/>.

às pessoas se elas eram negras, independentemente da cor de suas peles. Cuquinha (como é mais conhecido no cenário artístico) também filmou a pele de muitos/as entrevistados/as com a ajuda de um microscópio acoplado a uma câmera, o que dava a ver certa topografia das peles. Posteriormente, os artistas reuniram esse material audiovisual e fizeram uma projeção das peles e das respostas concedidas por meio de um pequeno televisor. Nas palavras do artista, foi realizado um “mapeamento étnico-subjetivo do centro da cidade do Recife”. Clarisse Hoffman, durante a mesma entrevista, relata que esse foi o “embrião” do projeto.

A artista, à época do convite realizado pela prefeitura, já trabalhava com comunidades quilombolas e possuía vários amigos militantes da causa indígena. Cuquinha também tinha uma relação próxima à causa. Os artistas resolveram, então, expandir essas relações, iniciando uma incursão pelo interior do estado de Pernambuco, buscando encontrar aquelas etnias⁴⁷, só que, desta vez, questionando as pessoas se elas eram negras, índias ou brancas - também independentemente de seus respectivos fenótipos.

Nesta etapa do projeto, Clarisse Hoffman e Cuquinha trabalharam em três territórios indígenas, a saber: Xukuru, Truká e Kambiwá, nas comunidades quilombolas de Conceição das Crioulas e Castainho e nas cidades-sede dos municípios em que estão inseridos cada um desses territórios, sendo elas: Pesqueira, Cabrobó, Ibimirim, Salgueiro e Garanhuns, todas no estado de Pernambuco. Chegando nos territórios os artistas entenderam que não bastava questionar as pessoas sobre sua identidade étnica, era preciso criar vínculos outros com as comunidades, estabelecer um diálogo maior. A partir daí

⁴⁷ Kabengele Munanga (2004) define etnia como “[...] um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”. Entendemos que essa noção se aproxima mais da concepção de etnia com a qual os artistas Lourival Cuquinha e Clarice Hoffman trabalham ao longo do projeto Macunaíma-Colorau.

iniciaram a segunda parte do projeto, que consistiu em uma vivência dos artistas durante alguns dias em cada uma daquelas localidades.

Durante o tempo em que permaneceram em cada território, Clarisse Hoffman e Cuquinha propuseram oficinas de arte política, de ativismo, de intervenção urbana, além de outras demandadas pelos povos em questão. Os artistas também apresentaram alguns trabalhos desenvolvidos por outros profissionais, brasileiros e estrangeiros, sobre a mesma temática das oficinas. A intenção era mostrar como a arte pode ser instrumento de reflexão e da luta por terra, por identidade étnica, dentre outras lutas e reivindicações. Logo após, os povos assumiram o protagonismo do trabalho, criando seu próprio processo, sua obra: performances, intervenções urbanas, vídeos, os quais tinham a ver com questões de interesse deles. Todas essas ações foram registradas com filmadoras.

A etapa final da experiência foi a edição do material produzido com os povos, e o desafio posto era: como exibir tudo isso? Após vários encontros, os artistas produziram a videoinstalação exibida no MAM de São Paulo, e cada povo produziu suas próprias instalações, que foram expostas em todos os territórios indígenas e quilombolas envolvidos. O processo de edição durou 14 dias e 10 exposições dele decorreram; todas as obras produzidas, inclusive a que foi exposta no MAM, foram convidadas a se instalar no Museu de Arte Contemporânea de Olinda. “Levamos 20 representantes de cada povo para montar tudo conosco, foram 100 pessoas ocupando o museu [...] ocupamos o museu inteiro” (Cuquinha & Hoffman, 2017).

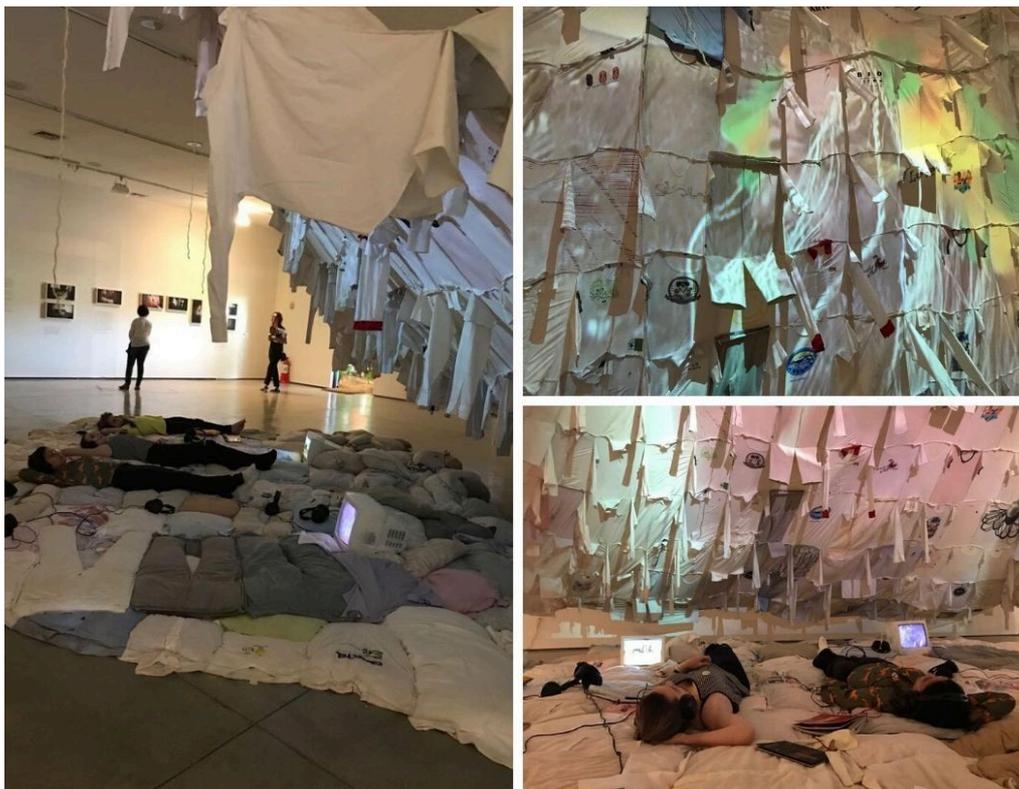


Figura 1: Composição de fotos – Videoinstalação Macunaíma-Colorau no MAM
 Fonte: Arquivo das pesquisadoras

A videoinstalação exposta no MAM, com a qual dialogamos nesse texto, ilustrada na figura 1, parte desse projeto maior que envolveu muitas pessoas. Considerando as características do processo, é possível pensar que produziu transformações-desestabilizações tanto na vida dos artistas quanto na dos povos envolvidos, as quais vão além do que vimos concretizado no museu. E essa possibilidade se apresenta também para quem, na condição de espectador/a, se dispõe a dialogar com Macunaíma-Colorau.

Tal afirmação sustenta-se na compreensão de que a obra de arte, uma vez vivenciada em sua potência, se apresenta como possibilidade de recriação de si. Como afirmou Lev Vygotsky (1998, p.308): “a arte recolhe da vida o seu material, mas produz acima desse material algo que ainda não está nas propriedades desse material”. Uma vez criada, toda obra de arte separa-se de seu/sua autor/a e é recriada pelo/a espectador/a em

um processo denominado por Vygotsky de síntese criadora secundária. O/a espectador/a, portanto, é cocriador/a da obra.

Para Jacques Rancière (2012), não há passividade no encontro entre espectador/a e obra de arte. Ao problematizar a condição do/a espectador/a em seu ensaio intitulado “O Espectador Emancipado”, o filósofo defende a ideia de que “[...] o espectador é ativo, assim como o aluno ou o cientista. Ele observa, ele seleciona, ele compara, ele interpreta. Ele conecta o que ele observa com muitas outras coisas que ele observou em outros palcos, em outros tipos de espaços” (p.115). Dessa forma, não somente contempla a obra de arte, aprecia, observa, mas apreende-a relacionando-a com as suas próprias experiências, o que se apresenta como condição para interpretá-la e reconfigurá-la, assim como a si mesmo/a.

Foi isso que aconteceu. Macunaíma-Colorau provocou em nós, na condição de espectadoras, a experiência estética que motivou esta escrita. O que está objetivado neste texto, portanto, é resultado dos deslocamentos que a obra provocou em relação ao foco de pesquisa em processo, sobre o modo como olhamos para pessoas em situação de rua e o lugar que a elas a cidade destina.

Macunaíma Colorau no Museu de Arte Moderna de São Paulo

Um das características da obra que mais chamou nossa atenção foi seu título. Por que Macunaíma? Por que Colorau? Macunaíma, romance de Mário de Andrade lançado em 1928, trata “da falta de definição de um caráter nacional, da cultura submissa e dividida do Brasil, do descaso para com as nossas tradições, da importação de modelos socioculturais e econômicos, da discriminação linguística [...]” (Rodrigues, s/d, s.p⁴⁸). Macunaíma é personagem da literatura que ressalta a hibridez de nossa constituição racial

⁴⁸ Recuperado de: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/m00002.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

e social, o inesperado advento, o monstruoso decepcionante, enfim, resultado de misturas entrecruzadas que geram a diferença, o estranho, o anti-cânone.

Segundo Miguel Sanches Neto (2019), a raiz do livro é paródica e avessa a uma ideia triunfal de um homem brasileiro, aceitando, inclusive com humor, aquilo que de fato somos. O autor defende a ideia de que, historicamente, sempre existiu um “descompasso conceitual entre quem somos e quem gostaríamos de ser, o que fez com que tentássemos impor pela literatura uma noção de civilização sobre as vastidões selvagens de nossas terras e de nossos sentimentos” (ibid, p. 11). Macunaíma nos proporciona outro olhar sobre quem somos - “um país que é miscigenado, que se ama e se odeia por isso” (Goldemberg, 2018) - tensionando o mito das três raças⁴⁹ personificado nas figuras do/a branco/a, negro/a, amarelo/a.

Colorau, por sua vez, é um condimento de cor vermelha utilizado na culinária brasileira, extraído da semente de urucum. Além de especiaria, também é usado pelos povos indígenas sulamericanos para pintura corporal. Especiaria utilizada com frequência em estados da região nordeste e em Minas Gerais, é símbolo de uma culinária típica do Brasil. Elemento cultural que marca lugares e costumes.

O que poderia sugerir a junção do título da obra à especiaria tipicamente brasileira? Alguns povos indígenas, além de usarem o colorau para fins alimentícios e como remédio, pintam seus corpos com colorau para fins de guerra e festas. A cor torna-se, então, expressiva de um estado de espírito, de toda uma corporeidade. Da mesma forma, os sentidos revelados através da cor sensível colada ao corpo evidenciam uma importante característica da cosmologia indígena, a de não dissociar corpo e mente.

Macunaíma-colorau, fusão produzida entre corpo e cor, arte e vida, nos possibilita pensar as pessoas em situação de rua através de certo hibridismo de modos de existir e se

⁴⁹ Sobre a construção da noção de três raças sugerimos a leitura de Kabengele Munanga (2004).

relacionar com a cidade. O adotar a rua como morada é balizado por motivos vários, assim como diversas são as maneiras de se relacionar com a cidade e as práticas higienistas produtoras de processos de (in)visibilidades e visibilidades seletivas, como apontam as pesquisas realizadas por José Ourismar Barros (2014), Karine Carneiro (2016), Tadeu Farias e Raquel Diniz (2019), Aline Sicari (2018), Tiago Lemões (2019) dentre outras. Assim como indígenas é expressão que acolhe uma ampla diversidade de povos, com seus rituais e costumes específicos, a expressão pessoas em situação de rua diz respeito a um público heterogêneo com diferentes modos de vida, ainda que tenham sido levadas a essa condição por conta do próprio sistema em que vivemos e seus complexos mecanismos de segregação, exclusão e opressão daquilo que não se adequa às normas sociais e historicamente construídas.

Outra característica que chamava a atenção na obra *Macunaíma Colorau* eram as dimensões da estrutura montada: a obra ocupava a maior parte de uma das salas do MAM. Logo na entrada era possível avistar camisetas, uniformes e camisas em variados tons, modelos e tamanhos, apresentadas como uma espécie de tela de cinema inclinada para frente, formando um ângulo de aproximadamente 45 graus, suspensas por cordas, ancoradas no teto e no chão (figura 1). Estavam dispostas uma ao lado da outra, com suas mangas penduradas: uma espécie de tela-varal. A tela inclinada convocava os/as espectadores/as a disporem seus corpos de um modo inusual para as salas de projeção. A tela, pois, não era de cinema, ainda que imagens ali fossem projetadas.

Um varal nos remete a algo que queremos expor, seja ao sol que se ocupa da água que encharca as roupas ali penduradas, seja de poesias, fotografias e outras artes que se quer mostrar, tornar visível⁵⁰. No caso de *Macunaíma Colorau*, a tela varal encarreirava peças em um fio estendido, em uma série disjunta, pois nem todas as peças dispostas se

⁵⁰ Um exemplo de como varais podem ser utilizados em trabalhos artísticos encontra-se na pesquisa realizada pela fotógrafa Ana Paula Sabiá (2015).

associavam em semelhança à sua anterior. Uma espécie de colar de pedras dispostas em forma de encadeamentos, por vezes emparceirados, por vezes díspares e desritmados. Tela-varal, um mundo visto em linha sequencial, abrigando, contudo, buracos de sentido e vazios de ruídos e silêncio. Varal como linha de sentidos estendida sobre vãos a serem preenchidos a cada encontro, a serem alçadas à condição de pontes de comunicação de uma narrativa não sequencial em seu teor e descontínua em seu percurso. Origens perdidas, esquecidas, torcidas a favor do padrão hegemônico, confrontadas com seu suposto ponto de origem, resultando em misturas e esquecimentos que vêm apontar a própria história como efeito de arranjos e agenciamentos dos corpos realizados em função de sua própria preservação vital.

A tela-varal nos remeteu a muitos outros varais que encontramos por algumas ruas das cidades, praças de metrópoles, e por algumas calçadas. Varais em que pessoas em situação de rua estendem a precariedade de suas existências, ao mesmo tempo em que nos apresentam formas outras de se relacionarem com a urbe, que desafiam nossa maneira sedentária⁵¹ de habitar as cidades. São varais que acolhem vestimentas de pessoas em situação de rua, de corpos que, por vezes, não se deixam formatar, que transgridem as regras vigentes e ousam afirmar-se na condição de diferença, de diferentes. Corpos que fazem da rua sua morada e estendem na via pública os varais que expõem corpos privados e aquilo que os cabe, tensionando o próprio sentido de rua:

Como passagem, a rua é o provisório, lugar do encontro fortuito. Mas também é do acontecimento possível. Condenada à primeira possibilidade pelas políticas públicas governamentais, que voltam todos os esforços para uma limpeza relacional das calçadas, tem alguns momentos de transfiguração quando, na contracorrente, é apresentada com um varal. (Sousa & Bechler, 2008, p.402).

⁵¹ Para Deleuze e Guattari (2012), o/a sedentário/a se relaciona de uma maneira mais rígida e controlada pelo Estado com o espaço, em direções bem determinadas, com velocidades limitadas.

Essa torção do sentido de rua e de varal estendia-se, na obra *Macunaíma-Colorau*, à tela de projeção. Uma tela-varal em que eram projetados os vídeos produzidos ao longo do projeto homônimo, que podiam ser escutados pelos visitantes por meio de fones de ouvidos, conectados a pequenos televisores onde o material audiovisual também era exibido.

Cada visitante poderia assistir aos vídeos deitando-se em várias almofadas, cujas capas também foram confeccionadas com camisas, camisetas e uniformes que, segundo Lourival Cuquinha, foram cedidas pelos povos indígenas e quilombolas. A roupagem do povo estava ali exposta, no chão e nas paredes do museu. Não era um amontoado de almofadas, eram objetos significativos, existências dispostas ao acolhimento de vidas outras, roupas a serem encarnadas pelos/as espectadores/as.

O empréstimo do vestuário e a insígnia de que deveriam ser usados para “melhor ver” suplantam a própria visão e seu raio de visibilidade. Olhar, aqui, pode significar olhar de olhos fechados, contemplando, sentir o que também nos olha no mundo que vemos. Uma contramão que nos é devolvida pelo mundo mudo que nos observa e que nos interpela a dele falar e a nos expressarmos. Deitar o corpo na roupa do outro torna-se, na obra em questão, um símbolo de entrar na pele dos povos originários, de “vestir sua camiseta”, em um laço e vínculo que expressam contágio, empatia, simpatia e amizade.

Foi difícil e desafiador repousar nossos corpos sobre corpos estranhos, desconhecidos. Assim como vestir a roupa do outro também o é. Já afirmou Byung-Chul Han (2019) que, “pela defesa, afasta-se tudo que é estranho [...] mesmo que o estranho não tenha nenhuma intenção hostil, mesmo que ele não represente nenhum perigo, é eliminado em virtude de sua alteridade” (pp.8-9).

Sentíamos-nos deitando sobre pessoas, sobre corpos, um deitar carregado de outros sentidos, que nada poderiam fazer para dali nos retirar. Automaticamente lembramo-nos

das pessoas em situação de rua. Aquela cama de almofadas poderia ser um amontoado de pessoas dormindo nas ruas. Pensamos que o incômodo ao qual a obra nos lançou tem a ver com o que já anunciava Lev Vygotsky (1999): não há um eu a não ser em relação com um outro, com muitos outros, com a cultura. Questionamo-nos, então, sobre as relações que estabelecemos, e que a cidade estabelece com as pessoas em situação de rua.

A questão da alteridade se impôs a nós. Como destaca Suely Rolnik (1992), a alteridade é “[...] o plano das forças e das relações, onde se dá o inelutável encontro dos seres, encontro no qual cada um afeta e é afetado, o que tem por efeito uma instabilização da forma que constitui cada um destes seres, produzindo transformações irreversíveis” (p.4). Incomodadas, não éramos apenas visitantes-apreciadoras, entendíamos-nos ocupando outro lugar, víamo-nos na condição de expect-adoras, de “partícipes dos acontecimentos da audiência, uma posição de suposta exterioridade marcada pela possibilidade de reinvenção de sentidos, de leituras do mundo, de afirmação de novos possíveis, de recriação da própria existência a partir da relação, da afecção com ela” (Zanella, 2017, p.226).

O encontro com a obra de arte constituiu-se, pois, em mais um marco para demonstrar a força dos gestos e das atitudes em um processo de pesquisa. Uma entrega parece ter acontecido, permitindo uma passagem que torna o pesquisar como gesto de ultrapassagem dos limites que nosso cotidiano habitual estabelece, um ir a contrapelo de nós próprios/as e do que estamos acostumados/as. Uma invenção de si e de mundos que só se torna possível a partir dos gestos de coragem de diferir.

Experiência estética, nomadismo e pessoas em situação de rua

A videoinstalação Macunaíma-Colorau em nós instalou algo da ordem da experiência estética (Bakhtin, 2011), pois nos convocou a repensar que lugares

assumimos diante das pessoas com as quais pesquisamos e das ruas que nos atravessam, personificadas pela figura dos/as que fazem delas seu lugar de passagem e/ou morada. Pessoas que se movem para sobreviver. Corpos-em-trânsito, nômades, deslocados, em deslocamentos contínuos, forçados ou voluntários.

Para pensar o nomadismo no âmbito dos modos de vida das pessoas em situação de rua, podemos encará-lo no contexto das estratégias de controle social empreendidas nas cidades e direcionadas a essas pessoas via medidas higienistas que, em uma de suas facetas mais perversas, atualiza-se no que o filósofo Achille Mbembe (2018) intitula necropolítica. O conceito cunhado por Mbembe diz respeito a uma forma de governamentalidade em que o poder político, em seus variados aspectos, se apropria da morte como objeto de gestão, decide e toma medidas que definem quem vai morrer e de que forma isso ocorrerá. A necropolítica submete regiões e/ou populações permanentemente a um controle das condições necessárias à sua sobrevivência. São produzidas pelo Estado e seus variados aparelhos condições mortíferas e discursos que elegem inimigos/as.

A oposição entre aparelhos de Estado⁵² e máquinas de guerra⁵³ é colocada apenas como aparente, tendo em vista haver antes uma coexistência tensa entre as formas de Estado e as táticas nômades de ocupação do espaço. Tais considerações levam-nos a entender haver entre as duas formas uma diferença epistemológica fundamental e

⁵² Gilles Deleuze e Félix Guattari não apresentam uma conceituação rígida e fechada sobre a noção de Estado, o que, inclusive, seria incoerente com a proposta teórico-metodológica desses autores. Em consonância com os mesmos, não pretendemos evidenciar uma conceituação estática de Estado, mas sobretudo, problematizar algumas de “suas formas de inserção, influência ou mesmo de opressão” (Guerrezi, 2015, p.26) que este realiza. Interessa-nos mais a ideia dos autores de que o Estado tem a ver com um conjunto de forças e relações que tendem e/ou buscam mais a estabilidade e equilíbrio, “como um método de cristalização que objetiva acabar com os processos de transformação, que pressupõe certa forma de estabilidade e exclusão daquilo que difere de seu modelo, do que uma objetividade geral encarnada em algum corpo jurídico (ibid, p.23).

⁵³ Exterior ao aparelho de Estado, a máquina de guerra é um dispositivo ou estratégia outra de ser e estar no mundo que age contra os microfascismos propiciando “uma indisciplina fundamental do guerreiro, um questionamento da hierarquia [...]” (Deleuze & Guattari, 2012, p.22).

irreconciliável, não se tratando de almejar que, em algum dia, extinguir-se-á a referida conflitualidade entre poder constituído estatal e potência turbilhonar nômade. A guerra, na abordagem deleuzeana, somente é própria aos/às pessoas nômades que não se deixam capturar, uma vez que se relacionam de modo diverso com o espaço, fazendo surgir os pontos do mesmo através de seus próprios trajetos, ou seja, fazem o caminho ao andar, ao contrário dos/as sedentários/as que transitam e ocupam espacialidades alocadas em um desenho fechado e pré-constituído.

Da mesma maneira, desde a fundação das cidades, ou seja, em tempos remotos, as práticas nômades se evidenciam como resistências à militarização e ao esquadramento espacial. A lógica que predomina não é a da existência de chefes e hierarquias mais ou menos rígidas, e sim uma lógica espacial regida, no caso dos aparelhos de Estado, pela possibilidade de visibilizar o espaço social como um meio fechado, localizável e extenso, enquanto no caso das máquinas de guerra, o espaço sob o modo de ocupação imediata sempre se desterritorializa, não se destacando aqui, por parte dos/as ocupantes e errantes, a ação de conservar própria ao Estado.

A desterritorialização é o vetor do/a nômade, sendo que ele/a empreende encontros com a cidade (com os aparelhos de Estado) de forma a fugir deles, orientando-se pelas linhas de fuga que não cabem nas pranchetas arquitetônicas e nas políticas públicas. Mostram-se guiados pela lógica da guerra ao conservadorismo, uma vez que gerem sua existência a partir de urgências vitais que necessitam ser atendidas.

Hoje, sabemos da existência do chamado nomadismo capitalístico (Deleuze & Guattari, 2012), ou seja, vivemos a internacionalização e a perda de referências locais diante do fato da multinacionalidade comercial e produtiva. Do ponto de vista do capital, caíram as fronteiras entre países e suas diferenças, predominando um vetor de homogeneização, uniformização e universalização de valores. Trata-se, pois, da

instauração de um modo de pensar, e, como diria Deleuze (2009), trata-se de uma imagem de pensamento.

Falar em nomadismo não é sinônimo de libertação, uma vez que em seus movimentos de gestão e captura em busca da governabilidade, o próprio Estado apropria-se do material desterritorializado pelos/as nômades para reinseri-los/as ou reterritorializá-los/as no plano dos costumes e comportamentos aceitáveis pelo poder moral. Assim, as práticas nômades, identificadas àquelas práticas guerreiras e não militares (essas pertencem ao aparelho de Estado), contemplam a possibilidade de se referirem também a modos de pensar, concretizando-se em imagens de pensamento, seja dogmático e conservador (Estado), seja disruptivo, rizomático e inventivo (máquinas de guerra nômades). Cabe ressaltar que o rizoma é conceito chave da proposta esquizoanalítica de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Trata-se de uma imagem-pensamento que se opõe à forma tradicional de pensar e conhecer baseada em uma perspectiva arborescente, organizada e centralizada. Dessa imagem-pensamento rizomática proposta pelos autores provém um entendimento da vida de uma forma mais ampla, considerando a complexidade e a processualidade que lhe são inerentes. (Barreto, Carrieri, & Romagnoli, 2020, p.47).

Assim, o nomadismo aqui tratado torna-se um conceito não somente para identificar habitantes nômades e não fixados/as no interior das cidades, reinos ou impérios, mas sobretudo para abranger práticas de modos de pensar e de fazer a própria ciência, polarizados entre a reprodução e a conservação, entre a interiorização e a universalização em paralelo à efemeridade, à não captura subjetiva, enfim, a outra versão da tradicional noção de mundo que conhecemos, à errância.

As pessoas em situação de rua têm evidenciado o problema do in-capturável na cidade, nomenclatura que associamos à qualidade de in-governável, visto que essas pessoas se revelam como os excessos e as desmedidas dos fluxos, colocando-se atentas e eficazes contra as ordens emanadas do coletivo instituído do *nomos* vigente. Estamos diante do problema da governabilidade e das tensões daí emergentes, problema profundo e arcaico desde que os seres humanos vivem em sociedade e que não se refere tão somente aos Estados modernos. Em todas as épocas, com seus respectivos modos específicos de lidar com a existência, com o bem comum e com a distribuição do espaço e dos bens, com sua biopolítica, podemos dizer com Michel Foucault (2008), constata-se a conflitualidade entre o Estado e sociedade que se espelham pelo avesso, erigindo correspondências entre procedimentos de comando e controle, e de escape e fuga ao mesmo.

Há, verdadeiramente, em todos os tempos, pessoas que, por diversas razões, escapam à norma social hegemônica, imposta a partir de alianças complexas que legitimam a universalidade de um determinado modo de vida. Há pessoas e grupos sociais que são antinorma e anti-lei, que trabalham e vivem segundo princípios outros que não os daqueles/as cidadãos/ãs seguidores/as das praxes e conservadores/as da ordem. Em constante processo de devir, os/as errantes da cidade resistem às lógicas do que se institucionalizou como padrão hegemônico, são guiados pela desterritorialização e não pela conservação territorial. Parecem sempre dispostos/as a perder e a reiniciar sua busca errante. No deserto da cidade, deixam seus rastros, encontram seus oásis, mas não se deixam territorializar. As reterritorializações que se seguem às desterritorializações não são buscadas ou empreendidas para durar e serem conservadas. São fugazes, impermanentes.

São guiadas, as pessoas em situação de rua, pela próxima perda, para o próximo instante de perigo, pelo agora já evanescente; vagam de acampamento em acampamento, na condição de habitantes de um tempo marcado pela errância e pela passagem, orientados/as para algo que não tem começo e fim. Situados no *intermezzo*, no entre aqui e lá, agora e outrora, poder-se-ia pensá-las como aquele homem referido por Maurice Blanchot (2002) que nunca morre: que sempre se esquivava da morte, vivendo em sua arte de fugir das tensões de sua presença e driblando-a pelo morrer e do morrer a cada vez, sem deixar-se abolir de todo.

Sobreviventes da própria morte, as pessoas em situação de rua também convocam as potências do esgotamento, tal como refere Gilles Deleuze (2010) em seu texto “O Esgotado”, sobre Samuel Beckett. O esgotado não é o cansado. Ele se orienta para o fundo sem fundo, para o afundamento profundo. Ele, de certa forma, testa em si a força de ser indestrutível. Levam uma existência experimental, sem seguranças ou certezas, avessa aos parâmetros, porque seus trajetos e paradeiros se dão por uma distribuição de pontos espaciais plenamente articulada e decorrente de sua errância entre pontos.

Referir a questão do nomadismo não quer dizer, importante ressaltar, entretanto, que estejamos considerando apenas as errâncias no âmbito geográfico. Os/as nômades não fazem decalque em seus caminhos; guiam-se por um modo de pensar que é rizomático, não filiativo. Cartografam o espaço a cada vez, e sua busca sempre é uma descoberta que pode ou não se apresentar como manancial duradouro por pouco ou muito tempo. No caso das pessoas em situação de rua, mesmo parecendo fixar-se em pontos preferidos, mesmo que pareçam ter encontrado no espaço aberto um lugar para si, não há o cultivo de sua duração. O/a nômade não é apenas um/a migrante. Quando ele/a retorna, não volta para o mesmo lugar: tudo já mudou de vez, e ele/a encontra-se novamente diante do inusitado e desconhecido. Tudo deve ser mapeado novamente.

Considerações finais

A obra de arte Macunaíma-Colorau intimou-nos a mover nosso pensamento em direção à potência nômade que reside na existência das pessoas em situação de rua e, ao mesmo tempo, nos fez pensar sobre nosso posicionamento ético-político diante das pessoas com as quais pesquisamos, ou seja, de nossos sujeitos⁵⁴ de pesquisa.

Até este ponto, as considerações tecidas revelam o esforço em não dissociar pesquisa, arte e vida. E sobre essa inseparabilidade também tratou Nicolas Bourriaud (2009), ao discutir sobre arte contemporânea e afirmar a possibilidade de uma arte relacional, em contraponto aos “objetivos estéticos, culturais e políticos postulados pela arte moderna” (pp.19-20). De acordo com o autor, “a arte contemporânea realmente desenvolve um projeto político quando se empenha em investir e problematizar a esfera das relações” (ibid, p.23).

Assim como o personagem literário Macunaíma, que marca a heterogeneidade e hibridismo de nossa constituição racial, são heterogêneas as pessoas em situação de rua e seus modos de vida na cidade. São várias histórias, vários motivos para estabelecerem morada permanente ou provisória na rua, várias as relações com o espaço. São, também, retratos dos efeitos disciplinadores do sistema social e econômico vigente.

(In)acabamos este diálogo entre a obra de arte e as pessoas em situação de rua, abertas ao encontro com a pesquisa, a vida, a arte e a rua, e seguimos nos perguntando: em que corpos pisamos? Quais corpos visibilizamos e de que modo? De quais calçadas e vidas desviamos?

⁵⁴ Andréa Zanella (2017) problematiza a palavra sujeito: ao mesmo tempo em que possui uma conotação negativa, dando ideia de sujeição a algo, alguém ou alguma situação, também carrega a potência de afirmação, apresentando alguém na posição de protagonista. Também ressalta, a partir da discussão tecida, que não se trata de uma questão “meramente semântica”, mas de uma preocupação ética que todo/a pesquisador/a deve ter com as pessoas eleitas como interlocutoras na realização de uma investigação.

Referências

- Andrade, M. (2013). *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- Bakhtin, M. M. (2011). *Estética da criação verbal*. (6ª ed.) (P. Bezerra, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Barreto, R. O., Carrieri, A. P., Romagnoli, R. C. (2020). O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. *Cadernos EBAP.BR*, 18(1), 47-60. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v18n1/1679-3951-cebape-18-01-47.pdf>.
- Barros, J. O. (2014). A pessoa em situação de rua e a vida que não merece ser vivida. In: Grinover et al (Orgs.). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. 153-177. Belo Horizonte, MG: D'Plácido.
- Blanchot, M. *O instante da minha morte*. Paris: Gallimard, 2002.
- Bourriaud, Nicolas. *Estética relacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Calvino, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- Canton, Kátia. *Do moderno ao contemporâneo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- Carneiro, K. G. (2016). *Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Costa, L. A. & Fonseca, T. M. G. (2008). Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade. *Interamerican Journal Of Psychology*, 42(3), 513-519. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003496902008000300011&lng=pt&nrm=iso.
- Cuquinha, L. & Hoffman, C. (2017). Entrevista: Lourival Cuquinha e Clarisse Hoffmann [Atraves TV]. Recuperado de: <http://atraves.tv/lourival-cuquinha/>.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. (2009). A imagem do pensamento. In: _____. *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal.
- Deleuze, G. (2010). O Esgotado. In: _____. *Sobre o teatro: Um manifesto de menos; O Esgotado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2012). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (2ª ed., vol.5). São Paulo: Editora 34.
- Farias, T. M. & Diniz, R. F. (2019). População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. In: M. T. Nobre et

- al (Orgs.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* 34-62. Natal: EDUFRN.
- Foucault, M. & Deleuze, G. (1979). Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: M. Foucault. *Microfísica do poder*. 65-73. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In: M. Foucault. *Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.
- Goldemberg, D. (2018). Entrevista à BBC News Brasil. [website]. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45491420>.
- Guerrezi, E. M. (2015). *Estado e resistência: Deleuze, Guattari e a distopia do* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.
- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Lemões, T. (2019). Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 123-141. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30356/17716>.
- Lemos, F. C. S., Cardoso Júnior, H. R., Nascimento, R. D. S. (2012). Nomadizar. In: T. M. G. Fonseca, M. L. Nascimento & C. Maraschin. *Pesquisar na diferença: um abecedário*. 157-161. Porto Alegre: Sulina.
- Lobo, L. F. (2008). *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina..
- Macunaíma Colorau Blogspot. [blog]. Recuperado de: <http://macunaimacolorau.blogspot.com/>. Acesso em: 10 fev 2017.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 Edições.
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: A. A. P. Brandão (Org.). *Cadernos Penesb (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira 5 ed.)*. 15-34. Niterói: EDUFF.
- Osório, L. C. (2017). Brasil por multiplicação. Recuperado de: <https://mam.org.br/exposicao/35-panorama>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rodrigues, F. d. P. Macunaíma e a formação de uma cultura brasileira. Recuperado de:

<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/m00002.htm>. Acesso em: 20 nov 2017.

- Rolnik, S. (1992). Diálogo e alteridade. *Boletim de Novidades*, 5(44), v.5, 35-44.
- Sabiá, A. P. (2015). *Madonas contemporâneas em série fotográfica: relações estéticas e produção de sentidos sobre a maternidade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sanches Neto, M. (2019). Apresentação: herói primitivo. In: M. Sanches Neto, S. Oliveira (Org.). *Coleção Literatura Brasileira: identidade em movimento*. 5-18. Chapecó: UFFS. Recuperado de: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/colecao-de-literatura-brasileira-identidades-em-movimento>.
- Sicari, A. A. (2018). *A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua: (in)visibilidades e a luta por direitos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sousa, E. L. A. & Bechler, J. (2008). Labirintos na cidade contemporânea. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(2), 390-403. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932008000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Spinoza, B. d. (2009). *Ética*. (Tomaz Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Vygotsky, L. S. (1998). Arte e vida. In: _____. *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1999). *A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zanella, A. V. (2017). *Entre Galerias e Museus: diálogos metodológicos no encontro da Arte com a Ciência e a Vida*. São Carlos: Pedro & João Editores.

ARTIGO 3

Pessoas em situação de rua, fotografia e cidade: memórias de uma Casa da Memória

Resumo

Este artigo tem por objetivo problematizar o olhar da cidade para pessoas em situação de rua. A cidade em questão é Florianópolis, Santa Catarina, sendo fonte da pesquisa a Casa da Memória, referência no que diz respeito ao arquivamento de documentos históricos oficiais e não-oficiais da urbe. A partir da perspectiva da flânerie, de Walter Benjamin, percorremos 2.669 fotografias produzidas no contexto do tradicional concurso Maratona Fotográfica de Florianópolis entre os anos de 1995 e 2010. O flânar pelo conjunto de imagens nos convocou a problematizar a forma com que se deu o encontro entre os/as fotógrafos/as e os corpos das pessoas em situação de rua. O transitar por tais documentos nos fez apreender a complexidade que envolve o ato de se fotografar pessoas que habitam as ruas das cidades e concluir que os olhares que sustentam as câmeras podem operar a favor da vida, mas também reproduzir violências.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Fotografia; Cidade; Casa da Memória; Maratona Fotográfica de Florianópolis.

Introdução

“É preciso começar a perder a memória,
mesmo que a das pequenas coisas,
para percebermos que é a memória que faz
nossa vida. Vida sem memória não é vida...
Nossa memória é nossa coerência, nossa razão,
nosso sentimento, até mesmo nossa ação.
Sem ela, somos nada”.
(Luis Buñuel, 2009).

Tenho pesquisado com/sobre pessoas em situação de rua e sua forma de ser/estar/existir na cidade, levando em conta as tensões que emergem dos singulares movimentos de seus corpos ao se relacionarem com o corpo da urbe. Inevitavelmente, esses encontros deixam marcas, rastros, vestígios tanto na cidade, quanto nas pessoas que fazem das ruas sua morada provisória ou não. Entretanto, muito do que é impresso a partir desses encontros é propositalmente arquivado, subjugado às mais profundas camadas de esquecimento, matéria viva condenada ao morto arquivo da história, impressões que de certo modo não são permitidas ressuscitar. Partindo dessa lógica, algumas memórias são visibilizadas, outras não. Devo adiantar que são essas memórias não visibilizadas que mais me interessam.

Em se tratando do conceito de memória, Ana Smolka (2000) chama a atenção para o fato de que há:

[...] muitos modos, historicamente construídos, de pensar e de falar sobre memória. Modos que herdamos sem saber, sem necessariamente nos darmos conta. Modos que se inscrevem nos nossos modos contemporâneos de pensar, de falar, de lembrar, de investigar hoje. Modos estabilizados, muitas vezes “esquecidos”. (Smolka, 2000, p.167).

Partirei da problematização da autora para pensar memória e esquecimento para além de uma questão meramente biológica ou relativa à “formação da mente” (Smolka, 2000), mas sim como um “processo psicológico-social pautado pela releitura constante de acontecimentos de tempos vários que se mesclam, se hibridizam e atualizam, projetando possibilidades outras tanto em relação ao vivido como para o que pode vir a ser” (Zanella, 2017, p.109).

Na condição de pesquisadora que estuda uma população fortemente vulnerabilizada e (in)visibilizada socialmente no Brasil (e também em outros países), pessoas em situação de rua, procurei vasculhar a presença dessas pessoas em locais de salvaguarda de memória. Elegi, para tanto, a Casa da Memória de Florianópolis, local que reúne uma série de documentos que ajudam a contar a história da cidade. Não me vejo na Casa da Memória, ao vasculhar seus arquivos, realizando outra tarefa senão a de “escovar a história à contrapelo” (Benjamin, 1994). Isso implica num exercício de rastrear os ecos, “perscrutar as vozes emudecidas que nos contam histórias outras e contribuem para a compreensão das complexas tramas do passado e do presente” (Assis, Zanella, & Fonseca, 2018, p.52).

Realizar parte de minha pesquisa de doutorado na Casa da Memória possibilitou-me repensar presente, passado e futuro, produção de memória e produção de esquecimento e o que entendemos por contemporâneo ou contemporaneidade. No senso comum, a palavra contemporâneo remete a alguém ou algo que se encontra no tempo atual. Sob esse prisma, eu poderia dizer que sou uma pesquisadora contemporânea que também investiga o passado, tendo plena consciência de que este está inexoravelmente amalgamado ao que chamamos de presente. Um não se faz senão com o outro. Entretanto, e em se tratando de uma pesquisa que não se pode fazer no presente sem uma atualização

do passado, acredito estar mais próxima da noção de contemporâneo desenvolvida por Giorgio Agamben (2009).

Uma das lições do autor sobre o contemporâneo diz respeito a uma singular relação que estabelecemos com o tempo e com a história. Tal perspectiva coloca-me diante de uma constatação: atualidade ou tempo presente, sob tal ótica, não são sinônimos de contemporâneo. E sobre essa relação tenho (re)pensado meu lugar de pesquisadora.

Segundo o autor, o contemporâneo:

[...] não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. (Agamben, 2009, p.72).

Esclareço, portanto, que no decorrer desta escrita trabalharei com essa noção de contemporâneo apresentada por Giorgio Agamben. Noção esta que também impõe a mim uma responsabilidade, sobre a qual tratarei mais adiante. A leitura deste texto é, pois, um convite para que, ao retomarmos imagens arquivadas do passado, possamos problematizar visibilidades e apagamentos produzidos na cidade.

Como nos alertou a epígrafe com que inicio este texto, sem memória não há vida. E as vidas das pessoas em situação de rua importam! Por isso vasculhei, no acervo da Casa da Memória, imagens de suas presenças na cidade, indícios, restos, pistas de seus corpos pelas ruas. Nessa busca, deparei-me com imagens produzidas em diferentes edições do concurso público intitulado Maratona Fotográfica de Florianópolis. É sobre algumas das imagens produzidas nessas maratonas, desde a sua primeira edição, no ano de 1995, que essa escrita se desenvolverá.

A Casa da Memória

De um lado, a Catedral Metropolitana da cidade; do outro, a Câmara Municipal de Vereadores. À frente, a famosa Praça XV de Novembro. Centro Histórico de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Em uma pequena esquina, entre dois importantes locais que concentram as discussões e decisões políticas e religiosas da urbe, está a Casa da Memória, assim batizada no de 2004. A rua que abriga o casarão amarelo de estilo arquitetônico *art nouveau*⁵⁵ leva o nome de um sacerdote natalense: o padre Miguelinho, que também foi professor e um dos mártires da Revolução Pernambucana de 1817.

Construído no ano de 1929 para sediar o Partido Republicano Catarinense, o edifício foi utilizado para tal fim até 1940. Também abrigou o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) entre os anos de 1949 e 1978, e a seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de 1978 até 1995. Em 1999 o imóvel foi tombado através de leis municipal e estadual e doado pelo governo estadual à Prefeitura Municipal de Florianópolis. A casa passou por um processo de restauração e em 2004 foi reinaugurada como Casa da Memória.

Desde então, a referida casa tem por objetivo abrigar documentos que remetem à vida social e cultural do município. Seu acervo, além de contar com documentos disponibilizados pela própria prefeitura, é formado por doações realizadas pela população do estado de Santa Catarina. São, aproximadamente, 45 mil peças documentais para consulta, dentre elas fotografias, filmes, discos, vídeos, arquivos sonoros, CDs, DVDs, CDs-ROM, fitas de áudio com gravações de músicas e de extintos programas de rádio, livros nacionais e estrangeiros, filmes, cartazes, exposições, mapas, periódicos impressos

⁵⁵ Movimento artístico modernista que surgiu na Bélgica no ano de 1880 e perdurou até 1920, desenvolvendo-se principalmente na arquitetura, decoração de interiores e nas artes aplicadas.

e documentos de diversas épocas (Prefeitura Municipal de Florianópolis, s/d, s.p⁵⁶). O órgão “[...] reúne, restaura, organiza, preserva e divulga registros visuais, sonoros, bibliográficos e documentais relativos à história, à memória, à identidade e à produção cultural da cidade” (ibid). A meu ver, importante e desafiadora tarefa.

Atualmente, a Casa da Memória é gerida pela Fundação Cultural Franklin Cascaes, que integra a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude. O nome da instituição é uma homenagem ao antropólogo, gravurista e escritor nascido em Florianópolis, relevante pesquisador da cultura açoriana. Segundo informações obtidas no website da fundação, seu quadro de colaboradores/as é enxuto, e dentre eles/elas estão servidores/as municipais, estagiários/as e voluntários/as que auxiliam no funcionamento das atividades (Prefeitura Municipal de Florianópolis, s/d, s.p).

Memória e história residem nesse casarão de 470 m², com dois pavimentos. Para quem transita diariamente por aquela região, o edifício pode parecer apenas uma das construções antigas da cidade que, juntas, dão corpo, forma e cor ao centro histórico de Florianópolis. Entretanto, a Casa da Memória se destaca de outras edificações similares porque constitui um centro de documentação de referência para o estado e o país (ibid). A seguir, podemos ver uma imagem da Casa de Memória e seu entorno:

⁵⁶ Recuperado de: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?cms=casa+da+memoria&menu=4&submenid=322>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.



Figura 1: Fotografia de parte da fachada da Casa da Memória
Fonte: Registro da pesquisadora

A Casa da Memória é a construção amarela localizada à direita na Figura 1. Vejo essa casa, de tamanha importância histórica, cultural e social para a cidade, existindo ainda tímida, quase sufocada em meio às demais construções de concreto que coexistem no centro urbano em questão. É essa casa que nutriu parte de minha investigação de doutorado. É com ela que me encontrei durante alguns meses, e é através das memórias ali preservadas que narro uma dentre muitas histórias que constituíram a trajetória de minha pesquisa.

Insistência e persistência pelo arquivo: a flânerie e as vicissitudes da pesquisa

Dei início à pesquisa nos arquivos da Casa da Memória no mês de março de 2019. Eu já havia adentrado a casa há três anos, quando participei de um evento promovido pela Prefeitura de Florianópolis. Na ocasião, meu olhar para aquele lugar era diferente. Em 2019, outra relação estabeleci com o casarão. Já doutoranda, meu intuito era transitar por

alguns dos documentos ali conservados, para quem sabe, com e por meio deles, encontrar ruídos ou pistas das relações estabelecidas entre a cidade e as pessoas em situação de rua.

Certamente não seria um transitar qualquer. Para tal empreitada, escolhi flunar pelo acervo, e deixar-me afetar pelo campo que a meus olhos ali se abria. Essa escolha fundamentava-se na compreensão de que “[...] o flunar tem seu valor e pode se constituir como preciosa estratégia metodológica para pesquisas acadêmicas [...]” (Zanella, 2017, p. 101).

Flunar vem de *flânerie*, termo de origem francesa veiculado em algumas das obras de autores como Charles Baudelaire e Walter Benjamin quando discutem questões relacionadas à movimentação das pessoas na cidade. Benjamin trata o *flâneur* “como referência essencial para entender a experiência moderna na cidade” (Costa & Ferreira, 2016, p.29).

Mas o que faz o *flâneur*? Olha e descreve. Personagem urbano, suas antenas sensoriais privilegiam a visão [...]. A cidade se apresenta assim como um labirinto, espaço cheio de surpresas, porém, só o olhar perspicaz capta o que subjaz à sua manifestação epidérmica. Observa-se o inesperado, o não corriqueiro. (Ortiz, 2000, p.21).

O *flâneur* desenvolve um olhar atento às minúcias do cotidiano que passam despercebidas em meio à rotina acelerada das cidades. Um “trânsito sem caminhos previamente delineados, sem direções antecipadas - um vagar por desconhecidos trajetos, uma imersão na cidade/mundo movida pela curiosidade e o desejo de encontro com alguma diferença” (Zanella, 2017, p.101).

Parti, então, dessa perspectiva da *flanêrie* para me encontrar com os arquivos da casa. Esse encontro não pretendia a análise sistemática de cada material encontrado, mas a captura pelo inimaginável ou por aquilo que pudesse provocar algum ruído ou fissura,

e que me convocasse a querer escarafunchar histórias ou a história oficialmente contada sobre as pessoas em situação de rua.

Munida de tal desejo, comecei minhas idas ao centro histórico da cidade em direção à Casa da Memória. Era uma tarde de segunda-feira. Aproximei-me da imensa porta de madeira que, imponente, inaugura a entrada do casarão. Uma brecha da porta deixava ver parte do interior da recepção, e colada em sua face externa estava afixado um aviso que anunciava que a Casa da Memória estava em funcionamento. Li o aviso e adentrei o recinto. Fui recebida por uma servidora que me perguntou o que me trazia àquele espaço. Furneci aquelas informações básicas da rotina de uma/um pesquisador/a que chega pela primeira vez a um campo de pesquisa: nome, profissão, vinculação institucional, proposta de pesquisa, dentre outras. Expliquei que queria percorrer todos os arquivos, quaisquer que fossem eles, que a instituição disponibilizava. Antes que eu terminasse de contar sobre minhas pretensões de pesquisa, a servidora me adiantou que, provavelmente, ali eu nada encontraria sobre minha temática de pesquisa.

Devo confessar que fiquei surpresa com a afirmação daquela servidora, já que desde minha iniciação no universo da pesquisa, tenho aprendido que “[...] minúsculos detalhes proporcionam a chave para uma realidade mais profunda, inacessível por outros métodos. Esses detalhes podem ser sintomas para Freud, ou chaves de mistérios para Sherlock, ou caracteres distintivos de pintura para Morelli” (Ginzburg, 2008, p.98). Ou seja, para a/o pesquisador/a sempre é possível encontrar algo, mesmo que seja um vestígio daquilo que poderia ter sido. Para fazer-se pesquisador/a é necessário insistência e persistência. De ambos eu não abriria mão.

Ao mesmo tempo e refletindo sobre aquela fala da servidora, lembrei-me de uma discussão tecida por Neiva de Assis, Andréa V. Zanella e Tania Galli Fonseca (2018). Ao problematizarem a questão da memória e do esquecimento na contemporaneidade, as

autoras afirmam que estamos diante de um forte arsenal midiático e de “imensos recursos financeiros que defensores de uma lógica conservadora e tradicionalista do ordenamento social dispõem” (p.52). Tais instrumentos inventam/produzem tradições numa lógica que põe em destaque e faz ecoar determinadas vozes sociais em detrimento de outras. Produzem, portanto, uma história oficial que cria memórias de forma seletiva e ao mesmo tempo inúmeros esquecimentos (Assis, Zanella, & Fonseca, 2018). Estaria explicitado ali, naquele momento, algum esquecimento seletivo em relação às pessoas com quem/ as quais pesquiso? A pergunta justifica-se porque “o esquecimento precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexo quanto o da própria memória” (Huysen, 2014, p.158). A pronta afirmação de que ali na Casa da Memória nada encontraria apresentava-se, a meu ver, como uma dessas estratégias.

Não satisfeita com a apresentação de uma impossibilidade de pesquisa, e acreditando haver naquela afirmação da servidora a possibilidade de algum esquecimento histórico-político sobre pessoas em situação de rua, disse a ela que queria conhecer o acervo assim mesmo, e perguntei se eles tinham arquivadas fotografias antigas da cidade. Ela confirmou a existência do material e conduziu-me a uma pequena sala, logo atrás da recepção. Ali estavam quatro mesas, com quatro computadores cada uma. Nas paredes, diversas imagens emolduradas de mapas antigos da cidade de Florianópolis, fotografias da paisagem urbana e outras duas que ganharam mais destaque em comparação às demais, tanto no tamanho, quanto nos detalhes da moldura: retratos de Franklin Cascaes e Francisco Dias Velho. O primeiro, bandeirante e fundador da cidade de Florianópolis, conhecido como “impiedoso caçador de índios” (ND Mais, 2019) e o segundo,

pesquisador florianopolitano da cultura açoriana, folclorista, ceramista, antropólogo, gravurista e escritor.

Na sala também estavam expostos uma réplica de embarcação típica da região e um oratório de madeira, de aproximadamente 50 centímetros de altura. Em duas das paredes da sala havia enormes janelas de madeira. Por aquelas janelas, era possível avistar uma das laterais da Catedral de Florianópolis, local onde a fotografia apresentada na figura 1 foi produzida. Enormes lustres pendurados no teto lembravam-me pêndulos de relógios de parede. Um ar condicionado de última tecnologia também compunha o espaço. Vários tempos coexistindo no mesmo recinto. Uma sala cronotopo – conceito que “trata de uma produção da história. Designa um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem” (Amorim, 2016, p.104).

Antes de iniciar a pesquisa, recebi as devidas orientações sobre como acessar os arquivos no computador. Ali estavam as fotografias do acervo da Casa da Memória que foram digitalizadas pela equipe de profissionais da instituição. Existem outras fotografias arquivadas, mas que ainda não são disponibilizadas para pesquisa por não terem recebido o devido tratamento e não terem sido digitalizadas. Antes de começar a flunar pelas fotografias, foi necessário que eu preenchesse e assinasse um documento intitulado “Termo de Compromisso para utilização do Acervo da Casa da Memória”. As seguintes informações foram solicitadas no termo: nome completo, número de registro geral (RG), telefone, endereço, bairro, CEP, instituição, objetivo da consulta, e qual o acervo consultado. Preenchi, assinei e dei início à pesquisa.

Certamente, tive de retornar à Casa da Memória muitas outras vezes. Ao menos uma vez a cada 15 dias eu estava lá, de março a novembro de 2019. Nas duas primeiras vezes em que estive na instituição, não era necessário agendamento de consulta ao acervo. A partir da terceira, fui orientada a preencher um “formulário de agendamento para

pesquisador” no site da instituição e marcar a data em que gostaria de me dirigir à casa. A justificativa da equipe era de que a chefia imediata havia ordenado que tal agendamento fosse realizado para evitar grande número de pessoas pesquisando o acervo no mesmo dia/horário. As visitas só poderiam acontecer, então, às segundas, terças e quartas-feiras.

No formulário, as seguintes informações deveriam ser fornecidas todas as vezes que eu quisesse agendar uma visita: nome completo do/a pesquisador/a, cadastro de pessoa física (CPF), e-mail (preferencialmente institucional, quando houver), telefone e instituição que representa (caso contrário, deveria ser preenchido como autônomo). Além disso, algumas perguntas e descrições deveriam ser esclarecidas, a saber: “qual o tema da pesquisa a ser realizada?”, “um breve resumo apontando os objetivos e o objeto da pesquisa”, “qual (quais) acervo(s) da Casa da Memória você deseja utilizar na pesquisa? Livros, banco de imagens, banco de áudios, banco de vídeos, CDs, DVDs, discos e vinis, fotografias?”, “qual data você gostaria de realizar sua pesquisa na Casa da Memória?”, “qual o horário?”.

O primeiro formulário que preenchi no site rendeu uma ligação telefônica de outra servidora do local, que eu ainda não conhecia. Ela se identificou e disse que havia recebido meu agendamento, mas que, infelizmente, ali não era o local adequado para que eu realizasse minha pesquisa. Segundo ela, eu deveria procurar a Assistência Social do município. Tal ligação remeteu-me a outras situações parecidas que vivenciei quando trabalhei em uma cidade do interior de estado de Minas Gerais como psicóloga de um Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP). A impressão que tenho, e que à época era realidade nas tentativas da equipe de trabalho para a articulação de intervenções voltadas às pessoas em situação de rua com os demais serviços da rede socioassistencial e de saúde do município, é de que essas pessoas são, muitas vezes, encaradas como fardo que deve rapidamente ser transferido a outro serviço

ou outro profissional. “Um problema” que não é meu nem seu, mas sempre de um outro. Um problema, e não pessoas em situação de extrema vulnerabilidade e violação de direitos.

Sobre vulnerabilização de vidas, Judith Butler (2015) fala das chamadas vidas precárias, tece considerações sobre a vida em si, a fim de convocá-la em seu sentido ontológico. Segundo a autora, é na forma com que apreendemos a vida que reside nosso posicionamento ético frente a questões de proteção contra violações e violências:

Os enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. (Butler, 2015, p.17).

Novamente tive a sensação de que a Casa da Memória, ou seu corpo profissional, movimentava-se ao meu redor como que num processo fagocitário⁵⁷. Eu, um corpo estranho, deveria ser removida daquele espaço, tal como as pessoas em situação de rua devem ser banidas de espaços públicos por se contraporem e confrontarem práticas higienistas. Estaria diante de mais uma (im)possibilidade de encontro com o arquivo da casa? Esclareci à servidora que eu já havia iniciado a pesquisa, e que não se tratava de recorrer a outra secretaria ou setor da prefeitura. Retomei o fôlego. Insistir em procurar quem ou o que está à margem é um processo árduo. Requer calma e delicadeza. Muitos labirintos e encruzilhadas se dispõem em nossa frente. Abismos se abrem. Mas é preciso continuar e viver o abismo para “entender as condições, os modos de produção e as

⁵⁷ A fagocitose, nos sistemas imunológicos de organismos multicelulares, é um dos mecanismos utilizados pelas células para remoção de patógenos e restos celulares.

práticas que envolvem motivos e formas de lembrar e esquecer, maneiras de contar, de fazer e registrar histórias” (Smolka, 2000, p.168).

Retomei a flânerie nos arquivos imagéticos da Casa da Memória na semana seguinte ao telefonema. Como disse anteriormente, abri cada uma das pastas que encontrei no computador. Ao todo, flanei por 76 pastas e 11.861 fotografias. Todas as vezes em que estive na casa, por lá permaneci cerca de três a quatro horas. Quando os olhos cansados me alertavam da impossibilidade de ver, eu encerrava o trabalho para retomá-lo na semana seguinte.

A experiência de percorrer lugares outros da história, por mim desconhecidos, foi muito importante. De fato, a partir de alguns roteiros traçados, “tornamo-nos habitantes do arquivo” (Brites & Aguiar, 2010, p.222). Flanando e habitando aquelas pastas compreendi parte da dinâmica da cidade hoje, deparei-me com figuras ilustres que marcaram época, diverti-me olhando carros alegóricos dos antigos carnavais de Florianópolis, lamentei por rios asfixiados por avenidas, por imensos aterros em nome do progresso da urbe, pelo enaltecimento de figuras conhecidas por sua intolerância e preconceito.

Dentre tantos documentos, encontrei o que procurava: fotografias de pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis. Curiosamente, a maioria delas encontrava-se nas pastas dedicadas aos registros da Maratona Fotográfica de Florianópolis, concurso anual que acontece na cidade desde 1995. A Casa da Memória ainda não disponibilizou todas as fotografias do concurso, mas o que pude acessar revelou-se como um rico conjunto de imagens que possibilitaram as discussões apresentadas neste artigo. As imagens que mais chamaram a atenção, principalmente porque os/as fotógrafos/as ganharam prêmios, foram as clicadas nos anos de 1995, 1996, 1999, 2002 e 2004. Sobre a maratona e essas imagens premiadas discorrerei a seguir.

O concurso fotográfico e o olhar maratonista sobre a cidade e a rua

A Maratona Fotográfica de Florianópolis é um concurso que teve sua primeira edição no ano de 1995, integrando a programação dos eventos de comemoração do aniversário da cidade. Seu objetivo é “estimular os participantes a olhar a cidade de maneira diferente, buscando perceber o que muitas vezes não é visto no dia a dia, permitindo a experimentação e a criação de diferentes imagens por meio da fotografia” (Secretaria Municipal de Cultura, 2018, s.p⁵⁸).

Sua primeira edição teve como marco o centenário da Revolução Federalista que, segundo a prefeitura da cidade, “não poderia passar despercebido”, uma vez que “os fatos e acontecimentos daquele episódio foram tão marcantes que culminaram inclusive na mudança de nome da cidade (Bernardes, 2010)”. De acordo com o regulamento de sua primeira edição, o concurso não é iniciativa inédita, pois Portugal e Espanha já realizavam eventos semelhantes (Fundação Franklin Cascaes, 1995).

Desde 1995 o concurso acontece anualmente e reúne “fotógrafos profissionais ou amadores que sejam pessoas físicas, de nacionalidade brasileira ou naturalizada, maiores de 18 anos, que residam, trabalhem ou estudem em território nacional”, crianças e jovens, brasileiros ou naturalizados, com idade entre 06 e 17 anos, e estrangeiros legalizados mediante comprovação (Prefeitura Municipal de Florianópolis, s/d, s.p).

Apesar das modificações que sofreu ao longo de suas edições, como a possibilidade de uso de câmeras digitais, o eixo norteador do concurso permanece o mesmo. A organização da maratona propõe, a cada ano, assuntos ou grandes temas, que são divididos em subtemas. Quem se inscreve no evento comparece na data e locais pré-

⁵⁸ Recuperado de: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=19380>.

estabelecidos pela fundação organizadora, os chamados postos de controle, e lá recebe as orientações para o percurso que irão realizar pela cidade.

A primeira edição da maratona, em 1995, teve as seguintes temáticas, que foram posteriormente subdivididas em outros temas: noite e boemia, gente e vida, patrimônio e história, terra e mar. Já sua última edição, que ocorreu entre os dias 30 e 31 de março de 2019, teve como grande tema a “Cidade [re]visitada”. A premiação do concurso é realizada de acordo com as modalidades profissional e amador e são distribuídos prêmios em dinheiro para os primeiro, segundo e terceiro lugares de cada categoria.

Na edição inaugural da maratona, a Comissão Organizadora do certame orientou os/as participantes que, no primeiro dia de prova, se dirigissem ao posto 1, local onde seria distribuído um filme colorido com 24 poses, além da tarefa inicial, a saber: fotografarem quatro temas com livre interpretação. Após quatro horas, os envelopes de inscrição seriam carimbados em outro posto de controle, mais quatro temas distribuídos, e assim sucessivamente até que todos/as passassem pelos seis postos previamente designados e fotografassem os 24 temas exigidos para a finalização das 24 horas de maratona. A comissão também ressaltou que o regulamento só permitiria uma fotografia por tema (Fundação Franklin Cascaes, 1995).

Após flunar por todas as pastas da maratona que estavam disponíveis para consulta nos arquivos da Casa da Memória, selecionei as fotos que registravam pessoas em situação de rua. Não foi possível acessar as fotos de todas as edições do concurso, uma vez que o material de algumas edições da Maratona Fotográfica ainda não recebeu tratamento necessário para comporem os arquivos da instituição. Após a seleção realizada, elaborei uma planilha com todas as informações que tive acesso sobre cada uma das imagens, tais como nome do arquivo, fotógrafo/a autor/a da foto, ano do concurso, categoria em que concorreu e premiação recebida. Relacionei 33 fotografias

neste documento. Dessas, 05 foram produzidas na primeira edição da maratona (1995), 05 na segunda (1996), 01 na quarta (1998), 01 na quinta (1999), 01 na oitava (2002), 02 na nona (2003), 01 na décima (2004), 06 na décima terceira (2007) e 02 na décima sexta (2010). De todas elas, 14 fotografias receberam prêmios no concurso. A comissão julgadora do evento, em suas diferentes edições, é composta por profissionais da área indicados pela Fundação Franklin Cascaes e por integrantes da Comissão Organizadora da maratona.

Diante de tais fotografias e rememorando as primeiras impressões que tive quando cheguei à casa e me informaram que ali não seria o lugar adequado para que minha pesquisa fosse realizada, questionei-me que uso estariam fazendo das imagens das pessoas em situação de rua nesse caso específico. Se num primeiro momento a impressão era de que elas não seriam dignas de memória, no outro as vi sendo retratadas em um grande concurso, e tendo suas imagens premiadas e veiculadas em diversas mídias. Muitas delas também tiveram seus rostos clicados por vários/as fotógrafos/as reconhecidos nacional e internacionalmente; na maior parte das fotografias analisadas, essas pessoas dormiam. Rostos em *close*, a fragilidade de seus sonos escancarada, faces frente a frente das câmeras. Teriam essas pessoas em situação de rua autorizado o uso de suas imagens para a participação na maratona? Ou para divulgação em veículos como jornais e páginas na internet? Tiveram elas acesso a essas imagens, depois de publicadas?

As primeiras fotografias da maratona que retratavam pessoas em situação de rua, e com as quais me deparei nos arquivos da Casa da Memória, mostram corpos de adultos e crianças em vários pontos da cidade, dormindo ou em via de, como é possível visualizar na figura 2:



Figura 2: Composição de fotos elaborada pela pesquisadora
Maratona Fotográfica de Florianópolis – 1995 e 1996
Fonte: Acervo Casa da Memória

A composição de fotografias apresentada (figura 2) mostra imagens produzidas nos concursos de 1995 e 1996. No primeiro ano, como mencionado anteriormente, uma das temáticas gerais da maratona foi “Gente e Vida”. Já no ano de 1996, as quatro grandes temáticas foram: Direitos de Cidadania, Sentimentos, Cores e Outros olhares sobre a cidade.

Nas imagens da composição aqui apresentada, vemos fotos de pessoas em pedaços de papelão, no canto de alguma calçada, à porta de um banco, ou sentadas em uma das cadeiras da sala de espera da rodoviária da cidade. Uma delas, envolta por um pedaço de plástico. Um corpo embalado. Não à vácuo, mas a lamento. Imagem lamentável (Didi-Huberman, 2008).

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o plástico é aquilo que “dá forma ou é capaz de dar forma, que se pode modelar, que não é natural” (Houaiss & Villar, 2009). Que corpo esse material enforma? Teria, a pessoa que esses corpos fotografou, solicitado a devida autorização do uso de imagem? Vale lembrar destacar que

as fotografias não apresentam corpos quaisquer. São, em sua maioria, corpos negros. Corpos que, historicamente, têm sido alijados de muitos direitos, vítimas de políticas de extermínio; corpos inúmeras vezes feridos e massacrados, subjugados às lógicas do biopoder (Foucault, 1997) e da necropolítica (Mbembe, 2018).

Segundo Grada Kilomba (2016), os corpos negros são submetidos a uma demarcação de espaços que os coloca no lugar dos que estão “fora de lugar”, corpos que não estão em casa, que não pertencem a lugar algum. “Dentro do racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, abjetos, “*deslocados*” [...] Corpos *brancos*, ao contrário, são construídos como aceitáveis, corpos em casa, “*no lugar*”, corpos que sempre pertencem (Kilomba, 2016, p.6).

Das cinco fotos apresentadas na composição, quatro delas foram premiadas no concurso. Concorreram nas categorias individuais. Receberam recompensas de primeiro e segundo lugares na premiação geral. Se as temáticas da maratona nos anos em que essas fotografias foram produzidas abarcavam as noções de “Gente e Vida” e de “Direitos de Cidadania”, quais foram os olhares desses/as fotógrafos/as para essa gente, para essas vidas, tão desprovidas de seus direitos e de sua cidadania? Seriam meros retratos da constatação das violências que essa população sofre reiteradamente? Ou estariam esses mesmos retratos repetindo essa lógica violenta e perversa? O que essas fotografias nos dizem sobre o olhar de quem as produziu?

Rosana Paulino, artista visual, pesquisadora e educadora brasileira, utiliza a fotografia em diálogo com o desenho e a gravura, e muitas de suas obras questionam a representação das pessoas negras no contexto brasileiro. Segundo a artista, há uma “quase ausência dessa representação nos mais variados aspectos da vida dos brasileiros e na história, sobretudo na história das artes visuais” (Paulino, 2020).

Na instalação Assentamento (2013), que integra a exposição intitulada “A costura da memória”, trabalho que reúne obras produzidas entre os anos de 1993 e 2018, Rosana manipula retratos dos tidos como “tipos brasileiros” produzidos pelo fotógrafo francês Auguste Stahl (1824-1877) para o livro *Viagem ao Brasil, 1865-1866*, de Louis Agassiz (1807-1873), naturalista suíço que investiga teorias de superioridade racial (Enciclopédia Itaú Cultural, 2019). Abaixo, seguem algumas das fotografias que compuseram a instalação:

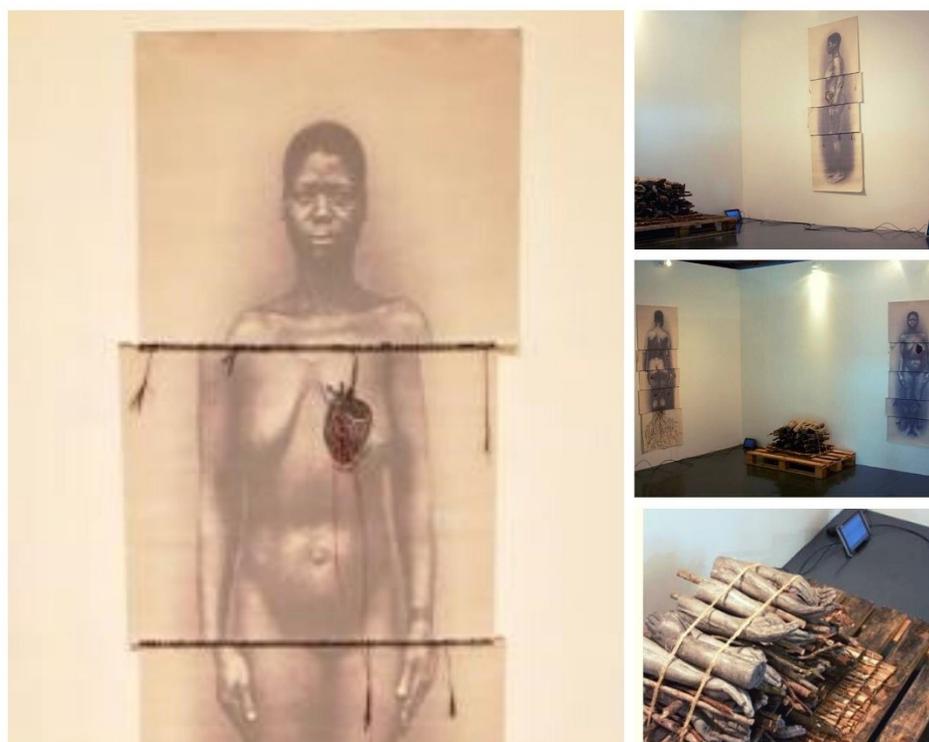


Figura 3: Rosana Paulino. Assentamento. 2013 Coleção particular.
Fonte: Registro de Aymê Okasaki

A figura de uma mulher escravizada impressa em tamanho real nos interpela e convoca a problematizar de que forma e a serviço de quê as imagens das pessoas negras têm sido manejadas ao longo dos séculos. A obra faz uma crítica ao cientificismo que alocou a flora, a fauna e as gentes nas mesmas classificações de raças, como nos estudos de Agassiz. O zoólogo esteve na Amazônia para estudar espécies de peixes, mas ganhou notoriedade pelos estudos realizados sobre o que chamou das “raças brasileiras”, que

considerava a miscigenação como degeneração da raça superior, a branca. Nas obras *História Natural*, *Paraíso Tropical* e *Geometria à brasileira* (2018), as *assemblages*⁵⁹ com fotografias dos negros e indígenas escravizados são entremeadas, misturadas a ilustrações botânicas de Flora brasiliensis, desenhos de zoologia e ilustrações de craniologia (Okasaki, 2019, p.273). Corpos classificados, coisificados. Abjetos. As fotografias que compõem a figura 2 seriam balizadas por essa mesma lógica?

Na segunda composição de fotos da Maratona Fotográfica de Florianópolis que aqui apresento, as imagens foram produzidas nos anos de 1999, 2002 e 2004. A respeito das temáticas propostas em cada ano, somente encontrei informações referentes ao ano de 2004: história, estética, comportamento e natureza.



Figura 4: Composição de fotografias elaborada pela pesquisadora Maratona Fotográfica de Florianópolis -1999, 2002 e 2004
Fonte: Acervo Casa da Memória

⁵⁹ “O termo *assemblage* é incorporado às artes em 1953, cunhado pelo pintor e gravador francês Jean Dubuffet (1901-1985) para fazer referência a trabalhos que, segundo ele, "vão além das colagens. O princípio que orienta a feitura de *assemblages* é a ‘estética da acumulação’: todo e qualquer tipo de material pode ser incorporado à obra de arte. O trabalho artístico visa romper definitivamente as fronteiras entre arte e vida cotidiana; ruptura já ensaiada pelo dadaísmo, sobretudo pelo *ready-made* de Marcel Duchamp (1887-1968) e pelas obras *Merz* (1919), de Kurt Schwitters (1887-1948)” (Enciclopédia Itaú Cultural, 2019).

Nessas fotografias (figura 4) podemos notar a presença de pessoas em situação de rua, mas, desta vez, em contextos diferentes. Uma se refresca nas águas do chafariz do Largo da Alfândega, a outra, também às margens do fontanário, parece repousar enquanto, possivelmente, brinca com dois cachorros. Uma das pessoas está sentada no início da escadaria da catedral da cidade, em frente à imponente porta de madeira da igreja. Por fim, na fotografia localizada na parte inferior, à direita, uma pessoa dorme, envolta em um cobertor, próxima às construções centenárias do centro de Florianópolis.

Em todas as fotos retratadas a impressão inicial é de que tais pessoas parecem passar quase despercebidas quando o que está em questão é um clique da cidade, de suas construções, de seu patrimônio histórico. Pessoas-ruído em cada um dos enquadramentos. Ou seriam pessoas que não passam despercebidas nas fotos, mas que com elas promovem uma composição específica? Ao observar a foto em que um homem aparece no chafariz, indago-me: estaria ele posando para a foto e, ao fazê-lo, protagonizou a cena? Na perspectiva de uma foto como esta, em que medida as pessoas em situação de rua não teriam sido protagonistas de cenas dentro das possibilidades e condições às quais se encontravam? Em que medida a Maratona Fotográfica visibilizou e/ou possibilitou o protagonismo dessas pessoas nas cenas fotografadas? Todas essas fotos receberam prêmios nas edições do concurso do qual participaram. Prêmios de segundo e terceiros lugares, nas categorias amador e profissional.

No regulamento do concurso o/a participante é orientado/a sobre os direitos de imagem; mas reitero a pergunta feita anteriormente: teriam as pessoas que foram fotografadas dormindo, autorizado a veiculação de seus rostos? No capítulo III do regulamento da última edição do concurso, no tópico 3.4, há a seguinte disposição:

Ao se inscrever no concurso, o participante declara, ser o único responsável pela autoria dos registros fotográficos encaminhados para fins de participação, a

inexistência de plágio, bem como garante ter a autorização de terceiros que, por ventura, tenham direitos conexos sobre as imagens, responsabilizando-se por eventuais reivindicações de terceiros quanto ao uso não autorizado (Fundação Franklin Cascaes, 2019⁶⁰).

Já no capítulo IV, tópico 4.4.1, encontrei outras orientações sobre a cessão de direitos autorais:

O participante deverá estar ciente que no caso de ser premiado pelo concurso deverá entregar assinado o “Termo de Cessão e Autorização de Uso de Imagem (Fotografia)” (Anexo 1) na sede administrativa da FCFFC, no prazo determinado pela Comissão Organizadora (ibid).

Até aqui, entendo que a regra do concurso é clara em relação ao uso e autorização do uso de imagens e imputa ao/a artista a responsabilidade sobre a fotografia produzida.

Não tive a oportunidade de conversar ou entrevistar quem elaborou tais registros. Todos/as, ao se inscreverem no concurso, cedem os direitos das fotos à Fundação Franklin Cascaes mediante assinatura de um documento de cessão de direitos autorais. Não ousou aqui julgar a produção destas imagens, e desconheço a intenção de quem as tirou, mas não irei me furtar de problematizar os lugares que são imputados às pessoas em situação de rua em momentos e contextos diferentes na cidade.

A fotografia da rua e a cidade: algumas notas sobre corpos premiados

Fotografar pessoas em situação de rua requer, de quem o faz, respeito, cuidado, delicadeza. Mais do que isso, há que se atentar para a necessidade de um posicionamento ético-estético-político que não imponha a essas pessoas, através das lentes de uma

⁶⁰ Recuperado de:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_03_2019_16.36.01.d97fe25d8a8c72f09335bedaf29cb8e9.pdf.

câmera, a ocupação de um velho lugar que há muito lhes é imposto. Lugar da indiferença, do desprezo, da falta de acesso a bens e direitos, do sofrimento, da explicitação da precariedade de suas existências. Faz-se necessário um olhar que não reproduza as violações e violências que essas pessoas sofrem diariamente. Todos sabemos (ou não?) que essas pessoas são cidadãos e sujeitos de direitos como qualquer um de nós. Mas na prática, esse discurso se atualiza?

A Constituição Brasileira garante a todo cidadão brasileiro uma série de direitos fundamentais. Porém, na experiência do encontro com a rua, vemos a necessidade de reequacionar o que na prática querem dizer esses direitos. Para a efetivação destes deparamo-nos com a ideia formada historicamente de que todo tipo de acesso a bens e serviços da parcela populacional mais pobre e miserável é do âmbito da caridade ou da filantropia – ou seja, um favor. (Macerata, Magalhães, & Resende, 2014, p.142).

Na esteira dessa reflexão sobre os direitos de quem vive nas ruas, retomo os objetivos da maratona no sentido de problematizar a questão do olhar dos/as fotógrafos/as participantes, mediado pela câmera fotográfica e sob o julgamento de um concurso. Se um dos intuitos da maratona reside na virada do olhar de seus/suas participantes em relação ao que é/constitui a cidade, buscando perceber o que não é visto ou passa despercebido, fotografar as pessoas em situação de rua seria, simplesmente, olhar o “inolhável”? “Modificar as condições usuais da sua visibilidade? Ou aos que se olha conferir outra categoria de gente que possa atender a interesses mercantis? Estaríamos diante de uma lógica que funciona a fim de produzir uma “iconografia da infelicidade”? (Didi-Huberman, 2008).

Que (in)diferenças as fotografias de pessoas em situação de rua produzem no contexto da maratona que não o fazem em outros contextos? Seriam essas fotografias,

como apontou Susan Sontag (2003), uma forma de operar denúncias, de clamar pelo fim da atrocidade, da barbárie, do sofrimento? Ou seriam “meios de tornar ‘real’ (ou ‘mais real’) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar?” (Sontag, 2003, p.7). Tais perguntas não pretendo aqui responder, mas utilizá-las como dispositivo para pensar sobre as pessoas em situação de rua e suas relações com a cidade.

O que entendo como a virada de um olhar sobre a cidade (pessoas, patrimônio, histórias, dentre outros) proposta pela Maratona Fotográfica foi realizada, em outra cidade e outro contexto, por Virgínia de Medeiros, em sua obra “Fábula do Olhar” 2012-2013 (figura 5). A artista instalou um estúdio de fotografia em dois refeitórios frequentados por pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza, Ceará. Vinte e uma pessoas foram retratadas em uma série fotográfica preto-e-branco e, de cada uma delas, colheu-se depoimentos em vídeo sobre suas histórias de vida. Além disso, receberam a seguinte questão: como você gostaria de se ver ou ser visto/a pela sociedade?

Sobre isso, afirma a artista:

Esta questão abre o campo de subjetividade dos indivíduos retratados que, fabulando sua condição, se fazem personagem da obra. O momento da fabulação é esse, quando a diferença entre aquilo que é real e aquilo que é imaginado se torna indiscernível, quando por esse processo o indivíduo se constitui como um sujeito da cena e não como um mero objeto que é observado: criar um mundo, nele crer e se projetar. (Medeiros, 2019, s.p⁶¹).

Virgínia de Medeiros também convidou o fotopintor Mestre Júlio dos Santos que, por meio de uma técnica intitulada fotopintura digital, coloriu os retratos preto-e-branco em conformidade com a resposta de cada pessoa em situação de rua àquela pergunta

⁶¹ Recuperado de: <https://virginiademedeiros.com.br/obras/fabula-do-olhar/>.

inicial. No formato final da obra, cada fotopintura foi acompanhada de um texto literário produzido pelas pessoas em questão, como apresentado a seguir.



Figura 5: Depoimento Jéssica – Obra Fábula do Olhar
Fonte: Site da artista Virgínia de Medeiros

Vejo o trabalho da artista Virgínia de Medeiros como uma produção consonante com o que propõe, em seu regulamento, o concurso Maratona Fotográfica de Florianópolis/SC. A artista busca provocar com seu trabalho a virada do olhar para o cotidiano não visto ou difícil de ver, mas, e sobretudo, com respeito pela história de cada uma das vidas retratadas, com cuidado pela singularidade de cada existência. Cabe perguntar: as fotografias de pessoas em situação de rua produzidas na Maratona Fotográfica e aqui apresentadas promoveram isso?

Sabemos que para o olhar acontecer é preciso um encontro. Como teria se dado o encontro dos/as fotógrafos/as participantes da maratona com esses corpos na/da rua? O que esses/as fotógrafos/as enquadraram? Que visibilidades e (in)visibilidades sustentaram as lentes de suas câmaras? Susan Sontag (2003) nos conduz a possíveis respostas para estes questionamentos. A autora afirma que a imagem fotográfica, na condição de vestígio, e não como construção montada com vestígios fotográficos dispersos, “não pode ser simplesmente um dispositivo de algo que não aconteceu. É

sempre a imagem que alguém escolheu; fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir” (Sontag, 2003, p.22).

(In)conclusão: assentando olhares outros sobre a rua e as pessoas que a habitam

Waly Salomão (1996), poeta brasileiro, disse certa vez que a “memória é uma ilha de edição” (p.20). Partindo dessa premissa, e retomando a questão da fotografia discutida neste texto, podemos editar imagens “para estranhar, para viajar, para elevar a existência a um exercício superior, transcendental” (Fonseca, Amador, & Oliveira, 2011, p.74) e que estejam a “serviço de uma disjunção, de uma abertura entre ver e falar que, ao acolher o movimento do mundo, espreita suas virtualidades pra dar-lhes existência, para operar a diferença” (ibid), ou podemos editar imagens para promover esquecimentos, para viabilizar violências, para visibilizar de forma oportunamente perversa algo ou alguém.

Contar alguma história requer responsabilidade e prudência, e tem a ver com nosso posicionamento ético-estético e político na condição de pesquisadores/as. Tem a ver com certa “preocupação em não escamotear as rachaduras, as fraturas, as *esquizes* de que o mundo sofre, mesmo que só se possa falar delas, mas não repará-las” (Gagnebin, 2018, pp.74-75). Produzir fotografias também é, de certa forma, contar histórias. Partindo deste raciocínio, continuo a me perguntar: que fraturas estão expostas nessas premiadas imagens da Maratona Fotográfica de Florianópolis? Susan Sontag (2003), também nos alerta que, “numa era sobrecarregada de informação, a fotografia oferece um modo rápido de apreender algo e uma forma compacta de memorizá-lo” (p.13).

Nosso encontro com a rua, aqui personificada nas pessoas que fazem dela sua morada, seu lugar de habitação, é inelutável. Por isso, retomo a fala de Paul Preciado para convidar os/as que chegaram comigo até aqui a rever essa rua que nos interpela, que nos atravessa, encarando-a de modo diverso, com olhares que “[...] busquem os gérmenes da

vida que, ainda que desconheçam, os rodeiam, e que, com uma torção do olhar, poderiam ser seus - poderia ser sua própria vida” (Preciado, 2018, p.21).

Referências

- Agamben, G. (2009). O que é o Contemporâneo? In: G. Agamben. *O que é o Contemporâneo? e outros ensaios*. 57-73. Chapecó, SC: Argos.
- Amorim, M. (2016). Cronotopo e exotopia. In: B. Brait, *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 95-114. São Paulo, SP: Contexto.
- Assis, N., Zanella, A.V., & Fonseca, T.M.G. (2018). Memórias e esquecimentos: revolvendo o passado silenciado de uma cidade. In: M. E. B. BARROS,; D. H. Mizoguchi, & L. A. Costa (Orgs.). *Colapso Clínico-político do comum na contemporaneidade*. 49-74. Curitiba, PR: CRV.
- Benjamin, W. (1994). O Flâneur. In: W. Benjamin. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bernardes, M. P. Apontamentos sobre a cidade do marechal: a denominação da capital catarinense no alvorecer republicano, *Revista Santa Catarina em História*, 4(1), 2010. Recuperado de: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/122>.
- Brites, B. L., & Aguiar, V. B. (2010). Labirintos de memória. In: T.M.A. Fonseca, L. B. Costa (Orgs.). *Vidas do Fora: habitantes do silêncio*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- Buñuel, L. (2009). *Meu último suspiro*. São Paulo, SP: Cosac & Naify.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Costa, F. N., & Ferreira, T. (2016). Potências inscritas no corpo: do flâneur ao cruiser. *Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.Campinas*, 8(1), 28-45.
- Didi-Huberman, G. (2008). Imagens de lamentação, imagens lamentáveis? *Revista de comunicação e linguagens. Fotografia(s)*. Lisboa, 39, 63-74.
- Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. (2020). *Assemblage* (Verbetes). São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo325/assemblage>.
- Fonseca, T. M. G., Amador, F. S., & Oliveira, A. M. (2011). Imagem e literalidade: o figural do mundo. In: A. V. Zanella, & J. Tittoni (Orgs.). *Imagens no pesquisar: experimentações*. Porto Alegre, RS: Ed. Dom Quixote.

- Foucault, M. (1997). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 15. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fundação Franklin Cascaes. (1995). Prefeitura Municipal de Florianópolis. Regulamento 1ª Maratona Fotográfica de Florianópolis. Florianópolis, SC.
- Fundação Franklin Cascaes. (2019). Prefeitura Municipal de Florianópolis. Regulamento 25ª Maratona Fotográfica de Florianópolis. Florianópolis, SC. Recuperado de: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_03_2019_16.36.01.d97fe25d8a8c72f09335bedaf29cb8e9.pdf.
- Gagnebin, J. M. (2018). Walter Benjamin: os cacos da história. São Paulo: n - 1 edições.
- Ginzburg, C. (2008). Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: H. Eco, T. A. Sebeok. (Orgs.). *O signo de três: Dupin, Holmes, Peirce*. 89-130. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Huyssen, A. (2014). Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: _____. *Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, Museu de Arte do Rio, 155-176.
- Kilomba, G. (2016). Descolonizando o conhecimento: uma palestra performance de Grada Kilomba. Tradução: Jéssica Oliveira. Recuperado de <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>.
- Macerata, I. M., Magalhães, J. N., & Resende, N. C. (2014). Direitos humanos e população em situação de rua: as singularidades no encontro com a rua. In: A. P. Grinover, G. A. Almeida, M. Gustin, P. C. V. Lima, R. Lennaco (Orgs.). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. Belo Horizonte, MG: D' Plácido.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 Edições.
- Medeiros, V. (2019). Fábula do Olhar. Recuperado de: <https://virginiademedeiros.com.br/obras/fabula-do-olhar>.
- ND Mais Notícias de Santa Catarina. Edifício Dias Velho, uma história desconhecida por quem o habita. Recuperado de: <https://ndmais.com.br/noticias/edificio-dias-velho-um-pouco-da-nossa-historia/>.
- Okasaki, A. (2019). Os avessos dos bastidores: a visibilidade da mulher negra nos trabalhos de Rosana Paulino. *Revista dObras*, 11(25), pp. 269-275.
- Ortiz, R. (2000). Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. *Tempo Social; Ver. Sociol.* São Paulo, 12(1), 11-28.
- Paulino, R. (2020). Rosana Paulino (Verbete). In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa216153/rosana-paulino>.

- Preciado, P. (2018). La izquierda bajo la piel. Um prólogo para Suely Rolnik. In: S. Rolnik. *Esferas da Insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo, SP: n-1 Edições.
- Salomão, W. (1996). *Algaravias-Câmara de Ecos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Smolka, A. L. B. (2000). A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Educação & Sociedade*, Campinas,1(71), 166-193.
- Sontag, S. (2003). *Diante da dor dos outros*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Zanella, A. V. (2017). *Entre Galerias e Museus: diálogos metodológicos no encontro da Arte com a Ciência e a Vida*. São Carlos: Pedro & João Editores.

ARTIGO 4

Pessoas em situação de rua e o “centro do universo”: tensões entre a cidade planejada e a cidade praticada

Resumo

Este artigo tem como objetivo problematizar as relações que a cidade de Florianópolis/SC estabelece com as pessoas em situação de rua. Partimos de um olhar cartográfico (Deleuze & Guattari, 2011) para a cidade e flanamos (Benjamin, 1994) por suas ruas a fim de registrar, via fotografia, algumas das tensões que emergem dos encontros entre cidade e as pessoas em questão. Transversalizamos a essa discussão, a análise de uma das legislações mais importantes de uma cidade, que a organiza e planeja: o Plano Diretor. A partir daí, problematizamos os efeitos da lei nos corpos das pessoas em situação de rua e o lugar que a elas é destinado na tessitura da cidade.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Cidade; Florianópolis; Plano Diretor. Fotografia.

Introdução

“Você não é o centro do universo”

Autor/a desconhecido/a



Figura 1: “Você não é o centro do universo”
Fonte: Registro da pesquisadora

Deparei-me com a epígrafe, eleita para intercessora desta escrita, estampada em um dos inúmeros muros que compõem a paisagem do centro da cidade de Florianópolis, Santa Catarina (figura 1). Pintada em letras grandes sobre pedras, na cor branca, a inscrição criava uma espécie de cenário com alguns pertences empilhados no interior de dois carrinhos de supermercado. Pertences de pessoas em situação de rua que estavam próximas do local no momento em que a imagem foi registrada. Os dois carrinhos, apesar de alocados na calçada da rua, ocupavam parte do espaço reservado ao estacionamento de carros. Ao lado e na frente dos dois carrinhos, alguns sacos de plástico preto, desses que comumente utilizamos para descarte de lixo. Não por acaso elegi essa imagem,

inscrita no corpo da cidade, para disparar algumas problematizações que pretendo empreender através desta escrita.

A temática pessoas em situação de rua e cidade é foco das discussões tecidas em minha tese de doutorado, com orientação da segunda autora deste artigo. Uma das questões que norteia a investigação diz respeito às relações que a cidade institui com as pessoas em situação de rua. Além disso, a escolhi porque provocou deslocamentos em minha própria subjetividade, convocando-me a pensar sobre que universo é esse de que fala essa frase; que universo é esse no qual estamos inseridas/os; que fronteiras o delimitam; como se configura o seu centro; o que se constitui como margem; a quem se destinam esses espaços; o que/quem habita o centro e o que/quem habita suas margens.

É possível pensar o universo como nos apresenta o dicionário, atribuindo à palavra as noções de “mundo”, “conjunto de todas as realidades criadas”, “espaço, matéria, energia e tempo”, “um todo composto de partes harmonicamente dispostas”, “o cosmos”, “espaço ou domínio” (Houaiss & Villar, 2009, p.520).

Outra possibilidade é pensar no universo em relação ao habitado e ao que nos habita, como o faz o poeta Taiguara⁶² ao dizer que “Meu pedaço de universo é no teu corpo”. Essas possibilidades de sentido parecem se inscrever na frase grafitada no muro, e por isso a elejo como intercessora para a discussão sobre as relações que a cidade - o universo urbano que habitamos - estabelece com pessoas em situação de rua. Pessoas que, embora presentes desde sempre nas referências às cidades (Grinover, Almeida, Gustin,

⁶² Taiguara Chalar da Silva (1945-1996) foi um cantor e compositor nascido em Montevidéu e radicado no Brasil. Ficou conhecido no cenário da Música Popular Brasileira junto a outros cantores e compositores, como Toquinho e Chico Buarque. Consagrou-se no final da década de 1960 por suas participações em festivais e por grandes sucessos nacionais como “Hoje”, “Universo No Teu Corpo”, “Viagem”, “Berço De Marcela”, “Teu Sonho Não Acabou” e “Que As Crianças Cantem Livres”. Sua carreira é considerada um símbolo da resistência à ditadura militar, já que ele teve 68 composições censuradas nas décadas de 1960 e 1970.

Lima & Iennaco, 2014; Feltran & Arretche, 2016; Rodrigues & Fernandes, 2020), são consideradas como margem, indesejadas, infames.

Para Michel Foucault (2003), essas vidas consideradas infames são aquelas historicamente subjugadas, cujos corpos são acometidos por diversas políticas de extermínio, não tendo o que as considere dignas de nota, de grandeza ou de reconhecimento. Sobre essas pessoas infames, no Brasil e no mundo, incidem políticas de urbanização que as rejeitam, práticas assistenciais que visam corrigir seus modos ditos desviantes de vida, medidas higienistas que pretendem as expulsar dos centros das cidades (Costa, 1999; Boarini, 2003; Lobo, 2008; Oliveira, 2010). Este artigo busca olhar para essas relações.

Sobre as escolhas metodológicas

Escolher estratégias que possibilitem pesquisar a/na cidade, apesar de se estar na cidade e ser parte desta cidade, pareceu-me, à princípio, tarefa decerto desafiadora. Ao mesmo tempo, e no decorrer de todo o processo de pesquisa que possibilitou a escrita deste texto, pude compreender que não há pesquisa sem desafios e sem o encontro com incertezas, com o inesperado. Assumi, portanto, uma postura de abertura a esse desconhecido com o qual eu poderia, a qualquer momento, deparar-me. Corpo aberto e disponível, eis meu posicionamento diante de meu campo de pesquisa e durante todo o processo de pesquisar, tentando talhar, como aponta Maria Elizabeth de Barros (2016, p.11), “um estilo de pesquisa que não busca o invariável, mas o que se singulariza”.

Andréa V. Zanella (2017) apreende o processo de pesquisar bem próximo do que é próprio ao circuito da vida, em que as descobertas se darão à medida em que disponibilizarmos nossos corpos à experimentação, a estar com o campo, as pessoas e a cidade, correndo, portanto, alguns riscos. Desses encontros, pode eclodir “a possibilidade

de se vir a ser um/a outra/o, de se produzir alguma diferença. Na pesquisa e na vida” (p.24).

Lancei-me a esse desafio, assumindo as relações que a cidade estabelece com pessoas em situação de rua, as quais se configuraram como campo-tema de pesquisa. Segundo Peter Spink (2003), o nosso campo de pesquisa não é um mero espaço físico, para onde nos dirigimos em busca de informações, de maneira objetiva e neutra. O campo tem início logo que estabelecemos vínculo com a temática que investigamos, portanto é um campo-tema: “não é mais um lugar específico, mas se refere à processualidade de temas situados” (Spink, 2003, p.18). O pesquisador defende a ideia de que, como psicólogos/os sociais, não é possível ser parte do campo-tema em um curto espaço de tempo, tampouco “numa relação de levantamento de dados conduzido num lugar exótico” (p.27). A inserção no campo-tema de pesquisa tem a ver, portanto, com um posicionamento ético e um compromisso da/o pesquisador/a em contribuir para a abertura de diferentes produções de conhecimento sobre a temática eleita, a partir de outros posicionamentos e argumentos.

Delimitada a cidade de Florianópolis e as relações que estabelece com pessoas em situação de rua como campo-tema de pesquisa, entre 2016 e 2019 caminhei pela urbe, movida pelas afecções que em mim esse campo-tema mobilizou. Durante a *flanêrie* (Benjamin, 1994), produzi fotografias, como a apresentada em epígrafe, e na medida em que as questões que me moviam foram se evidenciando, engendrei uma busca mais específica sobre documentos. Senti necessidade de olhar com mais atenção para como a cidade vem sendo planejada, se há lugar, nos modos de pensar o urbano, para as pessoas em situação de rua.

A primeira busca por pistas relacionadas ao planejamento urbano da cidade de Florianópolis ocorreu no Arquivo Histórico Municipal. O Arquivo Histórico Municipal é

um órgão da Prefeitura de Florianópolis, foi criado através da lei municipal nº 4.491 de 14 de setembro de 1994, e inaugurado no dia 19 de dezembro de 1995. Lá encontram-se arquivados documentos históricos oficiais de diversos órgãos da prefeitura, como correspondências, alvarás, requerimentos, registros gerais, folhas de pagamento, livros-registro do antigo cemitério da Ponte/Desterro (1841/1925) e algumas fotografias da cidade.

Dirigi-me ao local acreditando que lá poderia encontrar alguma documentação a respeito, mas fui orientada pelo historiador da instituição a procurar o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis⁶³ (IPUF). No arquivo, durante os dias em que ali estive, percorrendo os poucos materiais que estavam disponíveis para consulta, ficou evidente o descaso público com a memória da cidade. Muitos papéis, muitas fotografias, muitos outros documentos armazenados em armários enormes, em diversas estantes, pelos quais meus olhos percorreram, interessados, curiosos, mas que não receberam tratamento adequado, alguns nem sequer foram catalogados e, por este motivo, não pude consultá-los. Memória e história da cidade arquivadas de uma forma difícil de ser perscrutada.

Fiz contato, então, com o responsável pela guarda e organização dos arquivos da biblioteca do IPUF. Nossa conversa aconteceu por e-mail, e não foi necessário dirigir-me presencialmente ao instituto. Ele me enviou cópia dos planos diretores que a instituição possuía em seus arquivos. A princípio, quis acessar todos os planos diretores da cidade para quem sabe, problematizar a evolução do planejamento de Florianópolis ao longo dos anos. Pensar que cidade era essa no século passado, que cidade se projetava, que cidade era possível e como se deu o processo de planejar e propor outros modelos de cidade.

⁶³Autarquia municipal criada em 1977, através da lei nº 1.494. Dentre suas finalidades estão a promoção de estudos e pesquisas para o planejamento integrado do município e o planejamento local de acordo com as diretrizes microrregional, estadual, regional ou federal.

Como um plano diretor pode repercutir na organização espacial e social da cidade? Essa questão esteve presente ao longo da busca pelos planos diretores de Florianópolis. Entretanto, a dificuldade em acessar a íntegra dos planos de 1955 e 1977 me levou a eleger como foco de discussão o último plano diretor da cidade, publicado em 2014 e ainda vigente.

Ao flunar pelas 110 páginas da lei complementar que regulamenta esse plano e por seus inúmeros mapas, anexos e planilhas, busquei pistas que indicassem que tipo de atenção é voltada às pessoas em situação de rua e se existem medidas higienistas no corpo da lei. Ao fazê-lo, outra questão suscitada foi: de que modo o planejamento e urbanização da cidade se relacionam com os corpos das pessoas com as quais pesquiso ao longo de minha tese de doutorado?

As análises dos materiais, plano diretor e fotografias, fundamentaram-se sob um olhar cartográfico em relação à cidade. A cartografia, concebida a partir do encontro entre o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista institucional Félix Guattari, é considerada um método de pesquisa-intervenção que rompe com a lógica da neutralidade em pesquisa, “[...] constituindo formas de pesquisar preocupadas com a processualidade e implicadas nas transformações que a investigação pode deflagar” (Cavagnoli & Maheirie, 2020, p.65).

A implicação do/a pesquisador/a com seu campo-tema de investigação e os afetamentos produzidos a partir daí são condição imprescindível ao processo cartográfico. O que emerge desses encontros e afetamentos – aqui tidos como o que nos atravessa, produz estranhamentos e nos tira do eixo - é, também, essencial. A cartografia tem como principais objetivos, portanto, rastrear as formas e forças (macro e micropolítica) inerentes a qualquer realidade e sustentar a processualidade e a complexidade, características das relações (Romagnoli, 2016).

Vale salientar que a Esquizoanálise, aporte teórico-prático que sustenta o método cartográfico, é um campo que não se reduz apenas aos fenômenos psicológicos, mas que investe nos agenciamentos entre pessoas e forças sociais, humano e não-humano, psiquismo e estrutura social. É caro a esta abordagem compreender as conexões entre pessoas, coletivos e instituições, sem se restringir apenas às relações entre humano e humano (Hur, 2019).

A cartografia compreende realidade e subjetividade a partir de planos, que funcionam de forma distinta e sustentam relações diferenciadas, a saber: o plano de organização ou das formas e o plano de composição ou consistência. O plano de organização ou plano das formas refere-se àquilo que está instituído socialmente de forma molar, ordenado em segmentos e estratos, cujo funcionamento se dá por classificações e codificações, operando por transcendência que, por sua vez, propicia a formação de estratos que homogeneízam os fluxos da vida.

O plano de composição ou consistência é o plano constituído de forças moleculares, plano invisível de expansão da vida; seu funcionamento é heterogêneo e pouco importa como vai se organizar, já que a potência é conquistada nos encontros, que promovem sentidos outros à existência (Kastrup, 2008; Romagnoli, 2016). Os planos coexistem, deslizam uns sobre os outros, e importante se faz considerar que a cartografia, contrapondo-se a uma maneira dicotômica de se pensar, “convoca a imanência, a exterioridade das forças que atuam na realidade, buscando conexões, abrindo-se para o que afeta a subjetividade” (Romagnoli, 2016, p.42).

A leitura da cidade foi aqui empreendida a partir de um olhar para o plano diretor da urbe e o que ali se inscreve, de forma rizomática. A figura do rizoma, apropriada da botânica por Deleuze e Guattari e antagônica ao modelo arborescente, é essencial para compreendermos a proposta da cartografia. Segundo os autores, o rizoma é mapa e não

decalque:

[...] é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política [...]. (Deleuze & Guattari, 2011, p.30).

Realidade e subjetividade também podem ser pensadas a partir das lógicas das linhas que, como já afirmaram Deleuze e Guattari (2011), podem estar em qualquer coisa; “[...] há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação” (Deleuze & Guattari, 2011, p. 18).

Todo/a cartógrafo/a tem como desafio, dentre as formas, forças e intensidades em que se situa, acompanhar a realidade sem a preocupação de representar fatos e dados, mas de produzir com o campo-tema de pesquisa conhecimentos que possam instigar, criar indagações e transformar, atento/a não só ao “que faz as forças e a potência fluir, mas ao que endurece e impede que processos de subjetivação aconteçam” (Santos, 2010, p.26).

Vitor Regis e Tania Galli Fonseca (2012) reiteram que as cartografias são sempre resultados “parciais, lances de uma viagem em terras estrangeiras. É essa a potência que o cartógrafo quer alcançar, de sentir-se estrangeiro dentro da própria morada, ele que de porto em porto se vê em um tempo outro, que empurra, traveste, ora rasga e ora costura o mesmo e o faz diferir” (p.273). Cartógrafo/a e flanêur tem em comum esse estranhar a própria morada de que os autores nos falam.

Parti dessa proposta de estranhamento à cidade que ora habito para empreender olhares outros, que pudessem me ajudar a problematizar as lógicas que engendram as

relações entre as pessoas em situação de rua e a urbe. Estive atenta ao fato de que, a qualquer momento, poderia ser capturada pela lógica que classifica e enquadra, que reproduz e impede a emergência do novo, da diferença. Tentei não me deixar capturar. O olhar para os documentos, por conseguinte, buscou compreender as tensões entre a cidade planejada e a cidade praticada: mais especificamente, analisar como a cidade responde à presença, permanência e trânsito de pessoas em situação de rua e se há rastros de medidas higienistas a elas voltadas no corpo da lei.

Sobre Pessoas em Situação de Rua: breves considerações

A existência de pessoas habitando provisória ou permanentemente as ruas de cidades brasileiras não é recente: alguns/mas autores/as remontam ao período histórico que compreende o Brasil Colônia e Império para demonstrar que os/as chamados/as, à época, de vadios/as, indigentes, esmoleiros/as, mendigos/as e/ou vagabundos/as, “espelhavam desajustes à lógica do binômio senhor-escravo, portanto, marginais na estrutura social” (Rodrigues, Fernandes, Delgado & Valle, 2020, p.25).

Igor Rodrigues, Dmitri Fernandes, Letícia Delgado e Bruno do Valle (2020) também nos convidam a problematizar o termo ou referência “pessoa em situação de rua”, comumente utilizado nas cidades por diferentes instituições e em diferentes contextos. A expressão visa abarcar um público heterogêneo que engloba “um extenso rol de outras classificações, como migrantes, coletores de materiais recicláveis, albergados, profissionais do sexo, usuários de drogas, trabalhadores itinerantes, andarilhos, desabrigados e camelôs” (p.23).

O que parece é que esse termo soa um pouco mais adequado que os anteriores - mendigo, pedinte, morador de rua, porém importante se faz compreender que, como categorização, não dá conta da complexidade inerente à existência dessas pessoas que

fazem das ruas sua morada. Como apontam os/as autores/as citados, é necessário compreendermos por quais motivos elas são reduzidas e/ou localizadas a partir desse referencial de marginal urbano, “mesmo tendo diversas outras atividades e pertencimentos” (Rodrigues, Fernandes, Delgado & Valle, 2020, p.23). Neste sentido, Igor Rodrigues, Dmitri Fernandes, Letícia Delgado e Bruno do Valle (2020), defendem o uso do termo “cidadãos em situação de rua”.

A pesquisadora Jane Cruz Prates, por sua vez, cunhou o termo “processo de rualização” para referenciar a relação das pessoas com a rua. Sua argumentação evidencia que o uso reiterado de palavras, sem a devida problematização, geralmente omite o fato de que viver na rua pode ser uma situação contingente e “ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação” (Prates, Prates & Machado, 2011, p.194). Quando se parte da noção de um processo de rualização, este é concebido como processo social que pode se modificar a partir de inúmeros condicionantes e de maneira contínua, “razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas” (ibid).

Mateus Cunda (2018) defende a ideia de que o que chamamos de população em situação de rua congrega numa só categoria, diversos movimentos, tais como os de rualização, periferização, dispersão e segmentação “enunciando a questão social das cidades” (p.6). E acrescenta que, de maneira transversal, essa categoria também manifesta outras questões: a feminina, negra e indígena, “marcos da expropriação burguesa, branca e patriarcal. A categoria não representa, assim, uma essência do viver na rua: transparece, muito mais, as formas sempre reinventadas das pessoas sobreviverem nas grandes cidades e terem reconhecida suas cidadanias” (ibid, p.6).

A questão levantada não é simplesmente apresentar o que existia anteriormente em termos de rotulação e agrupamento, mais quais são os processos em curso, fatores subsistentes, incorporados, fundidos [quando se tem em conta essas pessoas desviantes, infames, da rua], ainda que as próprias categorias tenham se tornado anacrônicas [...]. A história de dado objeto ou ideia, inclusive a classificação da marginalidade urbana, é produto de um fio diacrônico, dadas as interferências sociais anteriores que conformam sua apreensão; e um fio sincrônico, das relações e influências simultâneas que o objeto está submetido, a relação contextual. (Rodrigues, Fernandes, Delgado & Valle, 2020, p.24).

Para Bader Sawaia, Aline Pereira e Lívia Maria dos Santos (2018, p.101), “a situação de rua perturba o mundo sensível: traz ao ‘centro’ da vida na cidade as agudas desigualdades que marcam a estrutura social brasileira”. Essas pessoas ganham mais “visibilidade política” (ibid) com a primeira pesquisa censitária realizada na cidade de São Paulo, no final dos anos 1980 e início de 1990. Posteriormente, outras pesquisas, em diferentes cidades de vários estados, tais como São Paulo e Belo Horizonte, foram desenvolvidas, mas seus resultados visibilizaram apenas as realidades locais.

Em 2009 foram publicados os dados do I Censo e Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, intitulado “Rua: aprendendo a contar”, realizado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre os anos de 2007 e 2008 em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais brasileiras, com o intuito de visibilizar as pessoas que, até então, não apareciam nos censos demográficos brasileiros pelo fato de as coletas serem de base domiciliar. Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e Recife não participaram dessa pesquisa nacional, pois já estavam realizando suas contagens locais. O estudo identificou 31.922 pessoas maiores de 18 anos vivendo nas ruas das cidades estudadas.

Como principais resultados, apontou que 82% das pessoas em situação de rua eram homens, 53% dos/as entrevistados/as tinham idade entre 25 e 44 anos, 76,1% nunca saíram do município de origem, 70,9% exerciam algum tipo de atividade remunerada, 24,8% não possuíam documento de identificação, 88,5% não recebiam benefício governamental, 48,4% não concluíram o ensino fundamental, 15,1% nunca estudaram. Em relação à raça/cor 39,1% dos/as entrevistados/as declararam-se pardos/as, 29,5% brancos/as e 27,9% pretos/as. Mesmo com dados considerados questionáveis, “tendo em vista a própria limitação geográfica aduzida, o estudo foi considerado um grande avanço para a época e subsidiou a elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua” (Sarmiento, 2020, p.16).

O decreto nº 7.053/2009, que instituiu a referida Política Nacional e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, representou um dos esforços do Governo Federal para atender e acompanhar quem vivia nas ruas. Mariglei Argiles (2012), entretanto, destaca que a condição de pessoas em situação de rua passou a ser entendida como uma questão pública significativa de modo tardio. Vale ressaltar que a implementação da referida política é fruto de inúmeros esforços empreendidos por movimentos sociais, dentre eles o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Um dos marcos e efeitos dessa movimentação foi a realização do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua no ano de 2005.

Isabela Sarmiento (2020) destaca que, em se tratando de pessoas em situação de rua, é clara a omissão estatal - a começar pelo cumprimento do que estabelece a Política Nacional. No inciso III do artigo 7º do decreto 7.053, a contagem oficial desse grupo populacional é definida como um dos objetivos da política. “Apesar do preconizado no tardio decreto, apenas 22,6% dos municípios possuem estimativa da população de rua e o IBGE jamais se pronunciou oficialmente sobre o tema” (Sarmiento, 2020, p.30).

A última tentativa de se estimar o número de pessoas em situação de rua no Brasil foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2016, que contabilizou 48.351 pessoas em situação de rua, número considerado subestimado por alguns/mas estudiosos/as, principalmente por conta das dificuldades de se elaborar uma metodologia adequada para tal estimativa. Em virtude disso, o IPEA contabilizou, no mesmo ano e baseado em uma estimativa de proporcionalidade, outro dado geral, a saber: 122.890 pessoas (Natalino, 2016).

Mesmo com a inserção da temática pessoas em situação de rua na legislação brasileira, a exemplo da implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 - a qual prevê o atendimento dessas pessoas pela Proteção Social Especial - e da alteração da lei nº 11.258 sancionada em dezembro de 2005⁶⁴ - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - com o acréscimo do artigo 23, que defende esse público como prioritário e reconhece “as especificidades de quem vive nas ruas” (Bove & Figueiredo, 2014, p.432), ainda há um abismo entre o que diz a lei e o que se implementa na prática. Neste sentido, Gabriel Feltran & Marta Arretche (2016) defendem que “os diferentes diagramas políticos e políticas públicas voltados para atender os que vivem na rua são compreendidos como respostas orientadas a gerenciar o que se vê, com o olho do Estado, como um problema e assim visar a minimizá-lo, contê-lo, regulá-lo ou escondê-lo” (p.7).

Talvez, um dos grandes desafios da efetivação de políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua tenha a ver com o universo que inaugura esta escrita. Pensar no movimento dessas pessoas nas cidades é pensar e falar de nós, da nossa relação com a urbe, de nossas capturas e microfascismos (Fonseca, Thomazoni, Costa, Souza &

⁶⁴ Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm.

Lockmann, 2008), da nossa dificuldade em sair do centro, ou deixar que nele habite o que nos causa estranheza, mas que é parte de nós e do que ajudamos a produzir.

Sobre Cidades e Planos Diretores: algumas considerações

Levando em consideração o fato de que o ser humano existe no planeta Terra há aproximadamente 130 mil anos, habitar espaços urbanos é um fenômeno recente. Cidades, das mais antigas da humanidade, tais como Jericó e Çatal Hüyük - em Israel e Turquia, respectivamente - existem há pouco mais de 10 mil anos (Novaes et. al, 2005). Atualmente, 55% da população mundial reside em áreas urbanas, podendo esse índice aumentar para 70% até o ano de 2050 (ONU, 2019).

Para Paulo Raposo (2019), esta realidade nos coloca diante de uma série de desafios e desvela riscos não somente às próximas gerações, mas também àquelas que hoje têm enfrentado os efeitos da “densificação intensa da vida nas cidades” (p.7). O pesquisador evidencia a urgência de elaborarmos soluções para as necessidades que acompanham o crescimento da população urbana, tais como emprego, infraestruturas, habitação, transportes e energia, além de serviços básicos, a saber: saúde e educação e acrescenta: “imaginar cidades sustentáveis, inclusivas e plurais emerge hoje como uma das missões mais improváveis ou difíceis” (Raposo, 2019, p.7).

Mas o que define uma cidade? O que a constitui? O que é o urbano? O que é possível ou não exercer, exercitar e/ou ser nesse espaço, nesse universo? Essas são questões complexas para as quais não temos respostas. Mas nos propomos, dialogando com alguns/mas autores/as que estudam, pesquisam e discutem a temática, problematizar o modo como a cidade se relaciona com pessoas em situação de rua, como as enxerga, se as integra ou não em seus planos e/ou projetos urbanísticos.

Richard Sennett (2003) compreende a cidade como lócus de poder, “cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio [ser humano]” e onde, entretanto, essas imagens “se estilhaçaram, no contexto de agrupamentos de pessoas diferentes – fator de intensificação da complexidade social – e que se apresentam umas às outras como estranhas” (2003, p.24).

Maria Elaine Kohlsdorf (2013) defende a ideia de que a cidade, tal qual a conhecemos hoje, tem nos afetado porque dela somos contemporâneos e, direta ou indiretamente, representam o “nicho de nossa história pessoal (p.7). Para a pesquisadora, essa forma de as cidades nos mobilizarem implica em não “dependermos de outros estímulos para que elas nos ocupem o pensamento, forneçam assunto e exijam envolvimento – seja como cidadão, cidadão, profissional ou simultaneamente todos estes” (p.7).

Maria Luísa Nogueira, Cássio Hissa e Jardel Silva (2015) apreendem a cidade como “um conjunto de relações de produção de recursos materiais, políticos, simbólicos, que tem em seu seio a esfera da política e do poder e, logo, da alteridade, do encontro com o outro, com o diferente e com a produção de si, gestada nesse encontro (p.374). Para Jaison Hinkel e Kátia Maheirie (2018), por sua vez, a cidade é um território em que as pessoas se constituem como tal, “um lugar onde o sujeito vive e é vivido, já que ao mesmo tempo em que age sobre a cidade, também é afetado por ela. Isto faz da cidade um coro polifônico da ordem do encontro” (p. 4).

A cidade é viva, dinâmica, nela coexistem inúmeras existências, cada uma com suas aspirações, ideais, certezas e incertezas e, vale lembrar, nenhuma cidade é igual a outra. Para Michel Agier (2011) a cidade é processo e já não pode mais ser considerada como coisa e objeto, apreensíveis e visíveis como totalidade. “Ela transforma-se num

todo decomposto, um holograma perceptível, ‘apreensível’ e vivido em situação” (Agier, 2011, p.38).

Uma cidade não cabe nos mapas que a pretendem representar e delimitar suas fronteiras. Obviamente, e como bem destacam Nogueira, Hissa e Silva (2015), não há como prescindir dos mapas, uma vez que são úteis à orientação dos/as habitantes pelas cidades e “facilitadores de arranjos sociais e de trocas de informações” (p.359). Tais autores destacam que não podemos nos esquecer de que “um mapa da cidade é um discurso urbano” (p.369). Faz-se urgente, por conseguinte, pensarmos para além dos mapas. Refletirmos sobre a lógica social que os engendra (Nogueira, 2009).

Flávio Villaça (2015) evidencia o fato de que o espaço urbano é um território de disputas. Nas palavras do autor, “[...] quanto mais desigual uma sociedade, mais desiguais e injustas são as condições e os resultados dessa disputa [...] a segregação é um processo necessário para que haja dominação através do espaço” (Villaça, 2015, p. 17).

Desde 1980, processos como o da globalização da economia, e políticas como as neoliberais, têm definido novas funções para as cidades, que passam a relacionar-se entre si de forma competitiva, sendo geridas a partir da perspectiva empresarial. A tentativa de atrair futuros investimentos e se inserir em mercados globais, que caracteriza a chamada “cidade empresa” (Sugai, 2015), produzem, dentre outros impactos, “a desterritorialização e a despolitização da cidade, ao desconsiderar os contextos sociais, a identidade política e as singularidades locais, e ao consagrar a ideia de uma cidade-modelo supostamente unificada e de aparência universal” (p.25). Que lugar há, nesse modelo de cidade, para as pessoas em situação de rua?

Ainda que esse projeto empresarial não se configure como realidade para todas as cidades, há políticas que visam regular sua dinâmica e o uso de seu território, as quais se objetivam, no caso brasileiro, em seus planos diretores. Um Plano Diretor faz parte da

política de desenvolvimento municipal e há uma exigência constitucional (conforme artigo 182 da Constituição da República Federativa do Brasil) para a elaboração desse instrumento em municípios com mais de 20.000 habitantes. Prefeito, população e câmara municipal devem participar da elaboração do plano diretor de sua cidade. Após inúmeras discussões e análise de propostas da comunidade e do poder executivo, o projeto de plano é encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores para ser transformado em lei.

Como mecanismo legal, o objetivo de um Plano Diretor é orientar a forma com que o solo urbano é ocupado, levando em conta os interesses coletivos da população, sendo considerado relevante para o desenvolvimento dos centros urbanos. “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (Brasil, 2016, p.112). Vejamos como a ocupação do solo urbano vem sendo considerada nos planos diretores de Florianópolis/SC e que lugar é destinado às pessoas em situação de rua na cidade.

Florianópolis e o Plano Diretor

Florianópolis já teve quatro Planos Diretores, sendo que o primeiro data de 1955. Os demais foram implementados em 1977, 1997 e 2014 (lei complementar n.482, de 17 de janeiro de 2014). Cada plano tem suas particularidades e orientações que refletem o contexto específico da época, inclusive a concepção de cidade. Para Leandro José Cravo, Adriana Rosseto e Adriana Storch (2016), se por um lado os planos urbanos são negociados por diversas esferas da sociedade e levam em conta as especificidades locais, por outro podem gerar “centralidades”, formatando as cidades de uma maneira que nem sempre garante acesso a diferentes espaços públicos, mas que segrega determinados grupos sociais.

O último plano diretor⁶⁵ aprovado e em vigência na cidade de Florianópolis, o de 2014, está alinhado, segundo o corpo da lei complementar que o instituiu, “às políticas, diretrizes e instrumentos de desenvolvimento territorial e urbanístico instituídos pela Lei Federal n. 10.257, de 2001 - Estatuto da Cidade, pela Constituição do Estado de Santa Catarina e pela Lei Orgânica do Município de Florianópolis” (2014, p.1).

Cabe destacar que, em novembro de 2013, antes de sua aprovação, esse instrumento de planejamento urbano teve sua primeira votação suspensa a pedido do Ministério Público Federal, que considerou ter havido falta de participação pública em sua elaboração. A ação civil pública protocolada na Justiça Federal foi assinada pelos procuradores Analúcia Hartmann e Eduardo Barragan. Posteriormente, a decisão foi anulada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região.

No dia da aprovação final do plano diretor, houve manifestações contra a tramitação da matéria, inclusive de um dos vereadores da câmara. Uma das alegações foi a falta de transparência e participação popular no processo de elaboração do projeto. Outro ponto polêmico da lei foi a transformação de áreas de preservação ambiental, como a Ponta do Ataliba e a Ponta do Coral, em área mista comercial e área turística e de lazer, o que permite a construção de edificações. Esses lugares, assim como outros da Ilha de Santa Catarina (como também é conhecida a parte insular da capital do estado), são marcados por várias disputas e tensões.

Florianópolis não é só a famosa Ilha da Magia, conhecida nacional e internacionalmente. A cidade possui, além de sua parte insular cuja praia de Jurerê Internacional é reiteradamente veiculada na mídia como o paraíso das festas frequentadas por personalidades famosas, outra parte continental, formada pelos bairros Abraão, Bom

⁶⁵ O Plano Diretor de Florianópolis, na íntegra, está disponível no seguinte endereço: <http://planodiretorflorianopolis.webflow.io>.

Abrigo, Itaguaçu, Coqueiros, Capoeiras, Monte Cristo, Coloninha, Estreito, Canto, Balneário e Jardim Atlântico.

A área insular da ilha, majoritariamente, é palco de tensões entre grandes empresas do ramo imobiliário, que desconsideram leis ambientais e de preservação de áreas como mangues, dunas e lagoas e empreendem disputas para construir grandes empreendimentos residenciais, comerciais e turísticos. A polêmica envolvendo a construção do Shopping Iguatemi e do Floripa Shopping, localizados em área de proteção ambiental, é exemplo disso (O Judiciário, 2006).

Além do texto que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano Diretor de Florianópolis de 2014 institui o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão. Também integram a lei complementar diversas tabelas, anexos, mapas, decretos de regulamentação e leis de alteração. O último plano possui mapas específicos das regiões da Barra da Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, Ingleses, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratonés, Ribeirão da Ilha, Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa, Sede Continental, Sede Insular, do sistema viário do município, das áreas de limitação ambiental, das zonas especiais de interesse social (ZEIS) e das áreas de preservação cultural. Cada um dos mapas é ilustrado com uma foto de satélite de sua região, e possui delimitações e legendas conforme a sua classificação de zoneamento (primário e secundário), como consta na figura 2.



Figura 2: Microzoneamento Sede Continental
 Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Instituto de Planejamento Urbano

O plano diretor de Florianópolis, portanto, é um planejamento de alta complexidade, composto de inúmeras camadas que se entrecruzam. Trata-se de um plano molar que objetiva organizar e planejar o desenvolvimento da cidade, a qual, por sua vez, como qualquer cidade, comporta outras dimensões, moleculares e inventivas.

Entre a cidade planejada e a cidade praticada

Segundo informações disponibilizadas pelo IBGE, a população estimada de Florianópolis, em 2020, era de 508.826 pessoas. No último Censo, realizado em 2010, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) da cidade foi de 0,847, o que é considerado muito alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU). Florianópolis está em terceiro lugar na lista das cidades com os maiores IDHM do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é calculado através da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU/PNDU),

Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Seu objetivo é produzir um indicador da qualidade de vida da população.

Em junho de 2020, a cidade foi elevada à categoria de metrópole pelo IBGE, em virtude da quantidade de instituições públicas, empresas, da atratividade para bens e serviços e do elevado desenvolvimento urbano que a faz organizar em torno de si “uma centralidade responsável por estabelecer uma rede composta por cidades a ela dependentes, compondo uma densa rede urbana, onde se concentram as principais atividades, empregos e capitais de uma determinada região” (Economia SC, 2020).

No ano de 2001, a Revista Veja publicou a reportagem intitulada “FLORIPA, A CAMPEÃ: pintada de verde no mapa e recordista em estatísticas positivas, a capital catarinense é a meca da classe média” (Villela & Baptista, 2001). Dentre outros destaques, a matéria ressaltou as baixas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo e violência, a extensa frota de micro-ônibus com ar condicionado e televisão a bordo, além das belezas naturais e áreas de preservação permanente.

O que foi visibilizado na reportagem e até os dias de hoje aparece em diversos veículos midiáticos não condiz exatamente com a realidade da cidade, que apresenta, dentre outros problemas, sérias questões relacionadas ao saneamento básico, abastecimento de água e mobilidade urbana. Além disso, a cidade possui 64 favelas (Pavez, Freitas & Dias, 2019). Desigualdades sociais, áreas extremamente precárias e empobrecidas também existem por aqui.

Fundada em 1673 por bandeirantes vicentinos, a cidade já teve diversos nomes⁶⁶. O anterior ao atual, Nossa Senhora do Desterro, foi substituído para dar lugar a uma

⁶⁶Florianópolis já foi chamada Porto dos Patos, Meimbipe, Nossa Senhora do Desterro e apenas Desterro. Hoje é conhecida, também, por Floripa, Ilha de Santa Catarina e Ilha da Magia. Este último nome também possui relação com o folclore ilhéu. Segundo algumas lendas da ilha, reunidas no livro do pesquisador, folclorista e gravurista Franklin Cascaes intitulado “O fantástico na Ilha de Santa Catarina”, antes da chegada dos primeiros habitantes, a cidade era habitada por diversos seres mágicos.

homenagem ao então Marechal Floriano Peixoto, também conhecido como “marechal de ferro” pela forma como subjugou os contestadores do regime militar instaurado durante a recém implantada república no Brasil. “A denominação [...] não se limitou à simples homenagem ao Marechal [...] nem tampouco unicamente a imputar à cidade o nome deste, mas integrou um programa maior de legitimação do novo regime” (Bernardes, 2010, p.1).

A cidade carrega em seu próprio nome, portanto, algumas das tensões de outros tempos que lhes são constitutivas. Dentre essas, as que envolvem pessoas em situação de rua são recorrentes e marcadas por violências de variadas ordens. Situações estas por diversas vezes questionadas pelo Movimento Nacional da População de Rua de Santa Catarina (MNPR/SC), como na manifestação que realizaram no centro da cidade em maio de 2019. Durante o evento, os/as participantes do movimento visibilizaram algumas ações da prefeitura, como a instalação de tapumes em torno de alguns edifícios da urbe, usados pela maioria deles para se abrigarem da chuva, do frio e para dormirem (Portal Desacato, 2019). À época, o MNPR/SC também reivindicou locais para abrigo noturno, tendo em vista a forte onda de frio que se aproximava da cidade. Um dos representantes do movimento, argumentou que as vagas em albergues eram insuficientes face ao número de pessoas nas ruas, cerca de 850 naquele período.

Em entrevista ao Portal Desacato o vereador Lino Peres, que esteve na manifestação, e junto ao MNPR/SC e representantes da prefeitura tentou negociar locais para abrigar as pessoas em situação de rua em caráter de urgência, ressaltou que há uma série de prédios públicos vazios e inutilizados que poderiam ser aproveitados para tal fim, com planejamento adequado por diversos órgãos públicos e entidades que atuam com a causa. O vereador, inclusive, destacou a heterogeneidade da população em questão e afirmou com veemência a necessidade de elaboração de políticas públicas integradas e adequadas a essas pessoas.

Outras medidas, como o recolhimento dos pertences das pessoas em situação de rua de forma arbitrária pela polícia e agressões físicas e verbais, são recorrentes. Basta realizar uma busca rápida em portais de pesquisa da internet que inúmeras reportagens sobre o assunto vão aparecer. Uma das últimas ações da administração municipal de Florianópolis, duramente criticada em alguns veículos midiáticos, virou reportagem do Portal Rede Rua, sob o título: “Higienismo e Barbárie em Florianópolis”. No mês de outubro de 2020, as 250 pessoas em situação de rua que estavam abrigadas na Passarela Nego Quirido por conta da pandemia do novo coronavírus, tiveram seus pertences destruídos e os restos do pouco que tinham foram transferidos para um caminhão de lixo.

A ação foi engendrada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgãos ligados à prefeitura, como a Autarquia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), entidades privadas como Conselho Comunitário de Segurança do Centro de Florianópolis (CONSEG), Associação Braços Abertos (ABA), a Rede Solidária da Prefeitura de Florianópolis (SOMAR) e a guarda municipal da cidade, que exibia “armas de grosso calibre e tubos de spray de pimenta que mais se assemelhavam a extintores de incêndio” (Rede Rua, 2020). O pretexto era o de “organização e ordem”. Pessoas em situação de rua que haviam saído para trabalhar, ao retornarem, “foram surpreendidas com a subtração de todos os seus pertences” (Rede Rua, 2020).

O artigo 25, da resolução nº 40 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos⁶⁷, que dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, conforme a Política Nacional para essa população, explicita que: “o recolhimento de qualquer documento e objetos pessoais das pessoas em situação de rua, por agentes públicos e privados, configura violação aos direitos dessa população, infringindo os direitos fundamentais da igualdade e propriedade”. Pelo que retrata a Rede

⁶⁷ Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284>.

Rua, esses direitos não foram respeitados pelos órgãos públicos na ação de outubro de 2020.

Algumas das tensões que conotam as relações da cidade com pessoas em situação de rua podem ser visibilizadas nas imagens que produzi em minhas andanças pelo centro histórico de Florianópolis, apresentadas na figura 3.



Figura 3: Composição de fotos Miramar- Ele Não
Fonte: Arquivo da pesquisadora

“Ele Não”, grafitado na parede lateral do ponto de apoio da equipe de abordagem social da prefeitura. Equipe esta que lida, diariamente, com pessoas em situação de rua. A frase que tem muito a nos dizer, remonta a um período político de nossa história recente, marcado pelo golpe que destituiu do Governo Federal a presidenta Dilma Roussef.

O “Ele Não” feito coro foi cantado inúmeras vezes em manifestações que ocorreram em Florianópolis e diversas cidades do Brasil. Protestos e manifestações

encarnadas no corpo da cidade, em suas paredes e em suas vias. Teria essa negativa algo a entrever? Hoje, um dos efeitos do golpe se atualiza na retirada progressiva de direitos de populações vulnerabilizadas, entre elas as pessoas em situação de rua.

Aquela pessoa que fotografei compõe, com a cidade visível, outra moldura possível e (in)visível. Ela está, também, entre as pilastras do famoso Miramar, antigo bar da cidade que adentrava o mar por meio de seu frequentado trapiche, mas que fora, junto de parte das águas da famosa avenida Beira Mar Norte, soterrado pelo aterro que alargou o espaço edificado da cidade (Nonnenmacher, 2004).

O corpo ali estendido e o órgão público de portas fechadas para uma situação que é testemunhada pelos rastros de uma antiga construção, um monumento/cicatriz. Um corpo-outro, ou o “outro da urbe, aquele que não se encaixa nos modelos do progresso, da urbanidade, da civilidade e dos processos de transformação sociais e históricos que a vida contemporânea reclama – a partir de narrativas e práticas de poder bem localizadas” (Raposo, 2019, p.19).

Esse corpo estendido não poderia ali se deitar, como estabelece o artigo 27 do primeiro capítulo do Código de Posturas do município⁶⁸, instituído através da lei nº 1224 de 1974 e implementado via decreto nº 296 de 1995. Apesar de ter tido alguns artigos revogados, como o artigo 109 (retirado do código em 2012) que afirmava “não será tolerada a mendicância, devendo os mendigos serem recolhidos aos asilos locais”, o código ainda integra o atual plano diretor da cidade. No trecho que trata das vias e logradouros públicos destacamos a seguinte passagem: “a ninguém é lícito, sob qualquer

⁶⁸ O Código de Posturas de Florianópolis integra o plano diretor da cidade dispondo sobre “medidas de polícia administrativa a cargo do município, em matéria de higiene e ordem pública; tratamento da propriedade, dos logradouros e dos bens públicos; horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais e matéria conexa, estatuinto as necessárias relações entre o poder público e os particulares”. Está disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-florianopolis-sc>.

pretexto [...] deitar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública” (1995, s/p).

A lei aqui discutida, que planeja e organiza a cidade de Florianópolis, destaca no artigo 9º de seu primeiro capítulo, o qual discorre sobre a política de desenvolvimento municipal, seus princípios e diretrizes, que o objetivo do Plano Diretor é o:

[...] pleno desenvolvimento das funções sociais, econômicas e ambientais da cidade, garantindo o uso e a ocupação justa e equilibrada do seu território, de forma a assegurar a todos os seus habitantes condições de bem estar, qualidade de vida, inclusão e segurança, na conformidade com o disposto nos artigos 100 e 101 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis (2014, p.10)

Diante do exposto na legislação, questiono-me se essa pessoa que aparece na imagem tem asseguradas condições de vida digna. Por que estaria dormindo ali, durante o dia e naquelas condições? Teria tido acesso a uma vaga em algum abrigo noturno da cidade? Teria passado a noite em claro para proteger-se da violência a que pode estar diariamente exposta nas ruas? As respostas a essas perguntas fogem ao escopo deste trabalho. Há várias pesquisas que discutem condições de vida de pessoas em situação de rua e os desafios que enfrentam cotidianamente (Sarmiento, 2015; Serafino & Luz, 2015; Oliveira, 2015; Nascimento, 2018), as quais contribuem para a compreensão da complexidade em foco.

Mas o que a imagem denuncia, ainda que seja de conhecimento público, é o que vemos cotidianamente e ao mesmo tempo somos alçados a negar, na medida em que aceitamos o discurso de que situações como essa são problemas de outros – das próprias pessoas em situação de rua ou de gestores públicos - e não de um modo de organização da vida em sociedade produtor de desigualdades sociais. E o que um plano diretor de uma cidade tem a ver com isso?

Planos diretores configuram-se como um modo outro para visibilizar as tensas relações entre cidade e seus habitantes, o que fica claro quando prestamos atenção às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas para tentar amenizar a questão da exclusão socioespacial (Bromfield & Santoro, 2015). Essas zonas têm como objetivo regularizar áreas que foram ocupadas de forma irregular ou que congregam construções precárias, o que é feito via empreendimentos de habitação popular (o projeto “Minha Casa, Minha Vida”, lançado em 2009 no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é um exemplo).

Heather Bromfield e Paula Santoro (2015) esclarecem que as ZEIS foram concebidas nos anos 1980 a partir do reconhecimento dos direitos à moradia e à cidade dos ocupantes de áreas precárias e informais, derivam, portanto, das lutas que ocorreram pela reforma urbana que resultaram na aprovação, em 1988, da Constituição Federal e em 2001 do Estatuto da Cidade. Percebeu-se que havia certas formas de ocupação que eram fruto de processos de exclusão social e socioterritorial e que as regras urbanísticas, as leis, ajudavam a formar um território onde as pessoas mais ricas conseguiam acessar os melhores pedaços da cidade, enquanto os mais pobres acabavam relegados aos lugares menos interessantes, bem distantes de seus locais de trabalho, com dificuldade de transporte, sem equipamentos urbanos e com pouco ou nenhum acesso à cidade.

Para fazer frente a essa lógica de ocupação desordenada, as ZEIS foram concebidas a fim de produzirem inclusão territorial. O objetivo era intervir nas normas urbanísticas para que se produzisse o efeito contrário, reservando terra para a implantação de moradia para a população que não conseguiria acessá-la nesses locais já urbanizados, onde havia oferta de emprego. As pesquisadoras afirmam que a implementação das ZEIS tem a ver com o reconhecimento do direito à moradia e da garantia de que o lugar dos

mais pobres seja na cidade, e não fora dela. Só que, na prática, o processo se dá de outra forma.

No Brasil, existem dois tipos de ZEIS: as de regularização, estabelecidas em áreas que já estão ocupadas na forma de assentamentos informais ou com alguma irregularidade e as de vazios, cuja demarcação se dá em áreas consideradas vazias, inutilizadas, subutilizadas ou não construídas. Podem estar edificadas, mas sem uso. Os objetivos da implantação dessas ZEIS, respectivamente, é reconhecer áreas já ocupadas por processos informais e integrá-las definitivamente à cidade e ampliar a oferta de terra urbanizada para novas habitações de interesse social (Bromfield & Santoro, 2015).

Ao olhar os mapas do plano diretor de Florianópolis, constata-se que há ZEIS delimitadas, como mostra a figura 4, distribuídas tanto na região insular como continental da cidade. Todas elas estão em bairros mais afastados, em morros, em lugares considerados sem prestígio na cidade, de certo modo pouco visíveis para turistas que visitam a Ilha da Magia. Pode-se inferir, a partir disso, que o planejamento urbano da cidade facilita certa invisibilização dessas áreas. Na prática, e com o aumento das desigualdades sociais da cidade, essas áreas estão transbordando a delimitação que os mapas da cidade a elas impõem.

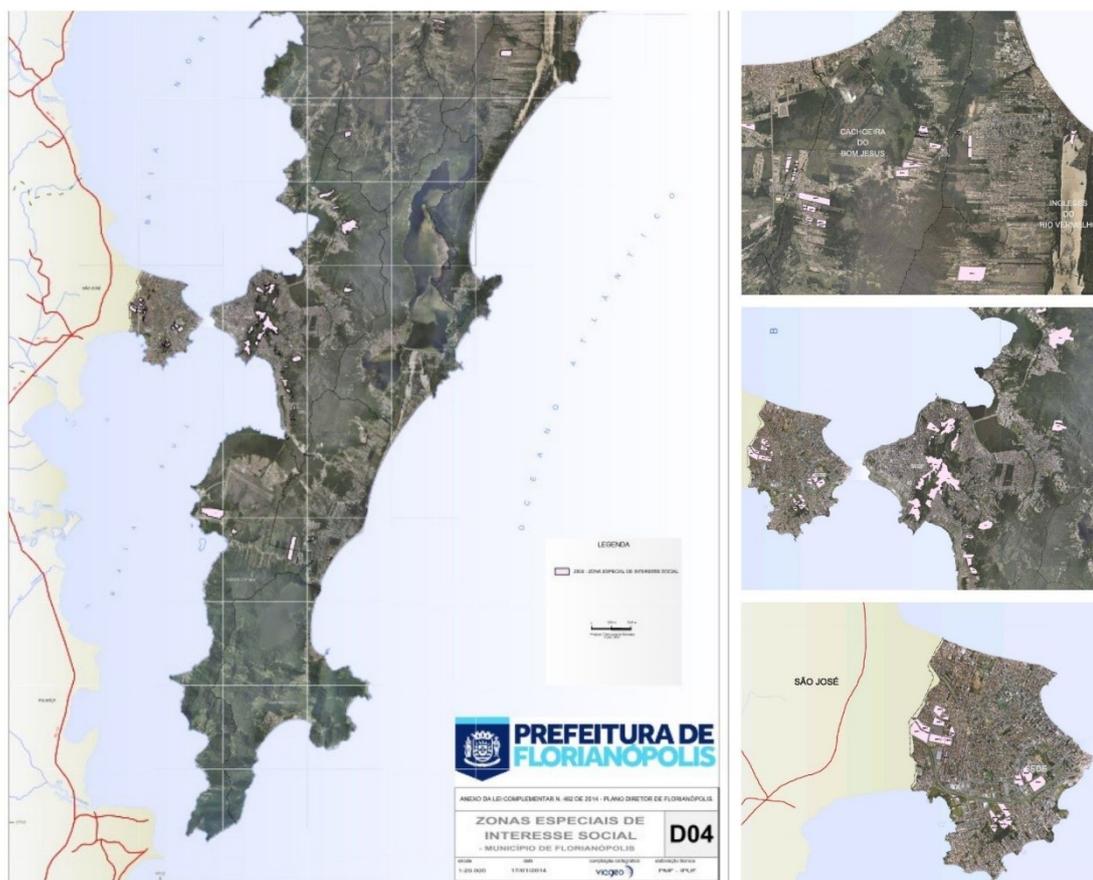


Figura 4: Delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)
 Fonte: IPUF – Prefeitura de Florianópolis

Pessoas em situação de rua que fazem das vias do centro histórico da cidade sua moradia, não se subjugam às zonas que em tese as pessoas como elas são designadas. A presença no centro da cidade visibiliza essas tensões, pois traz para uma região distante das ZEIS a realidade de precarização que o ordenamento público planeja deixar longe da vista; expõem aos olhos da população das cidades o entre que habitam, as fendas, como nos mostra a figura 5.

Essa imagem foi produzida também no centro da cidade. Desta vez, na região que engloba a rodoviária e o Terminal de Integração de ônibus municipais e intermunicipais do centro (TICEN). Um dos locais mais movimentados de Florianópolis. Duas pessoas dormem no vão central da passarela que liga a rodoviária ao outro lado da rua, lado este

que permite a pedestres acessarem o famoso Mercado Público e as vias centrais de maior movimento.



Figura 5: Pessoas em situação de rua no centro da passarela
Fonte: Registro da pesquisadora

Essas pessoas no centro da passarela evidenciam que, por mais que sejam negadas em seus direitos, por mais que a cidade insista em colocá-las à distância dos locais de circulação e do comércio, elas estão ali. Elas se recusam a ir para as margens e lá permanecer, ainda que cientes de que sobre seus corpos incidirão medidas higienistas e olhares de repulsa e reprovação.

Estão nos “entre”, deslizando das planilhas da cidade, tensionando seus formatos duros, convocando-nos a lembrar que, entre a cidade planejada e a cidade praticada, há vidas que se mantêm na linha do horizonte.

Considerações Finais

“Você não é o centro universo”, frase que transversalizou as reflexões aqui tecidas, nos permitiu problematizar, a partir do planejamento urbano empreendido pelo Plano Diretor de Florianópolis, as cidades pensadas, as cidades praticadas e as cidades vivíveis para as pessoas em situação de rua.

Certamente, não podemos desconsiderar o fato de que a criação das leis passa por um complexo sistema de normas hierarquizadas e que, ao menos em tese, o ordenamento jurídico busca harmonizar a relação coerente destas normas, com sua reconstrução contínua através da interpretação dos Tribunais Superiores. Os comandos normativos legais são amplos e deveriam servir para se ajustarem às mudanças da sociedade. A pergunta que fica é: como na prática isso se atualiza? De que modo as vidas que não se deixam capturar pelo plano de organização da cidade podem vir a ser reconhecidas em seu direito de existir? Se cabe a um plano diretor assegurar a todos/as habitantes da cidade condições de bem-estar, qualidade de vida, inclusão e segurança, que lugar há para pessoas em situação de rua na tessitura urbana? Que lugar há para um “entre” no universo da cidade?

Referências

- Agier, M. (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Argiles, M.S. (2012). *População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Pelotas.
- Barros, M. E. B. (2016). Prefácio: imagens fotográficas rachando discursos. In: J. Tittoni, A.V. Zanella. *Psicologia e Fotografia: alguns ensaios*. 11-15. Rio de Janeiro: Editora Multifoco.
- Benjamin, W. (1994). O Flâneur. In: W. Benjamin. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense.

- Bernardes, M. P. (2010). Apontamentos sobre a cidade do marechal: a denominação da capital catarinense no alvorecer republicano, *Revista Santa Catarina em História*, 4(1). Recuperado de: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/122>.
- Brasil. (2001). Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional.
- Brasil. (2009). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília.
- Brasil. (2016). Constituição Federal. Texto Compilado até a emenda constitucional nº 92 de 12 jul 2016. Recuperado de: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/CON1988.asp.
- Boarini, M.L. (2003). Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EdUEM.
- Bove, C., Figueiredo, G. (2014), A política nacional para a população em situação de rua: processo e participação. In: A. P. Grinover et al (Orgs.). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. 421-438. Belo Horizonte: D'Plácido.
- Bromfield, H., Santoro, P. (2015). Conselhos gestores de ZEIS como um instrumento de resistência aos planos de reestruturação urbana em São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico: RBDU*, 1(1), 145-162.
- Cavagnoli, M., Maheirie, K. (2020). A cartografia como estratégia metodológica à produção de dispositivos de intervenção na Psicologia Social. *Fractal: Revista de Psicologia*, 32(1), 64-71. Recuperado de: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5680>.
- Costa, J. F. (1999). *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Cravo, L.J.; Rosseto, A.; Storch, A. (2016). Florianópolis: os planos diretores aprovados entre 1955 e 2014. Disponível em: <http://www.ocs.cobrac.ufsc.br/index.php/cobrac/cobrac2016/paper/viewFile/312/43>. Acesso em 10 de outubro de 2019. Anais do COBRAC 2016-Florianópolis-SC-Brasil-UFSC.
- Cunda, M.F. (2018). *Me chamam rua, uma população, uma situação: estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Decreto nº 296 de 24 de junho de 1995. Regulamenta a aplicação das leis nº 1224/74, 1856/82, 3007/88, 2828 e altera decretos 224/94 e 1009/94. Florianópolis, SC: Prefeitura Municipal. Recuperado de: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/1995/22/226/decreto-n-226-1995-regulamenta-aplicacao-das-leis-n-1224-74-1856-82-3007-88-2828-e-altera-decretos-224-94-e-1009-94>.

- Decreto nº 7.053*, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2011). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (2ª ed., vol. 1). São Paulo: Ed. 34.
- Economia SC. (2020). Campinas/SP, Florianópolis/SC e Vitória/ES entram para a categoria de metrópoles. Disponível em: <https://www.economiasc.com/2020/06/25/campinas-sp-florianopolis-sc-e-vitoria-es-entram-para-a-a-categoria-de-metropoles/>.
- Feltran, G.; Arretche, M. (2016). *Apresentação*. In: T. Rui, M. Martinez, G. Feltran (2016). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos, EdUFSCAR.
- Fonseca, T. M. G., Thomazoni, A. R., Costa, L. A., Souza, V. L. I., Lockmann, V. S. (2008). Microfascismos Em Nós: Práticas De Exceção no Contemporâneo. *Psic. Clin., Rio De Janeiro*, 20(2), 31-45. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Foucault, M. (2003). *A vida dos homens infames. Ditos & Escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Grinover, A. et al (Orgs.). (2014). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. Belo Horizonte, MG: D'Plácido.
- Hinkel, J., & Maheirie, K. (2018). RAP: reinvenção do sujeito e da cidade. *Psicologia Em Estudo*, 23. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23i0.38317>.
- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hur, D.U. (2019). *Psicologia, Política e Esquizoanálise*. Editora Alínea.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2020). Florianópolis. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>.
- Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: L.R. Castro; V.L. Besset (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*, Rio de Janeiro, Trarepa/FAPERJ.
- Kohlsdorf, M.E. (2013). Prefácio. In: G. P. A. Silva & L. A. Oliveira (Orgs.) *Arquitetura da cidade contemporânea: sobre raízes, ritmos e caminhos*. 7-12. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Lei complementar n.482, de 17 de janeiro de 2014. Florianópolis, SC. Recuperado de: <http://planodiretorflorianopolis.webflow.io/>.

- Lobo, L.F. (2008). Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lamparina.
- Nascimento, V. S. (2018). “Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual”. Significações sobre o futuro construídas por pessoas em situação de rua. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia.
- Natalino, M. A. C. (2016). Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Recuperado de: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177462/1/td_2246.pdf.
- Nogueira, M.L.M. (2009). Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), 69-86.
- Nogueira, M.L.M.; Hissa, C. E.V.; Silva, J.S. (2015). O caminhar como recurso metodológico: sobre imagem e discurso. In: Psicologia Social em experimentações: arte, estética e imagem. Alice Casanova dos Reis et.al (Orgs.). Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC. 354-378.
- Nonnenmacher, M. (2004). In memorium: uma reflexão sobre as ressignificações do Miramar. *Revista Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, 199-207.
- Novaes et.al. (2005). Acontece na cidade. São Paulo: Editora Ática.
- O Judiciário. (2006). Leis ambientais e o caso dos shoppings. *Jornal mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses*. 1(7). Recuperado em: http://www.amc.org.br/portal/o_judiciario/2006/AMC200612.pdf.
- Oliveira, B. [Iranilson]. (2010). "Fora da higiene não há salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme - Revista De Humanidades*, 4(07). Recuperado de <https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/161>.
- Oliveira, M. [Marília]. (2015). “Acham que brotamos das fontes dessa cidade?": uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Nata/RN. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2019). ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. Recuperado de: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>.
- Pavez, C.M.P.; Freitas, M.J.C.C.; Dias, V.L.N. (2019). Território(s) da “favela” e conflitos socioambientais na Comunidade Arvoredo, Florianópolis-SC. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo.
- Portal Desacato. (2019). Florianópolis: População em situação de rua se manifesta contra os tapumes e política higienista. Recuperado de: <http://desacato.info/florianopolis-ao-vivo-populacao-em-situacao-de-rua-se-manifesta-contra-os-tapumes-e-politica-higienista>.

- Prates, J.C.; Prates, F.C.; Machado, S. (2011). Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, Brasília (DF), 11(22), 191-215.
- Raposo, P. (2019). Apresentação. In: P. Raposo, A. Henck, S. Head (Orgs.). *Cidades rebeldes: invisibilidades, silenciamentos, resistências e potências*. 7-14. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Raposo, P. (2019). Uma introdução (im)possível. In: P. Raposo, A. Henck, S. Head (Orgs.). *Cidades rebeldes: invisibilidades, silenciamentos, resistências e potências*. 15-30. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Rede Rua. (2020). “Higienismo e Barbárie em Florianópolis”. Recuperado de: <https://rederua.org.br/>.
- Regis, V., Fonseca, T.M.G. (2012). Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. *Fractal, Rev. Psicol.*, 24(2), 271-286.
- Rodrigues, I., Fernandes, D. C., Delgado, L. P. & Valle, B. S. (2020). A gênese social da situação de rua no Brasil. In: *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades*. 23-48. Curitiba: Editora CRV.
- Rodrigues, I.; Fernandes, D.C. (Orgs.) (2020). Apresentação. In: *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades*. Editora CRV, 2020.
- Romagnoli, R.C. (2016). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Revista Indisciplinar, EA-UFMG*, 2(2). 33-50. Recuperado de: <https://wiki.indisciplinar.com/download/002.pdf>.
- Romagnoli, R. C. (2017). Transversalizando as políticas públicas: quando a intersetorialidade se torna rizomática. *Psicologia Em Estudo*, 22(3), 421-432. Recuperado de: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.35843>.
- Santos, N. A. (2010). *Arte e Saúde Mental: em cartaz o teatro da loucura* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Recuperado de http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html.
- Sarmiento, S. M. [Rosana]. (2015). *A assistência social à população em situação de rua: um estudo na cidade de Florianópolis/SC*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sarmiento, V.M. [Isabela]. (2020). *A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Sawaia, B. B., Pereira, A., Santos, L. M. C. (2018). Psicologia e população em situação de rua: apontamentos sobre a produção científica no Brasil. In: B.B. Sawaia, R. Albuquerque & F. R. Busarello (Orgs.). *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. 101-122. Alexa Cultural: São Paulo.
- Sennett, R. (2003). *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record.

- Serafino, I.; Luz, L. C. X. (2015). Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *Rev. katálysis*, 18(1), 74-85. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802015000100074&lng=en&nrm=iso.
- Spink, P.K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicol. Soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp.18-42. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>.
- Sugai, M. I. (2015). *Segregação Silenciosa: investimentos públicos e dinâmica sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Villaça, F. (2015). Apresentação. In: M. I. Sugai. *Segregação Silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. 13-18. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Villela, R.; Baptista, C. (2001). *Floripa, a campeã: pintada de verde no mapa e recordista em estatísticas positivas, a capital catarinense é a meca da classe média*. Veja, São Paulo, n.1690, 78-83.
- Zanella, A. V. (2017). *Entre Galerias e Museus: diálogos metodológicos no encontro da Arte com a Ciência e a Vida*. São Carlos: Pedro & João Editores.

Assentando finais: algumas considerações

“Só há um ponto fixo.
É a nossa própria insuficiência.
É daí que é preciso partir”.
Franz Kafka

Ao longo de minha trajetória acadêmica tenho encarado a finalização ou conclusão, seja de artigos, resenhas, textos, projetos, como um grande desafio, por acreditar numa produção de conhecimento processual e, inevitavelmente, inacabada. Esses inacabados acabamentos, de certa forma, dizem da insuficiência de que trata Franz Kafka, em epígrafe. Quis partir daí para produzir um “possível” que, alinhado à realidade que me interpela há algum tempo e ao meu compromisso ético com a psicologia, pudesse, tal como nos disse Silvia Lane (2000), contribuir para a produção de conhecimento que se implique com a transformação das condições excludentes e opressivas pelas quais as pessoas com quem pesquiso, majoritariamente, são acometidas. Produção essa que não pretende encerrar uma discussão, mas que aposta na teoria como prática libertadora, como lugar de cura (hooks, 2013).

Um dos sinônimos do verbo concluir é chegar ao fim, entretanto, escolho apegar-me provisoriamente a outro significado do verbo: o de assentar. Creio, pois, em um assentamento de ideias, de questões, de problematizações que pousam em determinado lugar. Proponho, a esta altura, um pouso insurgente sobre as camadas de história, de experiência, de memória, de cidades, de corpos, de vidas e tantas outras coisas, quiçá, inomináveis, que deslizaram umas sobre as outras ao longo desta pesquisa - escrita e vivida. Um pouso que nos permita visionar, inclusive, outras histórias, outras reflexões, outros dizeres sobre os universos aos quais pertencemos, os que habitamos e os que nos habitam.

O caminho percorrido deixou, em meu corpo, muitas marcas. Umas mais potentes, outras nem tanto, mas todas, marcas. Uma delas produziu-se durante a leitura de um texto sugerido por minha orientadora, e discutido em um dos encontros de nosso grupo de pesquisa. Esse marca-texto, do pesquisador Edson Sousa (2007), de maneira sensível convidou-nos a pensar sobre utopias. E o fez problematizando, a partir da experiência de adentrar uma sapataria, a imperfeição do mundo e a nossa relação com a dor dos/as outros/as. Para ele, lugares como as sapatarias “nos despertam da paralisia de um ideal que se esqueceu de nós”, e acrescenta: “é preciso buscar um pensamento que surja do precário, da insuficiência das categorias conceituais e que ainda se interesse pela dor dos outros” (Sousa, 2007, p.13).

Essa imagem da sapataria conduziu-me à outra imagem: a dos “Zapatos Magnéticos” que compuseram a intervenção do artista belga Francis Alÿs durante a V Bienal de La Habana, em Havana, Cuba, no ano de 1994. O artista com seus sapatos de metal percorreu as ruas da cidade, recolhendo resíduos metálicos. Pela atração magnética que a física explica, pedaços da cidade foram se conectando ao calçado e ao artista. Essa metáfora da cidade que se conecta ou não a nós, e como nós empreendemos estratégias para nos conectarmos a ela, me fez pensar sobre nossas práticas profissionais e nosso compromisso com outras configurações de mundo. Quantas cidades nossos sapatos são capazes de percorrer, de atrair, de afetar, de experimentar? E como o contrário se dá? Em que medida estamos atentos/as a esses movimentos?

A experiência de viver a pandemia do novo coronavírus, ao final da escrita da tese, também afetou e tem repercutido em meu corpo, abalando significativamente algumas de minhas noções de mundo. Outra marca produziu-se a partir de uma imagem da pandemia. Em Las Vegas, nos Estados Unidos, entre março e abril de 2020, 500

pessoas em situação de rua foram direcionadas pela prefeitura a um estacionamento a céu aberto de um estádio poliesportivo, para ali se “alojarem” e manterem-se em isolamento social (Notícias UOL, 2020). O poder público ofertou àquelas pessoas, vagas no chão - pintadas de branco, um quadrado para cada uma. A céu aberto. A cena estampada em vários jornais e revistas na internet exibia corpos enfileirados no chão. Seria o asfalto de um estacionamento o lugar mais adequado para se proteger alguém da contaminação de um vírus que já ceifou, até agora, a vida de mais de 1.200.000 pessoas em todo o mundo? Outros lugares, mais adequados, não faltavam. E esses locais foram, inclusive, mencionados na mídia.

“A rua não é um mundo fora do nosso”, já nos alertou Iacã Macerata (2013) no documentário⁶⁹ sobre o trabalho da equipe de um consultório na rua, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Essa frase, que transversalizou meu olhar durante todo o processo do doutorado, me ajudou a compor, com essas marcas que aqui apresentei, e outras tantas que se amalgamaram durante a trajetória, um acabamento de pesquisa que pretendeu, sobretudo, promover aberturas e espaços para novas composições. Se a rua não é um mundo fora do nosso, como temos construído, habitado, experimentado nosso encontro com ela?

Paulo Raposo (2019), a partir da leitura do livro “Cidades Rebeldes”, de David Harvey, nos convida a pensar sobre como habitar a cidade contemporânea “sem sucumbir ao desenho urbano, criado a partir de decisores políticos e estéticos que desconhecemos, que se distinguem de nós, que professam outros modelos de vida?” (p.15). Penso que, de certa forma, as pessoas em situação de rua têm empreendido táticas e estratégias, a partir de suas condições de possibilidade, para resistirem e insistirem em seu direito de existir nas cidades.

⁶⁹ Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=ek9iWTv3hig>.

O processo de produção da tese e a flânerie pelos documentos históricos da cidade e por suas ruas e becos e avenidas e travessas e servidões e pontes e areia e mar - tratando aqui os “e...e...e” para pensar a cidade e a própria pesquisa como rizoma, apostando em sua potência e suas conexões (Deleuze & Guattari, 2011) - permitiu visibilizar algumas tensões que emergem do encontro das pessoas em situação de rua com alguns planejamentos de cidade, que não as inclui em suas planilhas, pranchetas e mapas.

Várias tentativas são engendradas pela cidade a fim de não incorporar essas pessoas em seu planejamento urbano. Essas tentativas se dão, muitas vezes, de forma violenta e desumana. Um dos exemplos, também durante a pandemia, desta vez no Brasil, foi a recusa de alguns médicos em atenderem pessoas em situação de rua. O Ministério da Saúde teve que convocar médicos veterinários para prestar assistência a essa população. Um dos veterinários que participou da ação, Alexander Biondo, em entrevista ao jornal O Globo, afirmou que quem deveria estar na linha de frente “se omitiu, se escondeu, então, populações que já eram marginalizadas foram abandonadas porque não houve assistência para todos [...] trabalho com a fauna urbana, mas na pandemia passei a atender seres humanos. Há conexão entre a saúde humana e a de animais. Mas não foi só isso” (O Globo, 2020).

Não podemos desconsiderar que as cidades são plurais, e existem outras forças que se opõem a esses movimentos que desumanizam as pessoas em situação de rua, que violentam seus corpos, que tentam empurrá-los para fora dos delineamentos oficiais de urbe. Mas o que pude cartografar, nesta tese, evidenciou a cidade que enquadra, classifica e rejeita os corpos dessas pessoas. Obviamente há aqueles/as que elegem a rua como modo de vida, tal como destacou André Strappazon (2017) em sua tese de doutorado. Mas nem por isso, merecem ter seus corpos violados, desrespeitados, invadidos.

Esta pesquisa, ao problematizar as relações que a cidade institui com as pessoas em situação de rua, tentou percorrer os vetores de força que constituem esses encontros. Não são relações que se estabelecem sem conflitos, sem deixar marcas, sem ruídos, sem rastros. A cidade ora opera para classificar, enquadrar e codificar essas pessoas, ora possibilita que elas ocupem lugares outros, que empreendam desvios. Essas linhas de fuga, a arte nos ajuda a visibilizar. Tentei, durante o percurso de pesquisa, rastrear essas forças que compõem e atravessam todos os corpos em questão, incluindo o meu. Ciente do risco de que eu também poderia me movimentar a favor da reprodução e da contenção das vidas com quem pesquisei em espaços pré-determinados, em caixinhas de impotência.

Volto à sapataria de que nos falou Edson Sousa. Retomo a sua ideia de utopia. Quero pensar, como esse autor, na função vital desta como necessidade ética “de buscar um mundo novo a partir de uma crítica do presente” (p.26). Entendo que é isso que nos permite mover para o que Gilles Deleuze e Félix Guattari tanto defenderam em sua obra: a vida. Não consigo imaginar uma atuação na profissão e na pesquisa que esteja desconectada disso e que, como a utopia de Sousa e a de Fernando Birri (1994) jamais me deixe alcançá-la, “para que eu não deixe de caminhar”, sempre a favor da vida!

Referências Gerais

- Adichie, C. N. (2009). O Perigo da História Única. [Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design TED Global 2009]. Recuperado de: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt.
- Agamben, G. (2007) *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Agamben, G. (2009). O que é o Contemporâneo? In: G. Agamben. *O que é o Contemporâneo? e outros ensaios*. 57-73. Chapecó, SC: Argos.
- Agier, M. (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Ahmed, A. (2017). Entrevista Tv em Cartaz [Youtube]. Protocolo Elefante. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=SPrR66Y0IsE>.
- Amorim, M. (2016). Cronotopo e exotopia. In: B. Brait, *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 95-114. São Paulo, SP: Contexto.
- Andrade, M. (2013). *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- Argiles, M.S. (2012). *População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Pelotas.
- Artaud, A. Para acabar com o julgamento de Deus. (1983). In: C. Willer (tradução, seleção e notas). *Escritos de Antonin Artaud*. Porto Alegre: L&PM.
- Assis, N., Zanella, A.V., & Fonseca, T.M.G. (2018). Memórias e esquecimentos: revolvendo o passado silenciado de uma cidade. In: M. E. B. Barros, D. H. Mizoguchi, & L. A. Costa (Orgs.). *Colapso Clínico-político do comum na contemporaneidade* (pp. 49-74). Curitiba, PR: CRV.
- Assman, A. (2011). *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. São Paulo: Ed. UNICAMP.
- Bakhtin, M. M. (2011). *Estética da criação verbal*. (6ª ed.) (P. Bezerra, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Baptista, L. A. S. (2019). Posfácio. In: M.T. Nobre, A.K.A, Amorim, F.C. Medeiros, A.C.V. Matos (Orgs.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* (pp. 598-600). Natal: EDUFRN
- Barreto, R. O., Carrieri, A. P., Romagnoli, R. C. (2020). O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(1), 47-60. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v18n1/1679-3951-cebape-18-01-47.pdf>.

- Barros, M. (2000). Para encontrar o azul eu uso os pássaros. Cuiabá.
- Barros, L. P. & Kastrup, V. (2012). Cartografar é acompanhar processos. In: E. Passo, V. Kastrup & L. Escóssia (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Barros, R.B. & Passos, E. (2012). Transversalizar. In: Fonseca, T.M.G., Nascimento, M.L. & Maraschin, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Barros, J. O. (2014). A pessoa em situação de rua e a vida que não merece ser vivida. In: A. P. Grinover et al (Orgs.). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. 153-177. Belo Horizonte, MG: D'Plácido.
- Barros, M. E. B. (2016). Prefácio: imagens fotográficas rachando discursos. In: J. Tittoni, A.V. Zanella. *Psicologia e Fotografia: alguns ensaios*. 11-15. Rio de Janeiro: Editora Multifoco.
- Benjamin, W. (1994a). *Sobre o conceito da história. Magia e técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas*, v.1. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1994b). O Flâneur. In: W. Benjamin. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bernardes, M. P. Apontamentos sobre a cidade do marechal: a denominação da capital catarinense no alvorecer republicano, *Revista Santa Catarina em História*, 4(1), 2010. Recuperado de: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/122>.
- Bethonico, M. R. & Romagnoli, R. C. (2016). Deslocamentos deleuzianos na pesquisa em artes visuais: estratégias para uma prática híbrida através da imagem. *Revista Digital do LAV*, 9(1), 63-88. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5902/1983734821347>.
- Bezerra, P. (2012). A tradução como criação. *Estudos Avançados*, 26(76), 47-56. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000300007.
- Blanchot, M. *O instante da minha morte*. Paris: Gallimard, 2002.
- Boarini, M.L. (2003). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: EdUEM.
- Bourriaud, Nicolas. *Estética relacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Bove, C., Figueiredo, G. (2014), A política nacional para a população em situação de rua: processo e participação. In: A. P. Grinover et al (Orgs.). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. 421-438. Belo Horizonte: D'Plácido.
- Brasil. (2009). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília.

- Brasil. (2011). *Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA.
- Brasil. (2016). Constituição Federal. Texto Compilado até a emenda constitucional nº 92 de 12 jul 2016. Recuperado de: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/CON1988.asp.
- Brasil. (1831). Lei nº 16-12-1830 de 16/12/1830, Código Criminal do Império do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm.
- Brasil. (1993). Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de setembro.
- Brasil. (2002). Portaria nº 336. *Considerando a Lei 10.216, de 06/04/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html.
- Brasil (2011). Ministério da Saúde. Portaria 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.
- Brasil. (2016). Constituição Federal. Texto Compilado até a emenda constitucional nº 92 de 12 jul 2016. Recuperado de: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/CON1988.asp
- Brites, B. L., & Aguiar, V. B. (2010). Labirintos de memória. In: T.M.A. Fonseca, L. B. Costa (Orgs.). *Vidas do Fora: habitantes do silêncio*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- Britto, F. D. (2009). Co-implicações entre Corpo e Cidade: da sala de aula à plataforma de ações. In: F.D. Britto; P.B. Jacques (Orgs). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. 12-23. Salvador, BA: UFBA.
- Britto, F. D., & Jacques, P. B. (2009). Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 337-350.
- Bromfield, H., Santoro, P. (2015). Conselhos gestores de ZEIS como um instrumento de resistência aos planos de reestruturação urbana em São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico: RBDU*, 1(1), 145-162.
- Buñuel, L. (2009). *Meu último suspiro*. São Paulo, SP: Cosac & Naify.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro,

RJ: Civilização Brasileira.

Calvino, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis (CMV). (2020). Secretaria de Assistência Social do Município destaca as ações e o trabalho em conjunto para garantir a proteção social no combate ao coronavírus. [Website da Câmara de Vereadores]. Recuperado de: <https://www.cmf.sc.gov.br/node/11603>.

Canton, Kátia. *Do moderno ao contemporâneo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Carneiro, K. G. (2016). *Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Carneiro, K.G. (2019). Perigosos ou úteis? *Civitas*, 19 (1), 45-61.

Careri, F.(2013). *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo, SP: Editora Gustavo Gili.

Cavagnoli, M., Maheirie, K. (2020). A cartografia como estratégia metodológica à produção de dispositivos de intervenção na Psicologia Social. *Fractal: Revista de Psicologia*, 32(1), 64-71. Recuperado de: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5680>.

Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Costa, J. F. (1999). *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Costa, L.A. (2014). Da exclusão à exclusividade: as fronteiras da cidade como arquivos da infâmia. In: T. M. Fonseca, C.A.C. Filho, M.F. Resende (Org.). *Testemunhos da Infâmia: rumores do arquivo*. 71-80. Porto Alegre: Sulina.

Costa, L. A. & Fonseca, T. M. G. (2008). Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade. *Interamerican Journal Of Psychology*, 42(3), 513-519. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003496902008000300011&lng=pt&nrm=iso.

Costa, L. A. & Fonseca, T. M. G. , Axt, M. (2014). A imagem e as ciências humanas: a poética visual como possibilidade de construção do saber. *Educ. Real.*, 39(4), 1153-1168. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000400011&lng=en&nrm=iso.

Costa, L. A., Zanella, A. V., & Fonseca, T. M. G. (2016). Psicologia social e arte: contribuições da revista *Psicologia & Sociedade* ao campo social. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 604-615. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p604>.

Costa, F. N., & Ferreira, T. (2016). Potências inscritas no corpo: do flâneur ao cruiser. *Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.Campinas*, 8(1), 28-45.

- Costa, L. B., Amorim, A. S. L. (2019). Uma introdução à teoria das linhas para a cartografia. *Atos de Pesquisa em Educação*, 14(3). 912-933. Recuperado de: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204115>.
- Costa, L. B. (2020). Deleuze e a Cartografia. [Vídeo da palestra no Seminário Deleuze Modos de Usar]. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=CIQM5piXFxo>.
- Cravo, L.J.; Rosseto, A.; Storch, A. (2016). Florianópolis: os planos diretores aprovados entre 1955 e 2014. Disponível em: <http://www.ocs.cobrac.ufsc.br/index.php/cobrac/cobrac2016/paper/viewFile/312/43> Acesso em 10 de outubro de 2019. Anais do COBRAC 2016-Florianópolis-SC-Brasil-UFSC.
- Cunda, M.F. (2018). *Me chamam rua, uma população, uma situação: estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Cuquinha, L. & Hoffman, C. (2017). Entrevista: Lourival Cuquinha e Clarisse Hoffmann [Atraves TV]. Recuperado de: <http://atraves.tv/lourival-cuquinha/>.
- Damasceno, V. (2017). Pensar com a arte: a estética em Deleuze. *Cadernos de Estética Aplicada*, 11(49), 135-150.
- Decreto nº 296* de 24 de junho de 1995. Regulamenta a aplicação das leis nº 1224/74, 1856/82, 3007/88, 2828 e altera decretos 224/94 e 1009/94. Florianópolis, SC: Prefeitura Municipal. Recuperado de: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/1995/22/226/decreto-n-226-1995-regulamenta-aplicacao-das-leis-n-1224-74-1856-82-3007-88-2828-e-altera-decretos-224-94-e-1009-94>.
- Decreto nº 7.053*, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, G. (2007). *Francis Bacon: Lógica da Sensação*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Deleuze, G. (2009). A imagem do pensamento. In: _____. *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal.

- Deleuze, G. (2010). O Esgotado. In: _____. *Sobre o teatro: Um manifesto de menos; O Esgotado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Deleuze, G. (2015). *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2011). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (2ª ed., vol. 1). São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012a). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (2ª ed., vol.3). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2012b). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (2ª ed., vol.5). São Paulo: Editora 34.
- Didi-Huberman, G. (2008). Imagens de lamentação, imagens lamentáveis? *Revista de comunicação e linguagens. Fotografia(s)*. Lisboa, 39, 63-74.
- Didi-Huberman, G.(2014). *Sobrevivência dos Vaga-lumes*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.
- Economia SC. (2020). Campinas/SP, Florianópolis/SC e Vitória/ES entram para a categoria de metrópoles. Recuperado de: <https://www.economiasc.com/2020/06/25/campinas-sp-florianopolis-sc-e-vitoria-es-entram-para-a-a-categoria-de-metropoles/>.
- Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. (2020). *Assemblage* (Verbetes). São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo325/assemblage>.
- Farias, T. M. & Diniz, R. F. (2019). População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. In: M. T. Nobre et al (Orgs.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* 34-62. Natal: EDUFRN.
- Feltran, G.; Arretche, M. (2016). *Apresentação*. In: T. Rui, M. Martinez, G. Feltran (2016). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos, EdUFSCAR.
- Ferreira, A.B.H. (2000). *Mini Aurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Folha PE (2019). Moradora de rua é queimada embaixo de viaduto de Recife. Recuperado de <https://www.folhape.com.br/noticias/moradora-de-rua-e-queimada-embaixo-de-viaduto-no-recife/97582/>.
- Fonseca, T. M. G., Thomazoni, A. R., Costa, L. A., Souza, V. L. I., Lockmann, V. S. (2008). Microfascismos Em Nós: Práticas De Exceção no Contemporâneo. *Psic. Clin.*, 20(2), 31-45. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Fonseca, T. M. G., Amador, F. S., & Oliveira, A. M. (2011). Imagem e literalidade: o figural do mundo. In: A. V. Zanella, & J. Tittoni (Orgs.). *Imagens no pesquisar: experimentações*. Porto Alegre, RS: Ed. Dom Quixote.

- Fonseca, T. M. G. (2012). [Orelha do livro]. In: E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Foucault, M. & Deleuze, G. (1979). Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: M. Foucault. *Microfísica do poder*. 65-73. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 15. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In: M. Foucault. *Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* (36 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Frangella, S. (2009). *Corpos Urbanos Errantes - Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua Em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp.
- Fundação Franklin Cascaes. (1995). Prefeitura Municipal de Florianópolis. Regulamento 1ª Maratona Fotográfica de Florianópolis. Florianópolis, SC.
- Fundação Franklin Cascaes. (2019). Prefeitura Municipal de Florianópolis. Regulamento 25ª Maratona Fotográfica de Florianópolis. Florianópolis, SC. Recuperado de: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_03_2019_16.36.01.d97fe25d8a8c72f09335bedaf29cb8e9.pdf.
- Furtado, J. & Zanella, A. V. (2007). Artes visuais na cidade: relações estéticas e constituição dos sujeitos. *Psicologia em Revista*, 13(2), 309-324. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200007&lng=pt&tlng=pt.
- Furtado, J. R., Levitan, D., Titon, A. P., Castillo, P. F. V. & Zanella, A. V. (2011). Teatro sem vergonha: jovens, oficinas estéticas e mudanças nas imagens de si mesmo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(1), 66-79. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000100007>.
- Gagnebin, J.M. (2014). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- Gagnebin, J. M. (2018). *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo, SP: n-1 edições.
- Galeano, E. (2005). *O livro dos abraços*. São Paulo, SP: L&PM Pocket.
- Galvani, D. (2008). *Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Recuperado de: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5163/tde-01062009-110911/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.

- Garavelo, L.M.C, Fonseca, T.M.G. (2016). Uma clínica da escrita: experimentações com um ateliê. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 8(18), 170-183. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/6265>.
- Ginzburg, Carlo. (1991). *História Noturna*. SP, Cia das Letras.
- Ginzburg, C. (2008). Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: H. Eco, T. A. Sebeok. (Orgs.). *O signo de três: Dupin, Holmes, Peirce*. 89-130. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Giorgetti, C. (2006). *Moradores de Rua: uma questão social?* São Paulo: FAPESP/EDUC.
- Goldemberg, D. (2018). Entrevista à BBC News Brasil. [website]. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45491420>.
- Gomes, R. C. M. (2006). *GENTE – CARACOL: A cidade contemporânea e o habitar as ruas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8342>.
- Grinover, A.P., Almeida, G.A, Gustin, M, Lima, P.C.V, Iennaco, R. (2014). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. Belo Horizonte, MG: D'Plácido.
- Grinover, A. P. (2014). À guisa de prefácio: controle jurisdicional de políticas públicas para a população em situação de rua. In: A. P. Grinover et al (Orgs.). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. 17-20. Belo Horizonte, MG: D'Plácido.
- Grupo Cena 11. (2016). Protocolo Elefante. Recuperado de <https://www.cena11.com.br/protocolo-elefante>.
- Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida: Ideias e Letras.
- Guerrezi, E. M. (2015). *Estado e resistência: Deleuze, Guattari e a distopia do* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.
- Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, (23), 73-89.
- Hinkel, J., & Maheirie, K. (2018). RAP: reinvenção do sujeito e da cidade. *Psicologia Em Estudo*, 23. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v23i0.38317>.
- Hissa, C. E. V., & Nogueira, M. L. M. (2013). Cidade-corpo. *Revista UFMG*. 20(1), 54-77. Recuperado de https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/3-cidade-corpo_cassio_hissa_e_maria_nogueira.pdf.
- hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hur, D.U. (2019). *Psicologia, Política e Esquizoanálise*. Editora Alínea.
- Huyssen, A. (2014). Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: _____. *Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, Museu de Arte do Rio, 155-176.
- ICOM. (2017) Diagnóstico Social da População em Situação de Rua da Grande Florianópolis. Florianópolis/SC. Recuperado de: <http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Diagn%C3%B3stico-Social-Participativo-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-na-Grande-Florian%C3%B3polis.pdf>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2020). Florianópolis. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>.
- Jacques, P. B. (2012). *Elogio aos errantes*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Jobim e Souza, S. & Porto e Albuquerque, E. D. (2013). Bakhtin e Pasolini: vida, paixão e arte. In: M. T. A. F. Freitas (Org.). *Educação, Arte e Vida em Bakhtin*. 47-68. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Kafka, F. (2001). *A Metamorfose*. Porto Alegre, RS: Editora L&PM.
- Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: L.R. Castro; V.L. Besset (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*, Rio de Janeiro, Trarepa/FAPERJ.
- Kastrup, V. (2016). Cartografia enquanto método de investigação: uma conversa com Virgínia Kastrup. *Revista Indisciplinar, EA-UFGM*, 2(2).17-28. Recuperado de: <https://wiki.indisciplinar.com/download/002.pdf>.
- Kilomba, G. (2016). Descolonizando o conhecimento: uma palestra performance de Grada Kiloma. Tradução: Jéssica Oliveira. Recuperado de <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>.
- Kohlsdorf, M.E. (2013). Prefácio. In: G. P. A. Silva & L. A. Oliveira (Orgs.) *Arquitetura da cidade contemporânea: sobre raízes, ritmos e caminhos*. 7-12. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Kunsch, G. (2008). A rampa antimendigo e a noção de site specificity, ou Andrea Matarazzo no Soho. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. 26-30. Recuperado de: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/90>.
- Kunz, G. S., Heckert, A. L., Carvalho, S. V. (2014). Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal, Rev. Psicol.*, 26(3), 919-942. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1192>.

- Kuster, E. (2008). Outros Olhos: As ru(s)gas da cidade e seu desvelamento nos discursos contemporâneos. In: E. Kuster & R. Pechman. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. 47-58. Recuperado de http://www.corpocidade.dan.ufba.br/dobra/05_02_artigo1.htm.
- Lane, S. T. M.. (2000). Diálogos: uma psicologia para transformar a sociedade. *Psi Jornal de Psicologia*. Entrevista concedida a Maria do Carmo Guedes. Recuperado de: http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/122/frames/fr_dia-logos.aspx.
- Lapoujade, D.(2017). *As existências mínimas*. São Paulo, SP: n-1 edições.
- Leite, R. P. (2002). Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Mangueira*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 115-134.
- Lemões, T. (2016). Entre visibilidades condicionadas e condutas legítimas: direitos, gestão e agência de pessoas em situação de rua. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia - ABA.* , 54-59.
- Lemões, T. (2017). De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172916>.
- Lemões, T. (2019). Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 123-141. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30356/17716>.
- Lemos, F. C. S., Cardoso Júnior, H. R., Nascimento, R. D. S. (2012). Nomadizar. In: T. M. G. Fonseca, M. L. Nascimento & C. Maraschin. *Pesquisar na diferença: um abecedário*. 157-161. Porto Alegre: Sulina.
- Lima, M. E. R. (1999). A ética e a caixa de ferramentas. *Revista de Ciências Humanas*, 152-161. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23709>.
- Lobo, L. F. (2008). *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Macerata, I. M. (2010). “...como bruxos maneando ferozes”: relações de cuidado e de controle no fio da navalha. *Experiência “psi” em dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Recuperado de http://www.slab.uff.br/psm/uploads/2010_d_Iaca.pdf.
- Macerata, I., Soares, J. G. N. & Ramos, J. F. C. (2014). Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. 18, 919-930. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s1/1807-5762-icse-18-1-0919.pdf>.
- Macerata, I. M., Magalhães, J. N., & Resende, N. C. (2014). Direitos humanos e população em situação de rua: as singularidades no encontro com a rua. In: A. P.

- Grinover, G. A. Almeida, M. Gustin, P. C. V. Lima, R. Lennaco (Orgs.). *Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua*. 131-154. Belo Horizonte, MG: D' Plácido.
- Macunaíma Colorau Blogspot. [blog]. Recuperado de: <http://macunaimacolorau.blogspot.com/>. Acesso em: 10 fev 2017.
- Mangueira, M., Maurício, E. (2012). Arte, Tempo e Subjetividade em Gilles Deleuze. *Artefilosofia*, 13, 154-166.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 Edições.
- Medeiros, V. (2019). Fábula do Olhar. Recuperado de: <https://virginiademedeiros.com.br/obras/fabula-do-olhar>.
- Mizoguchi, D.H., Costa, L.A. & Madeira, M.L.(2007). Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 38-44. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3093/309326394006>.
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: A. A. P. Brandão (Org.). *Cadernos Penesb (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira 5 ed.)*. 15-34. Niterói: EDUFF.
- Muniz, C. R. (2010). Na desordem da palavra: fanzines e a escrita de si. In: C. R. Muniz (Org.). *Fanzines: autoria, subjetividade e invenção de si*. Fortaleza: Edições UFC.
- Nascimento, V. S. (2018). “Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual”. Significações sobre o futuro construídas por pessoas em situação de rua. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia.
- Natalino, M. A. C. (2016). Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Recuperado de: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177462/1/td_2246.pdf.
- ND Mais Notícias de Santa Catarina. Edifício Dias Velho, uma história desconhecida por quem o habita. Recuperado de: <https://ndmais.com.br/noticias/edificio-dias-velho-um-pouco-da-nossa-historia/>.
- Nogueira, M.L.M. (2009). Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), 69-86.
- Nogueira, M. L. M., Hissa, C. E. V. & Silva, J. S. (2015). O caminhar como recurso metodológico: sobre imagem e discurso. In. Dos Reis, A. C. et. al (Orgs). Brizola, A. L. C., Zanella, A. V. (Coord.). *Psicologia Social em experimentações: arte, estética e imagem*. 354-378. Florianópolis/SC: ABRAPSO Editora.
- Nonnenmacher, M. (2004). In memorium: uma reflexão sobre as ressignificações do Miramar. *Revista Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, 199-207.

- Notícias UOL. (2020). Pessoas em situação de rua são 'alojadas' em estacionamento nos EUA. Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/03/31/pessoas-em-situacao-de-rua-sao-alojadas-em-estacionamento-nos-eua.htm>.
- Novaes et.al. (2005). *Acontece na cidade*. São Paulo: Editora Ática.
- O Globo. (2020). Ministério da Saúde convocou veterinários para atender doentes de Covid-19, conta pesquisador. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/ministerio-da-saude-convocou-veterinarios-para-atender-doentes-de-covid-19-conta-pesquisador-24701408>.
- O Judiciário. (2006). Leis ambientais e o caso dos shoppings. *Jornal mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses*. 1(7). Recuperado em: http://www.amc.org.br/portal/o_judiciario/2006/AMC200612.pdf.
- Okasaki, A. (2019). Os avessos dos bastidores: a visibilidade da mulher negra nos trabalhos de Rosana Paulino. *Revista dObras*, 11(25), pp. 269-275.
- Oliveira, B. [Iranilson]. (2010). Fora da higiene não há salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme - Revista De Humanidades*, 4(07). Recuperado de <https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/161>.
- Oliveira, M. [Marília]. (2015). “Acham que brotamos das fontes dessa cidade?": uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Nata/RN. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Oliveira, M. [João]. (2017). *Desobediências de Gênero*. Salvador, BA: Devires.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2019). ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. Recuperado de: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>.
- Ortiz, R. (2000). Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. *Tempo Social; Ver. Sociol.* São Paulo, 12(1), 11-28.
- Osório, L. C. (2017). Brasil por multiplicação. Recuperado de: <https://mam.org.br/exposicao/35-panorama>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. (Orgs.). (2012). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., Barros, R.B.B. (2012). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: E. Passos, V. Kastrup, L. Escóssia (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 17-31. Porto Alegre: Sulina.

- Pasqualotto, M. Z. (2016). *Cidade, memória e infâmia: vestígios da clausura em Joinville/SC*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167616?show=full>.
- Paulino, R. (2020). Rosana Paulino Verbete. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa216153/rosana-paulino>.
- Pavez, C.M.P.; Freitas, M.J.C.C.; Dias, V.L.N. (2019). Território(s) da “favela” e conflitos socioambientais na Comunidade Arvoredo, Florianópolis-SC. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo.
- Pelbart, P. P. (2003). *Vida capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- Pelbart, P. P. (2013). O teatro da loucura. *Poliética*. 1(1), 119-129.
- Pereira, V.S. (2009). Expressões da questão social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão. *Libertas*, 4(1), 179 – 205. Recuperado de: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18194/9445>.
- Pizzato, R.M.S. (2012). A trajetória do protagonismo dos grupos e movimentos da população em situação de rua. In A. E. Dornelles, J. Obst. e M. B. Silva (Org.). *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. 69-86. Belo Horizonte, MG: Didática Editora do Brasil.
- Portal Desacato. (2019). Florianópolis: População em situação de rua se manifesta contra os tapumes e política higienista. Recuperado de: <http://desacato.info/florianopolis-ao-vivo-populacao-em-situacao-de-rua-se-manifesta-contra-os-tapumes-e-politica-higienista>.
- Portal G1 (2013). 'Mendigo deveria virar ração para peixe', diz vereador de Pirai, RJ. Recuperado de <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2013/10/mendigo-deveria-virar-racao-para-peixe-diz-vereador-de-pirai-rj-veja.html>.
- Pozzana, L. (2013). A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. *Fractal, Rev. Psicol.*, 25(2), 323-338. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922013000200007&script=sci_abstract&lng=pt.
- Prates, J.C.; Prates, F.C.; Machado, S. (2011). Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, Brasília (DF), 11(22), 191-215.
- Preciado, P. (2018). La izquierda bajo la piel. Um prólogo para Suely Rolnik. In: S. Rolnik. *Esferas da Insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo, SP: N-1 Edições.
- Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes.

- Raposo, P. (2019). Apresentação. In: P. Raposo, A. Henck, S. Head (Orgs.). *Cidades rebeldes: invisibilidades, silenciamentos, resistências e potências*. 7-14. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Raposo, P. (2019). Uma introdução (im)possível. In: P. Raposo, A. Henck, S. Head (Orgs.). *Cidades rebeldes: invisibilidades, silenciamentos, resistências e potências*. 15-30. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Rede Rua. (2020). “Higienismo e Barbárie em Florianópolis”. Recuperado de: <https://rederua.org.br/>.
- Regis, V.; Fonseca, T.M.G. (2012). Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. *Fractal, Rev. Psicol.*, 24(2), 271-286.
- Rich, A. (2002). Notas para uma política da localização. In: A. G. Macedo (Org.). *Gênero, identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo*. 15-35. Lisboa: Edições Cotovia.
- Rodrigues, F. d. P. Macunaíma e a formação de uma cultura brasileira. Recuperado de: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/m00002.htm>. Acesso em: 20 nov 2017.
- Rodrigues, I., Fernandes, D. C., Delgado, L. P. & Valle, B. S. (2020). A gênese social da situação de rua no Brasil. In: *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades*. 23-48. Curitiba: Editora CRV.
- Rodrigues, I. & Fernandes, D.C. (Orgs.) (2020). Apresentação. In: *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades*. 11-17. Curitiba: Editora CRV.
- Rolnik, [Raquel]. (1995). *O que é cidade*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.
- Rolnik, [Suely]. (1987). *Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil*. In: Núcleo de Estudos de Subjetividade da PUC São Paulo. Recuperado de: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>.
- Rolnik, [Suely]. (1992). Diálogo e alteridade. *Boletim de Novidades*, 5(44), v.5, 35-44.
- Rolnik, [Suely]. (2018). *Esferas da Insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições.
- Romagnoli, R.C. (2016). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Revista Indisciplinar, EA-UFMG*, 2(2). 33-50. Recuperado de: <https://wiki.indisciplinar.com/download/002.pdf>.
- Romagnoli, R. C. (2017). Transversalizando as políticas públicas: quando a intersetorialidade se torna rizomática. *Psicologia Em Estudo*, 22(3), 421-432. Recuperado de: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.35843>.
- Rosa, C. M. M. (2005). *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec.
- Sabiá, A. P. (2015). *Madonas contemporâneas em série fotográfica: relações estéticas e*

produção de sentidos sobre a maternidade. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Sakamoto, L. (2009). Como expulsar drogados, mendigos e outros estorvos. Recuperado de <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/06/24/como-expulsar-drogados-mendigos-e-outros-estorvos/>.

Salomão, W. (1996). *Algaravias-Câmara de Ecos*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Sanches Neto, M. (2019). Apresentação: herói primitivo. In: M. Sanches Neto, S. Oliveira (Org.). *Coleção Literatura Brasileira: identidade em movimento*. 5-18. Chapecó: UFFS. Recuperado de: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/colecao-de-literatura-brasileira-identidades-em-movimento>.

Santos, [Milton]. (1994). *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, SP: Hucitec.

Santos, A. [Natália]. (2010). *Arte e Saúde Mental: em cartaz o teatro da loucura* (dissertação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConsItem.html.

Sarmiento, S. M. [Rosana]. (2015). *A assistência social à população em situação de rua: um estudo na cidade de Florianópolis/SC*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Sarmiento, V.M. [Isabella]. (2020). *A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Sawaia, B. B., Pereira, A., Santos, L. M. C. (2018). Psicologia e população em

situação de rua: apontamentos sobre a produção científica no Brasil. In: B.B. Sawaia, R. Albuquerque & F. R. Busarello (Orgs.). *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. 101-122. Alexa Cultural: São Paulo.

Sennett, R. (2003). *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record.

Serafino, I.; Luz, L. C. X. (2015). Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *Rev. katálysis*, 18(1), 74-85. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802015000100074&lng=en&nrm=iso.

Sicari, A. A. (2018). *A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua: (in)visibilidades e a luta por direitos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Sicari, A. A. & Zanella, A. V. (2018). Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662-679. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003292017>.

- Silva, J. S. (2001). *Alma corpo ação: disciplinarização versus resistência através do teatro num grupo de usuários de um serviço de saúde mental*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/79995>.
- Smolka, A. L. B. (2000). A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Educação & Sociedade*, Campinas,1(71), 166-193.
- Sontag, S. (2003). *Diante da dor dos outros*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Sousa, E. L. A. (2007). *Uma invenção da utopia*. São Paulo, SP: Lumme.
- Sousa, E. L. A. & Bechler, J. (2008). Labirintos na cidade contemporânea. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(2), 390-403. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932008000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Souza, S. J., Albuquerque, E. D. P.(2013). Bakhtin e Pasolini: vida, paixão e arte. In M. T. A. Freitas (Org.), *Educação, Arte e Vida em Bakhtin*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicol. Soc.* [online]., 15(2), 2003, 18-42. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>.
- Spinoza, B. d. (2009). *Ética*. (Tomaz Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Strappazzon, A. L. (2017). *Malucos de estrada: experiência nômade e produção de modos de vida*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sugai, M. I. (2015). *Segregação Silenciosa: investimentos públicos e dinâmica sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Teixeira, A. M., Santos, N.A. (2020). Expressível do Vazio, de Juliana Hoffman: as tramas das traças e a (re)escrita das pessoas em situação de rua na cidade. In: A. V. Zanella (Org.). *Arte e cidade, memória e experiência*. Teresina: EDUFPI. Recuperado de: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_ARTE_CIDADE_E_MEMORIA_-_ADRIANA_320200610144324.pdf.
- VAGO: *produção transeunte e sem moradia fixa!* (2013). *Livreto*. 2(2). Governador Valadares.
- Villaça, F. (2015). Apresentação. In: M. I. Sugai. *Segregação Silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. 13-18. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Villela, R.; Baptista, C. (2001). Floripa, a campeã: pintada de verde no mapa e recordista em estatísticas positivas, a capital catarinense é a meca da classe média. *Veja*, São Paulo, n.1690, 78-83.
- Vygotsky, L. S. (1998). Arte e vida. In: *__Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes.

- Vygotsky, L. S. (1999). *A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zanella, A. V., Furtado, J. R. (2012). Resistir. In: T. M. G Fonseca; M. L. Nascimento; C. Maraschin (Orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. 205-206. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Zanella, A. V. (2013). *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre/RS: Sulina.
- Zanella, A. V. (2017). *Entre Galerias e Museus: diálogos metodológicos no encontro da Arte com a Ciência e a Vida*. São Carlos: Pedro & João Editores.